

## ÍNDICE

1. A produção do espaço geográfico brasileiro .....	343
2. O território nacional .....	350
3. Características gerais do território brasileiro .....	354
4. A inserção da economia brasileira no processo de globalização da economia .....	366
5. Os indicadores sociais no Brasil .....	373
6. O espaço industrial brasileiro .....	377
7. A urbanização, estrutura, rede e hierarquia urbana brasileira .....	384
8. A rede de transporte e comunicação brasileira .....	391
9. O espaço rural brasileiro .....	398
10. Formação, estrutura e dinâmica da população .....	404
11. A questão regional no Brasil .....	414
12. O espaço natural brasileiro .....	422
13. As classificações do relevo brasileiro .....	437
14. Os recursos minerais brasileiros .....	438

## 1. A produção do espaço geográfico brasileiro



### Formação do Território



As fronteiras, no entanto, são limites que as sociedades vão construindo (impondo, negociando ou conquistando) ao longo do tempo.

É possível afirmar que o Brasil foi um espaço construído ou criado a partir do interesse português em detrimento do nativo que viu o seu espaço sendo invadido e destruído pelo afã do colonizador ocasionando também o genocídio (extermínio do povo) e o etnocídio (extermínio da cultura).

Dividindo geograficamente temos na "montagem" do espaço brasileiro três momentos: o espaço dos índios, o espaço colonial e o espaço brasileiro.



## Elementos formadores do povo brasileiro:

### O espaço dos índios ou nativos:



A importância dessas sociedades reside no fato de que:

- Foram as primeiras a habitar o território brasileiro;
- Participaram consideravelmente da formação da população brasileira atual;
- Possuem um conhecimento valioso do meio-ambiente (flora e fauna), acumulado através de séculos de ocupação das terras;
- Desejosos de ocupar suas terras e desalojá-los, a sociedade brasileira em geral nutre contra eles um preconceito, interpretando o território somente como fonte de lucro;
- Mesmo na condição de minorias, merecem o respeito de nossa sociedade quanto a seus direitos e a sua cultura.

A geografia do espaço nativo pode ser organizada considerando os vários grupos que se espalham por esse espaço.

Os grupos majoritários, Tupis e Jê apresentam muitas semelhanças constituindo um espaço geográfico considerado predominante na época.

A vida da maioria desses grupos consistia na produção agrícola de uma grande variedade de plantas, com destaque para a mandioca além de certa dedicação à caça e a coleta.

Eram sociedades principalmente agrícolas e de modo geral sedentárias.

Quando não estavam envolvidas com a produção de alimentos necessários à subsistência, dedicavam-se aos rituais religiosos, à construção de suas habitações e de instrumentos para a caça ou utilização do dia-a-dia (cuias, redes, pilões, esteiras, etc.).

No imaginário do nativo (índio) nada acontecia por acaso, e os rituais religiosos refletiam a relação mágica que se estabeleceu entre o homem e a natureza.

Os deuses e as explicações obedeciam a essa relação de continuidade, na qual tudo é considerado sagrado.

## O espaço colonial



A expansão marítima comercial (século XV e XVI) inaugurou uma nova geografia para o mundo.

A chamada geopolítica portuguesa adotada na colônia será marcada por uma série de fatores que ao final de toda a dinâmica de expansão será revelada como positiva, considerando a dimensão que irá apresentar o Brasil com mais de 8 milhões de quilômetros quadrados.

A introdução de um projeto colonial-mercantil estabelecendo o que se convencionou chamar (Antiga) Divisão Internacional do Trabalho colocava a colônia na condição de fornecedora de produtos primários que promoviam o enriquecimento da metrópole e geograficamente falando, essa "distribuição" de tarefas é de suma importância, pois é isso que em grande parte nos explica muita das paisagens que hoje podemos observar nas chamadas áreas "subdesenvolvidas" do globo.

A África e a América Latina, por exemplo, foram impostas funções de fornecimento de mão-de-obra escrava e de matérias-primas, agrícolas ou minerais, para o comércio europeu.

Tais funções se traduziriam, nesses locais, em paisagens bastante diferentes daquelas que observamos nos países da Europa.

A explicação é simples: as riquezas que se extraíam de algum lugar acumulavam-se em outros.

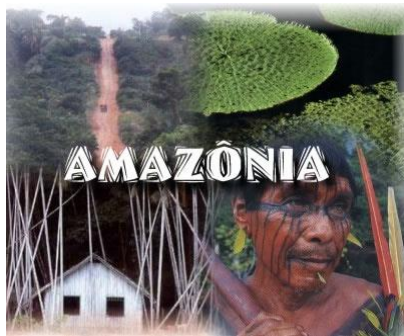
### Fontes de expansão

#### 1. Drogas do Sertão: Amazônia

A fim de combater as invasões estrangeiras no norte da colônia, o governo português estimulou a criação de engenhos de açúcar no chamado Estado do Maranhão, que compreendia a região que vai do Ceará até o Amazonas.



No início do século XVII começam as expedições destinadas a povoar e policiar o Norte por meio do estabelecimento do, até então, lucrativo empreendimento do açúcar.



Mas não houve tão boa adaptação da lavoura de cana como havia acontecido no Nordeste e, principalmente, naquele momento, o mercado europeu do açúcar, tabaco e outros produtos tropicais estava desorganizado em virtude das lutas entre a Espanha e a Holanda.

Esses dois fatores impediram os colonos maranhenses de iniciar uma atividade lucrativa que justificasse sua presença na região. Assim como fizeram os bandeirantes, na falta de outro meio de obter ganhos com a colonização, os maranhenses começaram a caçar índios para vendê-los como escravos; nesta empreitada, vão entrando na floresta e conhecendo suas riquezas, genericamente chamadas de drogas do sertão.

Na primeira metade do século XVIII, cem anos depois das primeiras expedições, o Pará era um centro exportador de produtos da floresta, como cacau, baunilha, canela, cravo e resinas aromáticas usadas nas indústrias de perfume da Europa.

Os colonos tentavam usar o índio como mão-de-obra escrava na coleta das drogas, mas o sistema de exploração extensiva dentro da floresta não permitia o necessário controle sobre os índios; em outras palavras, os índios embrenhavam-se na floresta e os portugueses não conseguiam encontrá-los.

Essa dificuldade deu lugar a uma luta violenta entre os índios e os colonos, que insistiam em usar a força para obrigar os primeiros a coletar os produtos da floresta.

Mais uma vez, a intervenção dos jesuítas foi usada para apaziguar a briga.

Os padres montaram missões na região da Amazônia com o objetivo inicial de defender os índios da escravidão; mas, chegando naquele lugar e percebendo a importância econômica das drogas, que, além de serem bem aceitas no comércio europeu, eram doadas pela natureza, sendo necessária apenas a sua coleta, os jesuítas resolveram entrar nesse lucrativo empreendimento.

Ao contrário da lavoura ou da pecuária, que exigiam investimentos iniciais e demoravam um certo tempo para começar a render, a exploração dos produtos da floresta dependia somente de mão-de-obra disponível para realizar a tarefa da coleta.

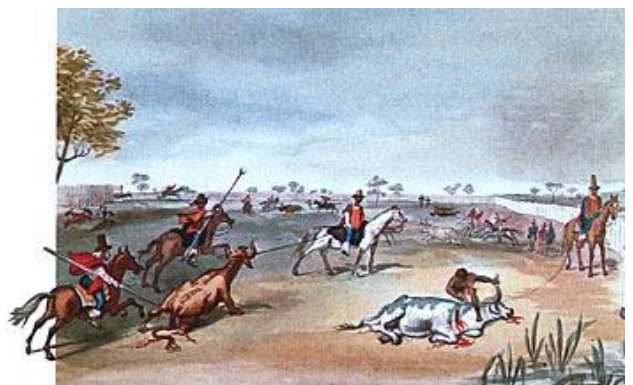
Os jesuítas resolveram facilmente essa questão. Depois de estabelecer um contato amigável com os índios, reforçado pelo fato de que defendiam estes dos caçadores de escravos, os padres passaram a usar a própria estrutura comunitária das tribos na extração das drogas.

Os grupos indígenas colaboravam voluntariamente, sem qualquer tipo de coerção; faziam a coleta dos produtos encontrados em suas terras e entregavam tudo para os padres, nas missões, em troca de objetos de pouco valor.

Na região Norte, assim como em outros lugares da colônia, os aldeamentos jesuítas tinham como princípio a preservação e catequização dos índios; mas paralelamente a essa tarefa de evangelização, a exploração econômica dos recursos locais mostrou-se um excelente empreendimento.



## 2. Interiorização do gado: Nordeste



O gado bovino, introduzido na Bahia por Tomé de Sousa, foi utilizado, na colônia, para alimentação, transporte e tração.

Funcionando como economia secundária, a pecuária esteve ligada durante os séculos XVI e XVII à agricultura tropical e, durante o século XVIII, à mineração.

A pecuária possibilitou o aproveitamento da mão-de-obra disponível do índio e do mameluco com remuneração, os quais se adaptaram ao trabalho do pastoreio.

Pela característica do trabalho do vaqueiro, que tem de percorrer longas distâncias a cavalo, não era possível usarem escravos, que, provavelmente, fugiriam abandonando os animais ou levando-os junto.

Dessa forma, todo o trabalho ligado à pecuária era feito por homens livres, que recebiam determinado pagamento pelo serviço realizado.

Os vaqueiros, homens responsáveis pelos animais, recebiam como pagamento uma cria a cada quatro bezerros nascidos e acertavam contas com o fazendeiro a cada cinco anos. Os vaqueiros acabavam formando pequenos rebanhos de sua propriedade e, muitos deles, partiam para a criação de sua própria fazenda de gado.

Com as novas fazendas, maior expansão territorial, maior conquista e avanço em direção ao interior, a pecuária, que nasceu ligada às necessidades dos engenhos, tornou-se atividade autônoma que se justificava economicamente.

Os auxiliares dos vaqueiros, denominados fábricas, eram pagos com dinheiro e o pagamento tanto poderia ser mensal como anual.

Os fábricas dificilmente tornavam-se criadores, pois o que recebiam era insuficiente para adquirir um novilho e começar um rebanho.

No caso do vaqueiro, o acerto era feito em animais por dois motivos: primeiro, para que ele cuidasse bem do rebanho que, quanto mais crescia, maior lucro lhe daria na hora do acerto; segundo, para coibir o roubo do rebanho, pois, como já foi dito, os animais eram criados soltos e percorriam grandes extensões de terras que o dono da fazenda não podia fiscalizar, ele, então, precisava contar com a fidelidade dos seus vaqueiros, e a melhor forma de conseguir isso era torná-los seus sócios. O mesmo não precisava ser feito com os fábricas, por que eram o tempo todo fiscalizados pelos vaqueiros.

Contando com a grande extensão territorial e não contando com a concorrência metropolitana, a pecuária pôde se desenvolver e se constituir num importante fator de ocupação territorial dos sertões do Nordeste, do vale do São Francisco, do Piauí e do Sul da Colônia.

A expansão da pecuária pelos sertões do Nordeste decorreu da própria expansão da agricultura açucareira.

Assim, para preservar o crescimento da produção açucareira e também da pecuária, Portugal resolveu separar as duas atividades, proibindo a criação de gado na faixa litorânea.

O gado adentra então o interior, o vale do rio São Francisco e Piauí, onde encontra pastagens e salinidade naturais.

Nessas regiões se estabelece uma intensa exploração da pecuária, que abastece o litoral açucareiro (séculos XVI e XVII) e a região mineradora (século XVIII).

A expansão da pecuária para o sul da colônia deu-se após a destruição das missões jesuíticas do Paraná-Paraguai pelas bandeiras de preação (de captura, aprisionamento).

O gado, que era criado nas missões, se evade para o sul, onde, encontrando excelentes pastagens, se desenvolve livremente.

Atraídos pelos rebanhos, paulistas deslocam-se em direção ao sul a fim de se apropriarem do gado, pois por esse tempo, o rápido povoamento da região mineira transforma-a num mercado consumidor de serviços e

produtos variados, entre os quais ocupam lugar importante os animais de transporte, o couro e a carne.

Desta maneira, as "gerais" agem como um fator de estímulo ao desenvolvimento de um setor econômico na região do Rio Grande do Sul, baseado de início no simples aproveitamento da "vacaria", os rebanhos dispersos e semisselvagens, constituindo aos poucos unidades criadoras e mercantis, o que possibilitou a integração física, econômica e política da região Sul no conjunto da realidade colonial.



### 3. Bandeiras e mineração



Meridiano do Tratado das Tordesilhas (370 léguas a oeste de Cabo Verde)





## A mineração e povo do interior (Séc XVII e Séc XVIII)

A mineração era uma atividade que não exigia muitos investimentos.

O ouro florescia em depósitos superficiais, facilitando a exploração.

Diferentemente da lavoura canavieira, a mineração não era um "negócio" exclusivo dos grandes proprietários de terras, aparecendo os pequenos e médios proprietários de lavras, cujo sucesso na exploração estava ligado a qualidade do aluvião.

Com o esgotamento dos depósitos superficiais, os mineradores começaram a explorar os leitos dos rios, cujas areias e cascalhos eram ricos e não exigiam técnicas especiais.

Entretanto, quando se tratava de extrair o ouro das rochas ainda não decompostas pela ação das chuvas e dos rios, os limites técnicos da atividade mineradora logo apareciam.

Em cada área mineradora, estabelecia-se um núcleo de povoamento.

Da serra da Mantiqueira ao distante rio Cuiabá, diversos povoados ribeirinhos foram criados, na maioria das vezes muito distantes uns dos outros.

Estes povoados (chamados de arraiais) surgiram com, "febre" do ouro e, com o esgotamento da produção, alguns entraram em completa decadência, enquanto outros se mantiveram como centros subsidiários da mineração.

A região das Minas Gerais destacou-se como centro da produção mineradora e centro de vida urbana.

As Gerais compreendiam diversos núcleos mineradores, que se estendiam do rio Grande até a nascente do Jequitinhonha.

Entre esses dois rios, muitas vilas foram construídas a partir dos arraiais e da iniciativa da administração colonial para controlar e fiscalizar de maneira mais rígida a produção aurífera.

As vilas da época do ouro originaram cidades importantes do Estado de Minas Gerais. Entre elas, destacam-se Lavras, Vila Rica (hoje Ouro Preto), Sabará, São João Del Rei, Vila Nova da Rainha (hoje Caeté), Ribeirão do Carmo (Mariana) e o Arraial do Tejuco (onde se exploravam os diamantes, atual Diamantina).

O mesmo ocorreu com o caminho do gado do Sul do Brasil – cidades como Curitiba surgiram ao longo desse caminho do Rio Grande do Sul até as Minas Gerais.



## Para onde vai a riqueza das minas?

A riqueza das Minas Gerais concentrou-se nas mãos dos grandes proprietários de minas e dos poucos privilegiados que conseguiram contratos com a metrópole para explorar os diamantes no Arraial do Tejuco. Entretanto, os que mais se enriqueceram foram os grandes comerciantes.

A coroa portuguesa começou a cobrar pesados tributos, para manter as cotas de ouro que alimentavam os gastos da nobreza e o pagamento das dívidas com a Inglaterra.

Da riqueza extraída das minas, boa parte ia para a metrópole, sendo consumida pela nobreza e no pagamento das importações de produtos manufaturados ingleses.

No final do século XVIII a época do ouro apresentou seus sinais de esgotamento.

A exploração metropolitana provocou reações dos grandes proprietários de minas.

A decadência da produção aurífera reduziu a capacidade de as Minas Gerais importarem os produtos manufaturados.

Para suprir suas necessidades de manufaturados, estimulou-se o artesanato nas vilas e fazendas.

O ouro escasseara, as manufaturas foram proibidas.

Restava a colônia viver o final de uma outra atividade econômica — o fim do "Eldorado".

## A atividade cafeeira

O cultivo do café já era conhecido no Brasil desde 1727, quando as primeiras sementes dessa planta nativa da África brotaram em nossa terra.

No "fundo dos quintais" ou nas pequenas lavouras, apareciam os pés de café, destinados ao consumo doméstico. De pequena lavoura o café toma os rumos da

agricultura comercial, tornando-se o principal produto brasileiro de exportação em 1840.



As plantações de café cresceram na província do Rio de Janeiro, ocupando o litoral sul (Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati) e o litoral norte (Maricá, Itaboraí, Magé). Entretanto, seria na região do vale do rio Paraíba do Sul que desabrocharia a produção cafeeira.

Os solos férteis da mata atlântica, a temperatura amena e as chuvas regulares durante o ano fizeram do vale do Paraíba uma região de condições naturais favoráveis ao desenvolvimento do café.

Associado às condições naturais aparecia um elemento fundamental para a produção cafeeira: a crise da mineração deixara um enorme contingente de escravos disponíveis para o trabalho. Desde o seu início, a lavoura cafeeira teve a disposição tudo o que precisava para expandir-se: terras e mão-de-obra.

Entre 1830 e 1870, o vale do Paraíba foi a principal região produtora de café e o centro da economia brasileira. Com o auge do café no vale do Paraíba, o Rio de Janeiro tornou-se o principal porto do país. A lavoura cafeeira seguiu sua expansão, destruindo a floresta tropical em busca de solos férteis, ocupando as terras de pequenos lavradores e das tribos indígenas.

O café invadiu o Sul de Minas e parte do Espírito Santo.

Conquistando novas áreas e deixando os solos cansados para trás, o café seguiu sua marcha atingindo o Oeste paulista. Para acompanhar a expansão da lavoura cafeeira, chegaram ao Brasil, entre 1840 e 1850, 371.625 escravos Africanos. Mas se havia disponibilidade de terras, a mão-de-obra começou a se reduzir com a proibição do tráfico negreiro.

Para superar a falta de braços nos cafezais, recorreu-se ao mercado interno de escravos. O Nordeste açucareiro tornou-se a nova fonte de mão-de-obra escrava.

### A organização da lavoura cafeeira (Séc XIX e Séc XX)

A lavoura cafeeira manteve traços semelhantes aos da lavoura de cana-de-açúcar:

- A grande propriedade de monocultura;
- A utilização de escravos;
- A produtividade do trabalho fundamentada na fertilidade natural dos solos.

A expansão do café não se deu apenas em termos de produção, pois foi acompanhada pela expansão territorial.

Dois fatores podem explicar esse processo:

- Aumento do consumo de café no mercado internacional, estimulando novas plantações;
- Utilização da rotação de terras.

Novas terras eram constantemente incorporadas através da derrubada de matas. Assim, a procura de terras virgens, além da destruição da vegetação natural, criava um sistema extensivo de cultivo que rapidamente desgastava os solos.

### Introdução do trabalho livre

A proibição do tráfico negreiro promoveu a elevação dos preços dos escravos. Muitos fazendeiros preferiram intensificar mais ainda a exploração dos escravos que possuíam. Outros buscaram novas alternativas para expansão de suas fazendas.

Da Europa chegaram os novos trabalhadores dos cafezais. Eram, em sua maioria, camponeses empobrecidos em busca de uma vida melhor no Brasil. Contratados pelos fazendeiros, os imigrantes (suecos, alemães, espanhóis e sobretudo italianos) formaram a nova força de trabalho, destinada a manter a expansão da lavoura cafeeira. O regime escravocrata começou a ser substituído pelo regime de colonato.

Os fazendeiros obtinham financiamento do Estado para pagar a viagem e as despesas com a instalação dos trabalhadores europeus. Por seu lado, os imigrantes se comprometiam a pagar o fazendeiro com seu trabalho.

A expansão do café em direção ao Oeste paulista começou a sentir falta de mão-de-obra. Diante de tal situação, o governo brasileiro passou a se responsabilizar diretamente pela imigração.

Os cafezais cresceram e se expandiram com o regime de colonato. Entre 1887 e 1897, 1300 mil imigrantes pisaram o solo brasileiro. A maioria deles estabeleceu-se em São Paulo.

O trabalhador imigrante não substituiu de imediato o trabalhador escravo. Em 1887 havia 107 mil escravos em São Paulo. Lado a lado, o homem livre e o homem escravo plantavam e colhiam café.

No vale do Paraíba, a lavoura cafeeira continuou apoiada no trabalho escravo. O avanço do trabalho livre foi marginalizando o negro e o colocando em uma situação de grande dificuldade.





• Depois algodão e, em seguida, café, pára o comércio europeu.

É isto ocasionaria algumas marcas na economia e na sociedade brasileira que, em alguns campos, permanecem até hoje.

## 2. O território nacional



### Estado

- É um agrupamento de indivíduos estabelecido sobre um território fixo e obedecendo a uma autoridade soberana, encarregada de realizar o bem comum do grupo, pela criação e funcionamento de serviços públicos;
- É resultado da centralização do poder acima de quaisquer corporações existentes na vida interna da coletividade;
- É formado classicamente por povo, território e governo soberano;
- É o conjunto formado por um Povo e seu Governo, com reconhecimento internacional; exemplo: a República Federativa do Brasil. Estado = Povo + Governo;
- Um povo social, política e juridicamente organizado que, dispondo de um governo próprio, tem soberania sobre determinado território.

A palavra “Estado”, em seu sentido político, pode ser usada em duas acepções:

- Uma corresponde a um Estado (usualmente grafada com e maiúsculo), instituição social politicamente organizada que exerce soberania sobre um território: Brasil, Japão, França, Estados Unidos, Alemanha, etc;
- A segunda acepção corresponde à divisão política interna de alguns Estados que formam uma federação, como o Brasil, Estados Unidos, Alemanha ou México.

As unidades internas são também chamadas de estado (grafada com e minúsculo).

Temos assim, um Estado Federal (União) com seus respectivos estados membros (unidades da federação).

Há Estados em que as unidades internas recebem outros nomes, como:

- Províncias (Argentina, Canadá, etc.);
- Departamentos (França);
- Condados (Reino Unido);
- Regiões (Itália);
- Cantões (Suíça);
- Repúblicas (Federação Russa).

### País:

- Refere-se à paisagem, aos aspectos físicos e naturais do território do Estado, à fauna e à flora, às crenças, às lendas, aos mitos e às tradições, conferindo uma unidade geográfica, histórica e cultural ao povo;

- É a terra, é uma porção da superfície terrestre;
- Quando no decorrer da história, passou a ser controlada por um Estado, que exerce a soberania sobre ela;
- Então se transformou em território;
- É esse território que chamamos de país, ou seja, aquilo que nós vemos, o conjunto formado pelas paisagens naturais e culturais sob o controle do Estado.

### País:

Tem uma conotação física.

### Estado:

Tem conotação política.

Em sua acepção política, com a constituição do Estado-nação a partir da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, passou a ser usada como sinônimo de “Estado”.

### Elementos constitutivos do Estado:

#### Povo:

- É conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estável, o que não ocorre com estrangeiros e apátridas;
- É conjunto de indivíduos habitantes de uma localidade; exemplo: Povo do Brasil. Sinônimos: nação, sociedade, sociedade civil;

O termo povo tem vários sentidos:

- Sinônimo de nação;
- Sentido de agrupamento subordinado a uma mesma autoridade política.

#### População:

- Tem sentido demográfico, quantitativo, agregando todos aqueles que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sejam eles estrangeiros, nacionais ou apátridas, sem que seja necessário haver qualquer vínculo jurídico do indivíduo com o poder estatal;
- É a contagem das pessoas que vivem num determinado território e que ali residem em caráter permanente.

#### Cidadão:

- É a parcela do povo que é titular da capacidade eleitoral ativa;
- Detém o poder de votar e, deste modo, interferir nas decisões políticas e na vida institucional do Brasil, direta ou indiretamente.

#### Cidadania:

- É a capacidade de a pessoa física exercer direitos políticos.



**Território:**

- É a base física do Estado (porção de terra), onde este exerce, soberanamente, autoridade sob sua população;
- É a base geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pôde assegurar a eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

**O território tem duas funções:**

Uma negativa:

- Limitando entre fronteiras, a competência da autoridade política.

Outra positiva:

- Fornecendo ao Estado à base de recursos materiais para ação.

O território é formado pelo:

- Solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental.

**Pátria:**

- É a relação íntima ou emocional das pessoas com seu território.

**Governo:**

- Conjunto das funções necessárias à manutenção da ordem jurídica e da administração pública.

**O Estado de Direito:**

- Surgiu com a declaração de direitos do homem e do cidadão, na Revolução Francesa, separando e limitando os poderes, a vontade geral, a igualdade perante a lei e as garantias individuais.

**Formas de Estado:**

- É comunidade de homens, fixadas sobre um território, com poder superior de ação, de mando e de coerção (força que emana da soberania do Estado e é capaz de impor o respeito à norma legal);
- É pessoa Jurídica de Direito Público Interno.

**Estado Unitário:**

É aquele em que somente existe um poder legislativo, um poder executivo e um poder judiciário, todos centrais com sede na capital, donde derivam as competências meramente administrativas para as federações (centralização);

Todo poder é centralizado, havendo apenas subdivisões internas puramente administrativas, por vezes prevendo a descentralização ou a desconcentração no exercício do poder, mas sem autonomia, ou seja com restrições quanto ao alcance de suas competências administrativas, tributárias e legislativas, sem poder de comando.

**Estado Composto:**

- Existem parcelas de poder atribuídas aos entes;
- Características das democracias.

**Confederação:**

- É a reunião de diferentes Estados, que embora conservando a respectiva autonomia, formam um só, reconhecendo um governo comum;
- As partes componentes do Estado são detentoras de poder próximo ao da soberania, tanto assim que a forma confederativa é definida como um pacto dissolúvel, podendo qualquer das entidades que a integrar dela se retirar.

**Federação:**

- É a união política entre estados ou províncias que gozam de relativa autonomia e que se associam sob um governo central;
- Existe uma unidade central de poder, com poderes maiores do que os das autonomias;
- Existem diversas subdivisões internas com parcelas de poder chamadas autonomias;
- Uma de suas principais características é a indissolubilidade, ou seja podem se desvincular dessa união, não podem exercer direito de secessão.

**Autonomia das entidades estatais na Federação:**

- É a capacidade que cada entidade estatal (no caso brasileiro, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios) tem de gerir os seus interesses dentro de um âmbito jurídico e territorial previamente determinado pelo poder soberano.

**Aspectos essenciais da autonomia:**

- A capacidade de auto-organização: deve possuir Constituição própria;
- A capacidade de autogoverno: eletividade de seus representantes políticos;
- A capacidade de autolegislação: poder de edição de normas e abstratas (termo, conceito, ideia, elemento de classe, etc.) pelos respectivos legislativos;
- A capacidade de auto-administração: prestação e manutenção de serviços próprios;
- A capacidade tributária: poder de criar e cobrar impostos, taxas e contribuições de melhoria.

**União indissolúvel:**

- As partes materialmente componentes da Federação não poderão dela se dissociar, qualquer tentativa separatista é inconstitucional, além de se constituir em crime, e pode render intervenção federal.

**Formas de Governo:**

- Refere-se ao modo pelo qual o Estado se estrutura para o exercício do poder político;

- O governo é a dinâmica do poder, quem exerce o poder governa.

**Governo:** (soberano)

- É o elemento investido por delegação de soberania (poder do povo), que detém e exerce o poder político-administrativo de conduzir os negócios públicos.

**Monarquia:**

- Forma de governo caracterizado por ser exercida por apenas uma pessoa, vitalícia e com direito de sucessão por linhagem real.

**República:** (do latim: res publica)

- A coisa pública, os negócios públicos, a administração do Estado.
- Forma de governo caracterizado pela temporariedade dos mandatos políticos, por eleições periódicas e pela rotatividade do poder.
- A fonte da soberania na república é o povo, que o exercerá direta e indiretamente através dos seus representantes.

**Chefe de Estado:**

Representação do Estado.

**Chefe de Governo:**

Administração do Estado.

**Formas de Estado:**

- Refere-se às relações que os elementos do Estado: povo, território, governo e normas jurídicas, apresentam entre si;
- É o modo pelo qual o Estado se mostra estruturado em sua totalidade.

**Parlamentarismo:**

- Forma de Estado em que a Administração deste é confiada ao Parlamento;
- A representação do Estado perante outros Estados é confiada ao Presidente da República ou, se a forma de governo for à monarquia, ao Rei (Grã-Bretanha);
- O Parlamento é composto por um primeiro-ministro que comanda um gabinete formado por ministros auxiliares;
- O Rei é o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro é Chefe de Governo;
- O Presidente é o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro é Chefe de Governo.

**Presidencialismo:**

- Forma de Estado em que a Administração deste, bem como o Governo (respectivamente, representação do Estado e sua administração), são desempenhadas apenas pelo poder Executivo, tendo como seu representante exclusivo o Presidente da República;

- O Presidente é o Chefe de Estado e o Chefe de Governo.

**Nação:**

- Conjunto de pessoas que possuem língua e tradições comuns, vivendo em um território determinado, com hábitos, tradição, governo, Estado e leis próprias;
- Os elementos constitutivos da nação se fundam em características étnicas e culturais;
- O elemento natural da nação é a raça, a língua e o território;
- Como elemento cultural os costumes, as tradições, a religião, as leis;
- Como elemento psicológico, os sentimentos nacionais;
- A nação envolve o sentimento de determinado povo e sua ligação cultural com o Estado;
- É o conjunto dos nacionais em qualquer território;

**Nacionalidade:**

- É o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado;
- Determina a titularidade dos direitos políticos.

**Soberania:**

- Propriedade que tem um Estado de não dever sua validade a nenhuma outra ordem superior, ou seja, autonomia jurídica, política e administrativa para resolver seus problemas internos sem a intervenção de outros Estados.

**Soberania do Estado Brasileiro:**

- Poder supremo dentro dos limites territoriais do Brasil.

**Soberania Popular:**

- É o reconhecimento de que a origem de todo o Poder da República brasileira é o seu Povo.
- Toda a estrutura do Estado, dada pela Constituição, foi formada em atendimento a esse princípio.
- A soberania é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder.

*"A soberania é a capacidade de impor a vontade própria, em última instância, para a realização do direito justo."*  
(Pinto Ferreira).

*"Por soberania nacional entendemos a autoridade superior, que sintetiza, politicamente, e segundo os preceitos de direito, a energia coativa do agregado nacional."*  
(Clóvis Beviláqua).



*“A soberania é una e indivisível, não se delega a soberania, a soberania é irrevogável, a soberania é perpetua, a soberania é um poder supremo.”*

(BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10ª ed. São Paulo: Editora Malheiros. 1996, p. 126).

O povo é soberano, pois há sua participação no exercício do poder, e tende preservar a vontade coletiva; o território é propriedade do Estado com critérios e condições para sua preservação e exploração; o povo tem direitos políticos.

### A soberania brasileira se estende

#### Mar Territorial:

- É uma faixa de 12 milhas marítimas de largura (350 Km), medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular sobre as quais o Brasil exerce poderes de soberania.

#### Plataforma Continental:

- É o leito e o subsolo marítimo que se estendam até uma profundidade de 200m de profundidade.

#### Espaço Aéreo:

- É a porção da atmosfera que se sobrepõe ao território desse país, incluindo o território marítimo, indo do nível do solo, ou do mar, até 100Km de altitude, onde o país detem o controle sobre a movimentação de aeronaves.



#### Fronteiras:

- São limites de delimitação do território, estas podem ser naturais ou convencionais.

### A República Federativa do Brasil é formada pela:

- União indissolúvel dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Todos autônomos nos termos da Constituição Federal;

- E distribuídos em uma grande extensão territorial, sendo sua área de 8.547.403 km².

#### Governo:

- É sistema político e administrativo que rege uma localidade; exemplo: Governo do Brasil. Constitui-se dos 3 Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

#### Poderes do Estado:

##### O Poder Legislativo:

- Possui as funções típicas de legislar e de fiscalizar;
- Possui a função atípica de:  
Julgar: quando julga os crimes de responsabilidade;  
Administrar: quando realiza uma licitação.

Controla o Poder Judiciário quando:

- Participa da escolha dos membros dos tribunais superiores;
- Julga os ministros do STF nos crimes de responsabilidades;
- Fiscaliza como o judiciário gasta o dinheiro público.

Controla o Poder Executivo quando:

- Julga o Presidente da República, o Vice-Presidente, os ministros de Estado nos crimes de responsabilidades;
- Fiscaliza como o executivo gasta o dinheiro público.

**Na União:** modelo bicameral; Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

**Nos Estados:** modelo unicameral; Assembleia Legislativa.

**No Distrito Federal:** modelo unicameral; Câmara Legislativa.

Nos Municípios: modelo unicameral; Câmara Municipal.

##### O Poder Executivo:

- Possui as funções típicas de administrar.
- Possui a função atípica de:  
Legislar: quando edita medidas provisórias ou leis delegadas.

Controla o Poder Judiciário quando:

- Nomeando os ministros do STF e dos demais tribunais superiores.

Controla o Poder Legislativo quando:

- Participando das elaborações de leis (sanção e veto presidencial);
- Participando da escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União.

**Na União:** Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.

**Nos Estados:** Governador auxiliado pelos Secretários estaduais.

**No Distrito Federal:** Governador auxiliado pelos Secretários distritais.

**Nos Municípios:** Prefeito auxiliado pelos Secretários municipal.

#### O Poder Judiciário:

- Possui as funções típicas de julgar.
- Possui a função atípica de administrar: quando realiza um concurso público.

Controla o Poder Legislativo quando:

- Verificando a constitucionalidades das leis e atos administrativos;
- Julgando os membros do Congresso Nacional dos crimes comuns;
- Julgando os ministros do Tribunal de Contas da União dos crimes comuns e dos crimes de responsabilidades.

Controla o Poder Executivo quando:

- Verificando a constitucionalidades das leis e atos administrativos;
- Julga o Presidente da República, o Vice-Presidente, os ministros de Estado nos crimes comuns.

Órgãos do Poder Judiciário:

- Supremo Tribunal Federal;
- Conselho Nacional de Justiça;
- Superior Tribunal de Justiça;
- Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- Tribunais e Juizes do Trabalho;
- Tribunais e Juizes Eleitorais;
- Tribunais e Juizes Militares;
- Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal.

A justiça brasileira é dualista (Federal e Estadual).

**Organização do Estado:** Político-Administrativa

#### União:

- É entidade federativa autônoma em relação aos Estados-membros e municípios, constituindo pessoa jurídica de direito público interno.

#### Estado Federal:

- É pessoa jurídica de direito internacional, formada por Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;
- Juridicamente formada por Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios mais a União.

#### Estados-membros:

- São pessoas jurídicas de direito público interno;
- Dotados de autonomia com capacidade de:  
Auto-organização e normatização própria;  
Autogoverno e autoadministração

- Os estados detêm Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário próprios.

#### Distrito Federal:

- É pessoa jurídica de direito público interno;
- Dotado de autonomia com capacidade de:  
Auto-organização e normatização própria;  
Autogoverno e auto-administração.
- O Distrito Federal detém Poder Executivo, Poder Legislativo próprio, mais o Poder Judiciário é organizado e mantido pela União.

#### Município:

- É pessoa jurídica de direito público interno;
- Dotado de autonomia com capacidade de:  
Auto-organização e normatização própria;  
Autogoverno e auto-administração.
- O Município detém Poder Executivo, Poder Legislativo próprios, não possui o Poder Judiciário.

#### Brasília a Capital Federal:

- A Capital da República não é o Distrito Federal, a Capital da Federal é Brasília. O Distrito Federal é um quadrilátero de segurança que envolve a Capital Federal.

---

### 3. Características gerais do território brasileiro

---

#### Dados Técnicos



- **Nome oficial:** República Federativa do Brasil;
- **Capital:** Brasília;
- **Nacionalidade:** brasileira;
- **Área:** 8 547 403,5 km<sup>2</sup> (ocupa a 5ª colocação mundial, sendo superado por Rússia, Canadá, China e EUA);
- **População:** 191 milhões – (9/2009) (ocupa a 5ª colocação mundial, sendo superado por China, Índia, EUA e Indonésia);
- **Governo:** República presidencialista;
- **Divisão administrativa:** 26 unidades da Federação e 1 Distrito Federal;
- **IDH:** 0,813 (75º – 2007).



### Localização



Ocupa o centro-leste da América do Sul e, sendo cortado pelo Equador, apresenta 7% de terras no hemisfério norte e 93% de terras no hemisfério sul. Em relação ao meridiano principal, o país está 100% no hemisfério ocidental.



### Limites

#### Fronteiras e Pontos Extremos

Da América do Sul, o Brasil ocupa 47,3% da área total, sendo a porção centro-oriental.

Sua limitação é com o oceano Atlântico no Leste, com um litoral de 5 800 km lineares, se não considerarmos as reentrâncias e saliências, só o perímetro.

Do outro lado, no oeste, sul, sudoeste e noroeste, o Brasil apresenta fronteiras com vários países da América do Sul continental, exceto dois: o Chile e o Equador.

Os demais países têm 12 000 km de fronteiras, se considerarmos o perímetro, distribuídos nos seguintes limites do Brasil.

#### Ao norte

As três Guianas, ou seja, República da Guiana (ex-Guiana Britânica), Suriname (ex-Holandesa) e a Guiana Francesa (ainda dependente).

Esses três pequenos países estão “encaixados” entre os Estados brasileiros do Amapá, ao leste, e Roraima, a oeste, tendo o Pará, ao sul.

#### A noroeste

A Venezuela e a Colômbia, que possuem largas fronteiras com o Brasil e entre si.

Existem terras não bem demarcadas entre esses países que podem vir a ser pontos de disputa, como aconteceu entre o Brasil e a Venezuela em 1993, resolvidos diplomaticamente através de novas demarcações.

#### A oeste

Temos nossas mais extensas áreas fronteiriças com a Bolívia e, em seguida, com o Peru.

#### A sudoeste

Temos a fronteira com o Paraguai e a Argentina, integrantes do Mercosul.

#### Ao sul

Com o Uruguai, que até 1828 estava forçosamente unido ao Brasil como a província Cisplatina.



**A menor fronteira do Brasil é com**

O Suriname, com apenas 643 km entre os dois países.

Não faz fronteira com o Brasil, Chile e Equador.

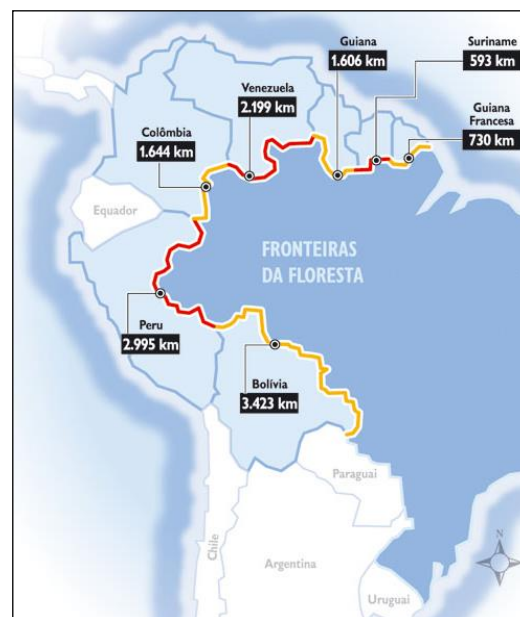
Ponto Extremo	Acidente Geográfico	Localização	Posição Geográfica
<b>NORTE</b>	Nascente do rio Ailã, na serra Caburá	Fronteira do Estado de Roraima com a República Cooperativista Guiana (Ex-Guiana Inglesa)	5° 16' 19'' latitude norte
<b>SUL</b>	Arroio Chuí	Fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai	33° 45' 9'' latitude sul
<b>LESTE</b>	Ponta Seixas, no cabo Branco	Estado do Pará	34° 45' 54'' longitude oeste
<b>OESTE</b>	Serra da Contamana	Estado do Acre	73° 59' 32'' longitude oeste



**Fronteiras do Brasil**

A formação do atual território do Brasil remonta ao século XIV, ao início da chamada Era dos Descobrimientos quando se impôs a partilha das terras descobertas e a descobrir entre as monarquias Portuguesa e Espanhola, pioneiras nas grandes navegações.

No início do século XX, o Brasil consegue a definição das fronteiras terrestres, e prosseguem em nossos dias, no tocante à definição das fronteiras marítimas, na questão denominada pela Marinha do Brasil como "Amazônia Azul".



## No Brasil Colônia

Esta fase inicia-se com a partilha luso-espanhola das terras encontradas a partir do final do século XV, cuja mediação seria realizada pela Santa Sé, a única e verdadeira autoridade supranacional que era admitida pelos reinos cristãos.

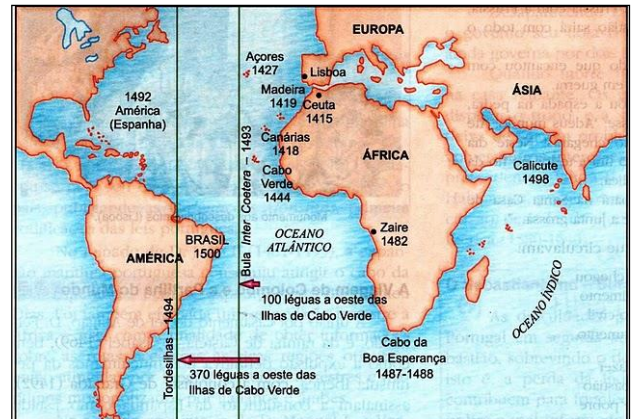
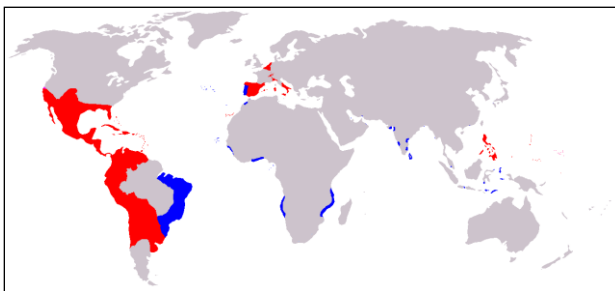
Assim, as várias bulas papais vão garantir a Portugal a missão de catequese nas áreas ultramarinas recém-descobertas (como Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé), o que significava a posse destes territórios. Porém essas bulas, como é o caso da mais conhecida delas, a Inter Coetera (1493), privilegiava os espanhóis no tocante à posse do novo continente (a América), já que a linha demarcadora garantiria a Portugal apenas a posse da África e de algumas ilhas no Atlântico.

### 1º Tratado: Bula Inter Coetera (04 de maio de 1493)

No qual o Papa Alexandre VI concedeu a Espanha as terras descobertas ou que se descobrissem a partir de um meridiano distante 100 (Cem) léguas a Ocidente de qualquer das ilhas de Açores e Cabo Verde.

Em 4 de maio de 1493, a Bula Inter Coetera estabeleceu um acordo que determinava as regiões de exploração de cada uma das nações ibéricas. Uma linha imaginária a 100 léguas (660 quilômetros) da Ilha de Açores dividia o mundo, determinando que todas as terras a oeste dessa linha seriam de posse da Espanha e a leste seriam fixados os territórios portugueses. Dessa maneira, a disputa parecia resolvida.

No entanto, por motivos não muito claros, o rei Dom João II exigiu a revisão do acordo diplomático. A Coroa Portuguesa sabia da existência de terras na parte sul do novo continente. As autoridades lusas mais uma vez ameaçaram a Espanha caso o pedido de revisão não fosse acatado. Mais uma vez, o papa foi convocado para intermediar novas negociações.



### 2º Tratado: Tratado de Tordesilhas (07 de julho de 1494)

Assinado na povoação castelhana de Tordesilhas, que hoje faz parte da Espanha, mas, naquela época, situava-se entre Portugal e Castela, o tratado definiu a partilha do chamado Novo Mundo entre ambas as Coras, um ano e meio após Cristóvão Colombo ter reclamado oficialmente a América para Isabel a Católica.

O Tratado de Tordesilhas anulou a Bula Alexandrina, e estabeleceu a divisão do globo terrestre em dois hemisférios por um meridiano localizado a 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde.

Pela linha divisória traçada de polo a polo, as terras até 370 léguas (2500 quilômetros) a Oeste das ilhas de Cabo Verde pertenciam a Portugal, e as terras a Leste, a Espanha.

A localização correta das Linhas de Tordesilhas revelou-se impraticável, na época, pela impossibilidade da determinação de longitudes, o que só foi possível cerca de dois séculos após.

Por essa demarcação, os limites do Brasil iam de Belém do Pará a Laguna, em Santa Catarina.

Com esse novo acordo, Portugal assegurou sua autoridade sobre parte dos territórios do Brasil, que teve sua descoberta anunciada sete anos mais tarde.

Durante o domínio espanhol (1580-1640), esse tratado perdeu o efeito em virtude e todas as terras portuguesas terem caído sob o poder de Espanha.

### 3º Tratado: Tratado de Utrecht (Primeiro) (13 de abril de 1713)

Firmado entre Portugal (Dom João) e a França (Luiz XIV) na Vila de Utrecht na Holanda, para estabelecer os limites entre os dois países na costa norte do Brasil.

Essas delimitações serviram para defender a posição brasileira na questão do Amapá.

A França com este Tratado desistiu de qualquer direito e pretensão sobre a propriedade das Terras chamada do Cabo do Norte, e Situadas entre o Rio das Amazonas e o de Japoc ou de Vicente Pinsão, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam de Portugal.

E reconhece pelo presente Tratado, que as duas margens do Rio das Amazonas, assim Meridional como Setentrional, pertencem em toda a Propriedade, a Portugal.

#### 4º Tratado: Tratado de Utrecht (Segundo) (06 de fevereiro de 1715)

Firmado entre Portugal (Dom João V) e a Espanha (Felipe V), na Vila de Utrecht na Holanda, restabelecendo a posse da Colônia de Sacramento para Portugal nas margens Setentrional do Rio da Prata.

#### 5º Tratado: Tratado de Madri (13 de janeiro de 1750)

Firmado entre Portugal (Dom João V) e a Espanha (Dom Fernando VI), para estabelecer os limites de suas colônias na América do Sul, respeitando a ocupação real dos territórios, abandonando por completo a "linha de Tordesilhas".

Dessa forma, a Colônia de Sacramento passaria para o domínio da Espanha. Com esse Tratado o Brasil ganhou já um perfil próximo ao de que dispõe hoje.

O Tratado foi assinado para pôr fim às disputas luso-espanholas na América, promovendo a troca da Colônia do Sacramento pelas Missões.

Portugal havia fundado Sacramento, dentro de território espanhol, para obter e manter a livre navegação no Rio da Prata.

- Permutou a Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões;
- Revogou o Tratado de Tordesilhas, e com isso anulou o meridiano que dividia o Brasil entre Portugal (leste) e Espanha (oeste), adquirindo, o nosso território, a configuração de hoje, praticamente;
- Consagrou o princípio do Uti-Possidetis (quem tem a posse tem o domínio);
- Deu à Espanha a navegação exclusiva no Rio da Prata;
- Provocou a reação indígena guarani, com o cacique José (Sepé) Tiarajú, surgindo a Guerra Guaranítica (1752-56). Sepé foi morto três dias antes da última batalha, a de Caibaté, onde morreram combatendo mais de 1700 índios;
- Motivou a vinda de casais açorianos para o sul do Brasil. Em 1752, foi fundada Porto Alegre;
- Motivou o aumento do poderio militar português no sul;
- Causou a mudança da capital do Vice-Reino de Salvador (BA) para o Rio de Janeiro;
- Criou a Capitania D'El Rey de São Pedro do Rio Grande do Sul;
- Deu a Portugal a posse da Amazônia;
- Motivou a construção do Forte Príncipe da Beira, da Fortaleza de Macapá e do Forte de Tabatinga, entre outros;
- Definiu o Rio Uruguai como fronteira oeste do Brasil com a Argentina.



Mas a aplicação das determinações do Tratado de Madri sofreu muita oposição, principalmente na demarcação das fronteiras e particularmente por parte dos índios guaranis, insuflados pelos jesuítas.

Sua confirmação, ocorrida em Badejos (1801).

#### 6º Tratado: Tratado de El Pardo (12 de fevereiro de 1761)

Suspende o de Madri, e com isso a demarcação das fronteiras. A Espanha declara guerra a Portugal.

Tratado de Paris (1763): põe fim à guerra.

#### 7º Tratado: Tratado de Santo Ildefonso (01 de outubro de 1777)

Tratado entre Portugal e Espanha, que, em linhas gerais, seguiu os limites estabelecidos pelo Tratado de Madri, embora com prejuízo para Portugal no extremo sul do Brasil.

Com a assinatura do tratado, a rainha de Portugal, D. Maria I, e o rei da Espanha, Carlos III, praticamente revalidaram o Tratado de Madrid e concederam fundamento jurídico a uma situação de fato:

- Os espanhóis mantiveram a colônia e a região dos Sete Povos das Missões, que depois passou a compor grande parte do estado do Rio Grande do Sul e do Uruguai;
- Em troca, reconheceram a soberania dos portugueses sobre a margem esquerda do rio da Prata;
- Cederam pequenas faixas fronteiriças para compensar as vantagens obtidas no sul.
- Portugal recebeu de volta a Ilha de Santa Catarina e ficou com quase todo o atual Estado do Rio Grande do Sul.

#### 8º Tratado: Tratado de Badejos (06 de julho de 1801)

Firmado entre Portugal (Dom João) e a Espanha (Carlos IV), Estabelece as condições de paz na Península Ibérica, sem fazer menção aos limites das colônias de Portugal e da Espanha na América do Sul, tornando nulas, na prática, todas as disposições a respeito, entre os dois países.



A convenção permitiu a expansão da ocupação gaúcha até o rio Uruguai.

Põe fim à nova guerra entre Portugal e Espanha (Guerra das Laranjas).

Confirma, finalmente, o Tratado de Madri.

Antes, os luso-brasileiros-gaúchos haviam invadido os Sete Povos das Missões, expulsando os espanhóis.

O que foi conquistado continuou nosso. As fronteiras da Capitania com as possessões espanholas, a oeste, ficam sendo, praticamente, as de hoje, exceto os atuais limites com o Uruguai, que seria criado posteriormente.

A situação só ficaria resolvida em 1828, pelo Tratado do Rio de Janeiro, com a criação da República Oriental do Uruguai como estado-tampão, e a consequente delimitação das fronteiras.

### 1ª Fronteira Brasil - Guiana Francesa

- Tratado de Paz e Amizade de Utrecht (13 de abril de 1713)
- Tratado do Rio de Janeiro (10 de abril de 1897)
- Laudo Arbitral: 01 de dezembro de 1900

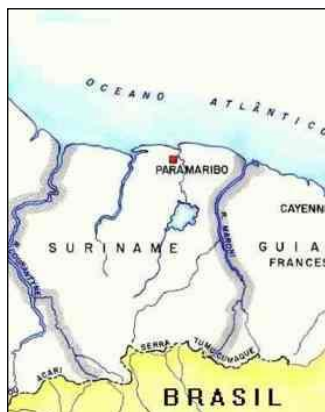
### Tratado do Rio de Janeiro (10 de abril de 1897)

A 10 de abril de 1897 foi assinado no Rio de Janeiro entre o Governo da República Francesa e o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil um tratado pelo qual os dois Estados encarregaram o Conselho Federal Suíço de fixar definitivamente, por decisão arbitral, as fronteiras do Brasil e da Guiana Francesa.

Conforme o sentido preciso do art. 8 do tratado de Utrecht, o rio Oiapoque ou Vicente Pinsão é o Oiapoque, que deságua no Oceano a oeste do cabo de Orange e que pelo seu talvegue (linha sinuosa, no fundo de um vale, pela qual as águas correm) deve ser traçada a linha de limites.

### 2ª Fronteira Brasil - Suriname

- Tratado do Rio de Janeiro (05 de maio de 1906)
- Tratado do Rio de Janeiro (05 de maio de 1938)
- Acordos: 27 de abril de 1931 e 22 de setembro de 1931



### Tratado do Rio de Janeiro (05 de maio de 1906)

Depois de resolvidos os problemas com os países vizinhos, os holandeses puderam assinar com o Brasil o tratado que fixa os limites pelo "divortium aquarum" separando as águas dos rios que deságuam no Oceano Atlântico das águas dos rios que são afluentes ou subafluentes amazônicos.

### Tratado do Rio de Janeiro (05 de maio de 1938)

A fronteira foi levantada e demarcada de 1935 a 1938 pela Comissão Mista Brasileiro-Neerlandesa, que plantou 60 marcos, além de participar da aprovação e implantação dos dois marcos de trijunção. Terminada a "demarcação" (com a assinatura da Quinta e Última Conferência da Comissão Mista), foram aprovados os trabalhos por troca de Notas Revezais.

### 3ª Fronteira Brasil - Guiana

- Tratado de Londres (06/11/1901)
- Tratado de Roma (06/06/1904)
- Convenção Especial e Complementar (22/04/1926)
- Acordos: 18/03/1930 e 27/10/1932



### Tratado de Londres (06 de novembro de 1901)

Em 1901 foi assinado em Londres o Tratado de Arbitramento, no qual, o Brasil e Inglaterra submetem o litígio ao arbitramento de Sua Majestade o Rei da Itália.

Nessa ocasião foi feita uma "Declaração Anexa", onde se estabeleceu que a leste do território contestado, seguiria o limite pelo "divortium aquarum" entre a bacia do Amazonas (no Brasil) e as do Corentyne e do Essequibo (na Guiana).

### Tratado de Roma (06 de junho de 1904)

O Laudo proferido em Roma (em junho de 1904), determinou que a fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica seguisse por uma linha que, partindo do Monte Yakontipu iria à direção leste, pelo divisor das águas, até a nascente do rio Mau (ou Ireng).

Depois de proferido o Laudo, o reconhecimento sobre a fronteira constatou que o rio Cotingo não nasce no monte Yakontipu, porém no monte Roraima, mais a oeste, como havia sido constatado pela Comissão Brasileira de Limites com a Guiana em 1884 (ficando então em aberto a parte da fronteira entre o monte Yakontipu e o monte Roraima - início da fronteira do Brasil com a Guiana).

Laudo de Roma, 1904, a favor da Grã-Bretanha.

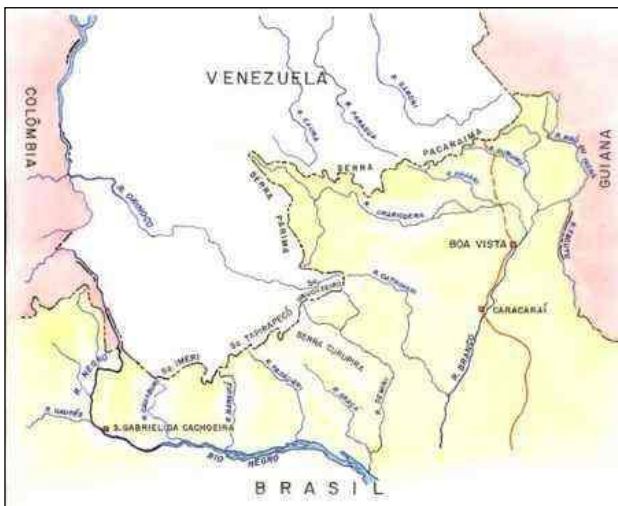
### Convenção Especial e Complementar (22 de abril de 1926)

Esta situação somente foi resolvida em 22 de abril de 1926, por ocasião da assinatura de uma "Convenção Complementar" e de um "Tratado Geral de Limites".

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Grã-bretanha e Irlanda e dos Domínios Britânicos do Ultramar e o Imperador da Índia, no intuito de completarem a determinação das fronteiras entre os seus respectivos territórios, declaram que a nascente do rio Tacutú, onde termina a linha divisória e não no monte Vindaua (Wintawa), como se supunha.

### 4ª Fronteira Brasil - Venezuela

- Tratado de Caracas (05 de maio de 1859)
  - Tratado do Rio de Janeiro (24 de julho de 1928)
- Protocolos: 09 de dezembro de 1905; 29 de fevereiro de 1912 e 24 de julho de 1928



### Tratado de Caracas (05 de maio de 1859)

Quando por ocasião da assinatura do Tratado de Limites e Navegação de 1859 com o Brasil, havia ainda pendência entre Venezuela e Colômbia sobre as terras a oeste do rio Negro (pendência só resolvida em 1891).

Comissões Mistas, 1880 a delimitação deveria ser a nascente do Memachi até o rio Negro, próximo a Pedra de Cucuí; de lá, em linha geodésica, até o serro Cupy.

Comissão Brasileira, 1882/1884, Chefe: Ten Cel Eng Francisco Xavier Lopes de Araújo, depois Barão de Parima (Brasil) a delimitação deveria ser o Trecho até o Monte Roraima (em 1892 a Venezuela perde para a Colômbia o trecho de Cucuí até o Memachi).

### Tratado do Rio de Janeiro (24 de julho de 1928)

Os Senhores Dr. Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, e Dr. José Abel Montilla, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (plenos poderes) dos Estados Unidos de Venezuela, reunidos no Palácio Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro.

Decisão criação de uma Comissão Mista a delimitação deveria ser a Linha geodésica Cucuí-Uá e limite a partir do Monte Roraima; serras Parima e Pacaraima.

### 5ª Fronteira Brasil - Colômbia:

- Tratado de Bogotá (24 de abril de 1907)
- Tratado do Rio de Janeiro (15 de novembro de 1928)
- Protocolo: 24 de abril de 1927
- Acordos: 12 de março de 1930; 27 de agosto de 1952 e 05 de agosto de 1976



### Tratado de Bogotá (24 de abril de 1907)

Acertou os limites ao norte de Apopóris (afluente do rio Japurá / Caquetá), até a fronteira com a Guiana, deixando-se o acerto da reta Apopóris / Tabatinga para mais tarde, visto estar essa região sendo disputada pela Colômbia, Peru e Equador.

### Tratado do Rio de Janeiro (15 de novembro de 1928)

Uma vez reconhecida à Colômbia (em 1922) como único país confinante na região entre os rios Apaporis e Amazonas, foi acertada a fronteira nessa grande reta, pelo "Tratado de Limites e Navegação Fluvial" de 15 de novembro de 1928, que também previu uma Comissão Mista para proceder a demarcação, com colocação de marcos, tanto neste trecho da fronteira como no trecho definido no tratado anterior de 1907.

Em 1930 é constituída a Comissão Mista de Demarcação dos Limites Brasil-Colômbia, estabelecendo-se as instruções para a demarcação da fronteira. Em seguida é iniciada a construção dos primeiros marcos na região do Apaporis.

Em 1937 é completada a demarcação de toda a fronteira, com a aprovação de 29 marcos.

### 6ª Fronteira Brasil - Peru



- Tratado de Lima (23 de outubro de 1851)
- Tratado do Rio de Janeiro (08 de setembro de 1909)
- Protocolos: 22 de outubro de 1861; 29 de abril de 1912 e 19 de abril de 1913

### Tratado de Lima (23 de outubro de 1851)

Foi assinado em Lima, por Duarte de Ponte Ribeiro, encarregado de Negócios do Brasil, e Bartolomé Herrera, Ministro Interino das Relações Exteriores do Peru, o Tratado de Comércio, Navegação e Limites.

Nesse tratado, reconheceu-se como limite a povoação de Tabatinga, e daí para o norte uma linha reta a encontrar o rio Japurá, defronte da foz do Apaporis (mais tarde este trecho da fronteira, que era disputado por Peru, Colômbia e Equador, passou para o domínio da Colômbia) e, de Tabatinga para oeste e para o sul, o rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas".

### Tratado do Rio de Janeiro (08 de setembro de 1909)

Na cidade do Rio de Janeiro, por Barão do Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores do

Brasil, e o Dr. Hernán Velarde, Ministro Plenipotenciário (plenos poderes) Peruano no Brasil.

O acordo estabeleceu a definição da linha de limites, desde a nascente do rio Javari, até o início da divisória brasileiro-boliviana, no rio Acre.

### 7ª Fronteira Brasil - Bolívia

- Tratado de Amizade, Limites e Comércio (27 de março de 1867)
- Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903)
- Tratado de Natal (25 de dezembro de 1928)
- Notas Reversais (29 de abril de 1941)
- Acordo de Roboré - Nr. 1 C/R (29 de março de 1958)



### Tratado de Amizade, Limites e Comércio (27 de março de 1867)

Comissão Brasileira de Limites chefiada pelo Capitão de Mar e Guerra Antônio Cláudio Soído aceitou com divisa a ocupação portuguesa do século XVIII e legitimou o traçado do limite incluindo a margem oriental do rio Guaporé e Mamoré (uti-possidetis); seguiria num paralelo desde a confluência do Beni-Mamoré para oeste, até as nascentes do rio Javari (desconhecida).

### Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903)

Pelo tratado de Petrópolis, a Bolívia cedeu ao Brasil 142.800 km<sup>2</sup> do território litigioso e 48.100 km<sup>2</sup> de território reconhecidamente boliviano porém ocupado por brasileiros.

O Brasil cedeu a Bolívia 2.296 km<sup>2</sup> habitados por bolivianos entre os rios Madeira e Abunã; 726 km<sup>2</sup> na margem direita do rio Paraguai, terrenos alagados de Bahia Negra; 166 km<sup>2</sup> sobre a lagoa de Cáceres e outros pequenos trechos.

O Brasil promete construir a estrada de ferro ligando Santo Antônio do Madeira a Vila Bela, na confluência do Beni-Mamoré, deu liberdade de trânsito fluvial e ferroviária e pagou uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas.



### **Tratado de Natal (25 de dezembro de 1928)**

Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias ou de Natal, Senhor Octavio Mangabeira, Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Senhor Fabián Vaca Chávez, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo Brasileiro além de confirmar a linha de fronteira tratou da construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto convenientemente escolhido entre Porto Esperança e Corumbá, terminasse em Santa Cruz de la Sierra.

### **Notas Reversais (29 de abril de 1941)**

A demarcação da Baía Grande.

A Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana efetuará a demarcação a que se refere à cláusula VII das Notas Reversais de 29 de abril de 1941, pela forma seguinte: a partir do marco do Morro dos Quatro irmãos, seguirá a linha de fronteira em direção a um ponto sobre a margem norte da Baía Grande (Laguna Del Marfil), de forma a que a Baía Grande fique dividida em duas partes iguais aproximadamente. A partir deste ponto seguirá em linha reta até o marco do Turvo, continuando para Leste pelo paralelo que passa por este marco, até a sua interseção com a geodésica que une o marco de Quatro Irmãos com a nascente do rio Verde, reconhecida em 1909 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, e por esta geodésica até a nascente reconhecida em 1909 acima referida.

### **Acordo de Roboré - Nr 1 C/R (29 de março de 1958)**

No dia 29 de março de 1958, os Chanceleres José Carlos Macedo Soares e Manuel Barrau Pelaez, representantes, respectivamente, dos Governos do Brasil e da Bolívia, reuniram-se na cidade boliviana de ROBORÉ e assinaram 32 instrumentos compreendendo negociações de petróleo, comércio, cooperação econômica e técnica, livre trânsito, limites, ligações ferroviárias e intercâmbio fronteiriço.

### **8ª Fronteira Brasil - Paraguai**

- Tratado de Limites (09 de janeiro de 1872)
- Tratado Complementar (21 de maio de 1927)
- Protocolo de Instruções (09 de maio de 1930)
- Ata de Foz do Iguazu (22 de junho de 1966)
- Protocolo Adicional ao Tratado de 1927 (04 de dezembro de 1975)
- Notas - Ilhas do Rio Paraguai (15 de fevereiro de 1978)



### **Tratado de Limites (09 de janeiro de 1872)**

Define a fronteira Brasil-Paraguai desde a foz do rio Apa, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, até a foz do rio Iguazu no Paraná.

### **Tratado Complementar (21 de maio de 1927)**

Define a fronteira Brasil-Paraguai no rio Paraguai, no trecho compreendido entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Bahia Negra - ponto tripartite Brasil-Paraguai-Bolívia.

### **Protocolo de Instruções (09 de maio de 1930)**

Na década de 1930 tiveram início os trabalhos de caracterização nos divisores de águas das serras de Amambai e Maracaju, tendo sido estudadas as posições dos marcos sobre o levantamento topográfico dos ditos divisores (ao longo de mais de 430 quilômetros). Esses trabalhos foram realizados até cerca de 12 quilômetros do rio Paraná. Ao longo da fronteira seca (dividida, para facilidade de trabalho, em 4 setores), foram construídos, até 1963, 852 marcos (secundários e especiais).

### **Ata de Foz do Iguazu (22 de junho de 1966)**

O Ministro de Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Embaixador Juracy Magalhães, e o Ministro de Relações Exteriores da República do Paraguai, Doutor Raul Sapena Pastor, havendo-se reunido às margens do rio Paraná, alternadamente nas cidades de Foz do Iguazu e Porto Presidente Stroessner, nos dias 21 e 22 de junho de 1966, passaram revista aos vários aspectos das relações entre os dois países, inclusive aqueles pontos sobre os quais têm surgido ultimamente di-

vergências entre as duas Chancelarias, e chegaram às seguintes conclusões:

Proclamaram a disposição de seus respectivos Governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá.

Concordaram em estabelecer, desde já, que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país.

A assinatura do Tratado de Itaipu em 1973, abriu caminho para a construção da barragem e da Hidroelétrica de Itaipu e a consequente criação de um lago artificial com área aproximada de 1.400 km<sup>2</sup>, pouco ao norte da região de Foz do Iguaçu.

O artigo 7º desse Tratado estabelece que "as instalações destinadas à produção de energia elétrica e obras auxiliares não produzirão variação alguma nos limites entre os dois países, estabelecidos nos Tratados vigentes". Estão assim preservados os limites definidos pelo Tratado de 1872.

#### **Protocolo Adicional ao Tratado de 1927 (04 de dezembro de 1975)**

Refere-se às determinações para o estabelecimento dos limites cujas definições ou critérios ficaram dúbios ou ausentes no Tratado de 1927.

Refere-se, com isso, apenas ao trecho do rio Paraguai, deixando ainda pendente a questão das ilhas deste rio.

O limite ao longo do rio Paraguai foi definido pelo Tratado Complementar de 1927 - que, por ter redação dubitativa, foi implementado pelo Protocolo Adicional de 1975.

#### **Notas - Ilhas do Rio Paraguai (15 de fevereiro de 1978)**

Após entendimento da Comissão Mista, as ilhas ao longo do trecho limítrofe do rio Paraguai foram adjudicadas a um e outro país.

Com tal determinação, editada em 15 de fevereiro de 1978, ficaram estabelecidas as possessões insulares do rio Paraguai, que deixaram de ser contempladas pelo Protocolo de 1927.

#### **9ª Fronteira Brasil - Argentina**

- Laudo Arbitral (05 de fevereiro de 1895)
- Tratado de Limites (06 de outubro de 1898)

- Artigos Declaratórios (04 de outubro de 1910)
- Convenção Complementar (27 de dezembro de 1927)



#### **Laudo Arbitral (05 de fevereiro de 1895)**

O Presidente dos Estados Unidos da América entre a República Argentina e o Brasil, para o ajuste de uma questão de limites controversa, dispõe, entre outras cousas, o seguinte:

Pretensão do Brasil: limite passaria, ao norte, pelo rio Iguaçu; ao sul pelo rio Uruguai; a oeste pelo rio Pepiri-Guaçu e Santo Antônio.

Pretensão da Argentina: limite passaria a leste pelos rios Chapecó e Jangada.

Brasil defende nulidade do Tratado de 1777, o uti-possidetis de 1810 e a demarcação de 1759/60.

Decisão favorável ao Brasil:

Que a linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil, na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão, é constituída e ficará estabelecida pelos rios e seguindo os rios Pepiri (também chamado Pepiri-Guaçu) e Santo Antônio, a saber, os rios que o Brasil designou na exposição e documentos que me foram submetidos como constituindo o limite acima denominado sistema ocidental.

#### **Tratado de Limites (06 de outubro de 1898)**

Representando o Brasil o Sr General de brigada Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores e representando a Argentina Sr Dr D. Epiphanyo Portela, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da mesma República.

Decisão:

A linha divisória entre o Brasil e a República Argentina começa no rio Uruguai defronte a foz do rio Quairaim (este início da linha divisória foi corrigido pela Convenção Complementar de 1927) e segue pelo talvegue daquele rio até à foz do rio Pepiri-guaçu. A margem esquerda ou oriental do Uruguai pertence ao Brasil e a direita ou ocidental à República Argentina.

As ilhas do Uruguai e do Iguacu ficarão pertencendo ao país indicado pelo talvegue de cada um desses rios.

### **Artigos Declaratórios (04 de outubro de 1910)**

Na cidade do Rio de Janeiro, reunidos no Palácio Itamaraty os Senhores Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, e Dr. Julio Fernández, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Republica Argentina.

Decisão:

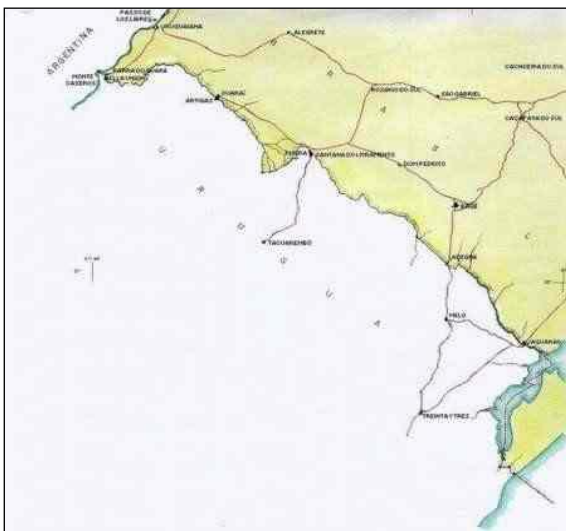
Considerando a necessidade de serem reparados ou reconstruídos marcos em nossa fronteira comum, já definitivamente demarcada desde 1904, e de ser inspecionada a linha seca entre as nascentes dos rios Santo Antônio e Pepiri-Guaçu, com o objetivo, neste último caso, de verificar a necessidade de serem reformados os marcos existentes.

### **Convenção Complementar (27 de dezembro de 1927)**

Com a finalidade de complementar o trecho final da linha de limite, junto a foz do rio Quarai, no rio Uruguai.

### **10ª Fronteira Brasil - Uruguai**

- Tratado de Limites (12 de outubro de 1851)
- Tratado da Lagoa Mirim (30 de outubro de 1909)
- Convenção do Arroio São Miguel (07 de maio de 1913)
- Estatuto Jurídico (20 de dezembro de 1933)
- Notas Reversais - Arroio Chuí (21 de julho de 1972)



### **Tratado de Limites (12 de outubro de 1851)**

Comissão Mista de Limites, 1853 baseado no princípio do uti-possidetis- Chefes: Mal Francisco José de Souza Soares D' Andréa, Barão de Caçapava, substituí-

do em 1858 pelo Brigadeiro Pedro D' Alcântara Bellegarde (Brasil); Cel Maria José Reyes (Uruguai).

Delimitação do Trecho entre a barra do Arroio Chuí e a foz do rio Quarai.

Nessa ocasião foram erigidos 13 marcos principais e 49 marcos intermédios (ou secundários) ao longo de toda fronteira, desde a barra do arroio Chuí até a foz do Quarai, no rio Uruguai.

### **Tratado da Lagoa Mirim (30 de outubro de 1909)**

Estabelece condomínio (co-propriedade) entre Brasil e Uruguai da Lagoa Mirim, tratando da demarcação na lagoa Mirim e no arroio São Miguel, para cumprimento do Tratado de 1909 (quando o Brasil cedeu o condomínio das águas dessa lagoa ao Uruguai).

### **Convenção do Arroio São Miguel (07 de maio de 1913)**

Estabelece condomínio (co-propriedade) entre Brasil e Uruguai do Arroio São Miguel (quando o Uruguai também cedeu o condomínio das águas do arroio São Miguel).

### **Estatuto Jurídico (20 de dezembro de 1933)**

Após período de intensa negociação (no início da década de 1970), que culminou com a solução do assunto atinente à definitiva fixação da barra (leito grosseiro e sem cabeceiras) do arroio Chuí e à orientação da divisória lateral marítima (que se origina naquele ponto, no azimute de 128 graus), a "Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai" deu estreito acompanhamento às obras de engenharia resultantes do acordo anteriormente mencionado, as quais foram inauguradas em dezembro de 1978.

A partir de 1970, a Comissão Mista passou a efetuar inspeções sistemáticas nos marcos existentes, com vistas à reconstrução ou reparação dos que viessem a necessitar desses serviços.

Ao longo dos 262 quilômetros do divisor de águas os 1.080 marcos construídos, proporcionam um intervalo médio de 260 metros entre marcos sucessivos.

### **Notas Reversais - Arroio Chuí (21 de julho de 1972)**

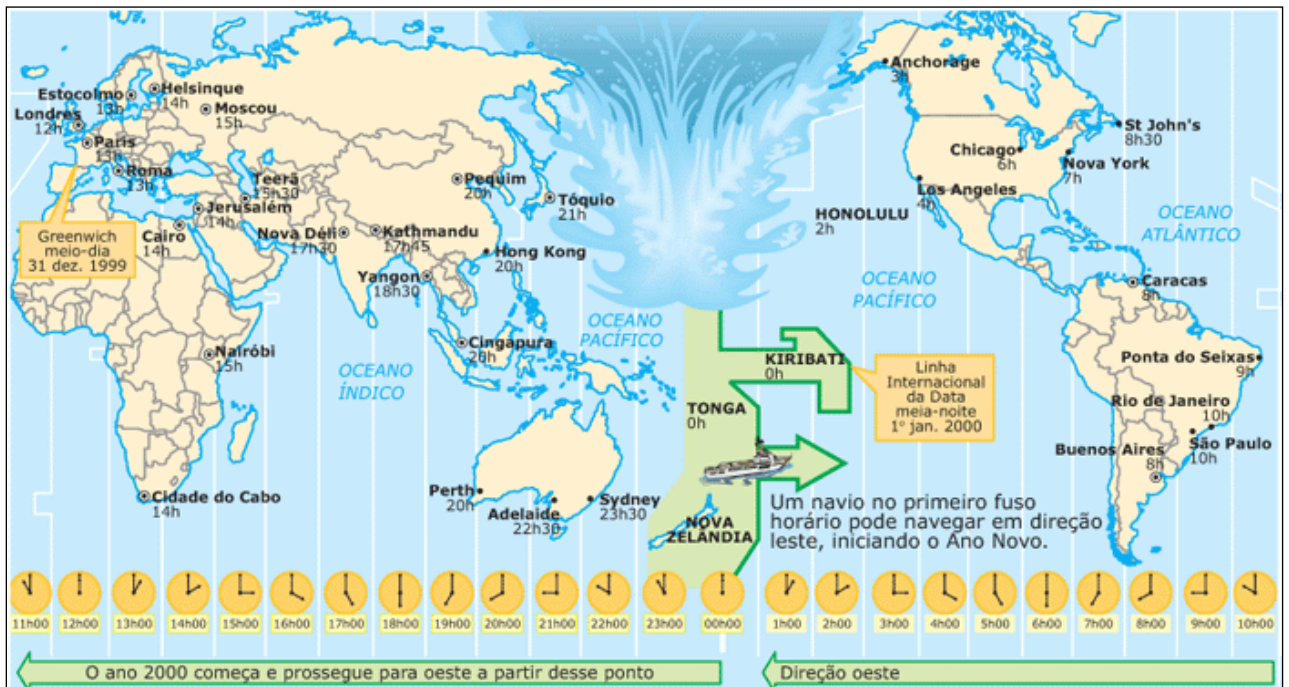
Fixação da desembocadura do Arroio Chuí.

Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo.

A barra do arroio Chuí será fixada no ponto definido pela interseção da linha que parte do atual farol do Chuí, em direção sensivelmente perpendicular à linha geral da costa com o azimute do próprio limite lateral marítimo (128° a contar do Norte verdadeiro), com o oceano Atlântico.



**Fusos horários no Brasil**  
Veja o quadro abaixo.



O Brasil passou a adotar o Sistema Internacional de Fusos a partir de 1914.

Em consequência de suas dimensões continentais e de sua posição geográfica, o território brasileiro está dividido em três fusos horários, apresentando, a oeste de Greenwich, algumas horas a menos em relação ao horário de Londres:

O primeiro fuso brasileiro, chamado de “Ilhas Oceânicas” ou Oceânico:

- Tem duas horas “atrasadas” em relação ao horário Londres, porque corresponde ao 2º fuso à oeste de Greenwich (que é o fuso 0), e 1 hora “adiantada” em relação ao de Brasília.

O segundo fuso brasileiro:

- É o fuso oficial do Brasil, ou seja, aquele que determina a hora legal ou oficial do país. Engloba todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, e os estados de Goiás, Tocantins, Pará e Amapá.

- Corresponde ao terceiro fuso à oeste de Greenwich, portanto possui três horas a menos em relação ao horário de Londres.

O terceiro fuso brasileiro:

- Possui 4 horas a menos em relação ao de Greenwich;

- Abrange os estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Esse fuso está 1 hora atrasado em relação ao fuso oficial (Brasília).

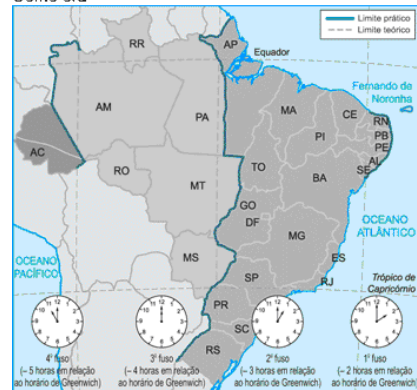
**Alteração nos fusos horários brasileiros**

No dia 24 de abril de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem cortes, o Projeto de Lei que reduziu de quatro para três os fusos horários brasileiros.

A primeira alteração envolveu o estado do Pará, antes dividido em dois fusos (segundo e terceiro), que passou a pertencer totalmente ao segundo fuso.

A segunda alteração envolveu o estado do Acre e o extremo oeste do Amazonas, que formavam o quarto fuso, agora extinto, isto é, as áreas citadas passaram a incorporar o terceiro fuso.

Como era





### O "horário de verão"

É implantado para reduzir o risco de um colapso no sistema elétrico durante o horário de pico. É importante salientar que a economia de energia elétrica é pequena.

Decreto Nr 6.558 de 08 de setembro de 2008:

Art. 1º Fica instituída a hora de verão, a partir de zero hora do terceiro domingo do mês de outubro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês de fevereiro do ano subsequente, em parte do território nacional, adiantada em sessenta minutos em relação à hora legal. Parágrafo único.

No ano em que houver coincidência entre o domingo previsto para o término da hora de verão e o domingo de carnaval, o encerramento da hora de verão dar-se-á no domingo seguinte.

Art. 2º A hora de verão vigorará nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

### 4. A inserção da economia brasileira no processo de globalização da economia



**Tipos de espaço geográfico produzidos no Brasil, durante o período da economia colonial.**

Todos eles mantinham uma tênue articulação entre si, em função das relações dominantes de produção, da concentração de renda, da reduzida divisão social do trabalho e do limitado mercado interno.

1. Espaços voltados para o exterior ou espaços extrovertidos;
2. Espaços voltados para fora do seu próprio espaço e articulados com os voltados para o exterior;
3. Espaços voltados para si próprios.

### 1. Espaços voltados para o exterior ou espaços extrovertidos

Produzidos pela:

- Agroindústria da cana-de-açúcar, no nordeste, na Zona da Mata, Séc XVI e XVII;
- Cultura do tabaco, no Recôncavo Baiano, na Zona da Mata;
- Agricultura do algodão, nos vales dos rios do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, Séc XIX;
- Cultura do cacau, no Sul da Bahia, na Zona da Mata, Séc XIX;
- Atividade Mineradora, em Minas Gerais, Goiás, e Mato Grosso, Séc XVIII;
- Cafeicultura, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, Séc XIX.

### 2. Espaços voltados para fora do seu próprio espaço e articulados com os voltados para o exterior:

Produzidos pela:

- Pecuária, no nordeste, na Zona da Mata, Séc XVI e XVII, voltado para a Agroindústria da cana-de-açúcar;
- Pecuária, na Campanha Gaúcha, no Rio Grande do Sul, Séc XVII e XVIII, voltado para a Atividade Mineradora;
- Espaços da agricultura de subsistência (é voltada para atender às necessidades de quem pratica mais também de um pequeno mercado consumidor), abastecer de alimentos os espaços de agroexportação (cana-de-açúcar, tabaco e mineração), Séc XVI e XVIII.



### 3. Espaços voltados para si próprios

Produzidos pela:

- Espaços da agricultura de autossustentação (é voltada para atender às necessidades de quem pratica), chamada também de economia natural, praticada em lugares desprovidos de transporte ou que não permitem articulação com outros espaços, na Amazônia, em Mato Grosso, em Goiás e Tocantins. Séc XVI até nossos dias.



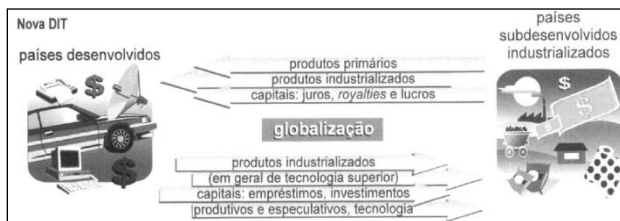
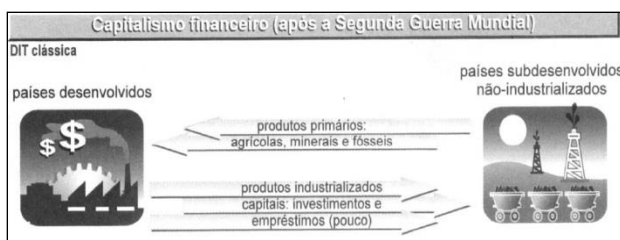
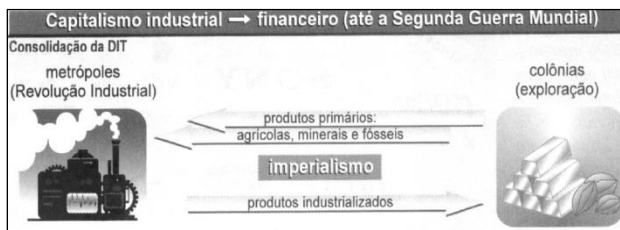
**O modelo econômico “arquipélago”**

Até fazer parte do conjunto das nações industrializadas periféricas, a economia brasileira funcionava como um “arquipélago”, ou seja, apresentava um conjunto de áreas econômicas que funcionavam como “ilhas”, uma vez que eram voltadas para o exterior e desarticuladas entre si.

Assim como ocorria com a cana-de-açúcar no Nordeste, o café no Sudeste, a borracha no Norte e a pecuária no Sul.

Somente após a Segunda Guerra Mundial, com a construção de indústrias e rodovias, houve a integração da economia brasileira em torno de um único centro polarizador, no caso a região Sudeste.

**Evolução da divisão internacional do trabalho (DIT)**



**A economia global**

Os últimos anos foram marcados pelo desenvolvimento de um mercado cada vez mais globalizado.

Ampliaram-se as trocas internacionais e a interdependências das nações.

Neste processo de transformação da economia, a década de 70 foi fundamental:

- Grave crise do capitalismo deflagrada pelo aumento do petróleo;
- O endividamento das nações interrompeu o ciclo de grandes investimentos estatais e privados nos diversos ramos do setor produtivo.

A aceleração tecnológica marcada pela descoberta de novas tecnologias e materiais mostrou ser uma eficiente resposta à crise, porque:

- Permitia a criação de novos produtos para a reprodução do capital;
- A retração do comércio internacional foi sendo gradativamente superada.



**Na década de 80**

- A palavra de ordem da nova face do capitalismo passou a ser *competitividade*;
- A formação de mercados comuns rompia as barreiras externas representadas pelas fronteiras nacionais;
- Os Estados-nações passaram por grandes mudanças, inicialmente no Estados Unidos e na Inglaterra, modificaram a sua forma de atuar na economia, chega ao fim o Estado do Bem-Estar Social (com sua presença estratégica em áreas da economia, como energia, transportes, educação, saúde e comunicação);
- Caberia agora ao Estado apenas regular o mercado, formular políticas de desenvolvimento e orientar a distribuição de rendas;
- O Estado transfere para a iniciativa privada a produção de serviço relacionados com o Bem-Estar Social;
- Com tais mudanças, a competitividade amplia-se, pois as empresas têm liberdade para atuar no mercado de forma cada vez mais eficiente;
- Acentua-se outra característica marcante do capitalismo monopolista (de Estado): o processo de concentração de capital com a expansão de monopólios e oligopólios.



### Os principais agentes econômicos atuantes em áreas que antes era privilégio do Estado

- As grandes empresas norte-americanas, europeias e japonesas, são as que realmente têm poder, econômico e político, para competir no mercado internacional.

A eliminação de fronteiras externas e internas tornou-se a principal preocupação das nações no final do século XX.

A característica predominante da economia global é o surgimento de uma nova fase do capitalismo: o capitalismo neoliberal.

### As transformações do Estado brasileiro

O Brasil, como vários países da América Latina, não escapou às influências das novas tendências econômicas internacionais, pois também havia mergulhado em uma grave crise na década de 1970.

Além da conjuntura internacional, o governo brasileiro começou a investir nos setores de eletrônica, telecomunicações e informática, o que aliado aos subsídios e incentivos dados a empresas privadas desses e de outros ramos, contribuiu para a elevação da dívida pública.

Com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1974 – 1979), o governo pretendia criar condições para que praticamente nenhum produto deixasse de ser fabricado no país.

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1969 – 1974) e o terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1979 – 1985).



Uma das principais políticas foi o programa de substituição de importações (processo que leva ao aumento da produção interna de um país e a diminuição das suas importações).

Nos anos seguintes a dívida privada de vários setores foi estatizada.

Na década de 90:

- As práticas do capitalismo monopolista (de Estado) começaram a ser abandonada, seguindo as principais tendências da política neoliberal;
- Privatizações, eliminações dos monopólios estatais;
- Atração de investimentos externos;
- Abertura ao comércio exterior;

- Fim da ingerência do Estado nas relações trabalhistas.

### Estado passa para a iniciativa privada

Argumento a favor das privatizações:

- Elevado déficit público;
- Falta de eficiência na gerencia estatal para reduzir os custos;
- Falta de eficiência para garantir a qualidade dos produtos;
- Falta de eficiência para administrar a aplicação dos recursos.

Os déficits se elevam quando a capacidade de arrecadação do Estado (cobrança de impostos) é menor que do que suas despesas. Até os anos 80, a diferença era coberta com empréstimos internacionais.

A dívida externa dos países subdesenvolvidos elevou-se rapidamente, e os juros cobrados eram tão altos que os devedores não conseguiam sequer pagar o chamado serviço da dívida (juros e outros encargos).

Os déficits constantes eram sinal da falência do Estado. Pro isso, o México, o Brasil e a Argentina declararam a moratória, ou seja, a suspensão de pagamento.

Sem capacidade de investimento e gerenciando empresas públicas deficitárias, o governo brasileiro resolveu instituir em 1990 o Programa Nacional de Desestatização (PND).

A venda da Usiminas (Usina Siderúrgicas de Minas Gerais), em outubro de 1991, inaugurou o PDN.

De 1991 até o primeiro semestre de 1996, quase três dezenas de empresas estatais foram privatizadas.

Indústrias privatizadas:

- As indústrias siderúrgicas (Usiminas, Companhia Siderúrgica do Nordeste, Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Aço Minas Gerais – Açominas, Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa);
- As indústrias do setor petroquímico (Petroflex Indústria e Comércio, Companhia Petroquímica do Sul – Copesul, Companhia Petroquímica do Nordeste – Copeni);
- As indústrias do setor químico (Companhia Nacional de Álcalis, Companhia Química do Recôncavo, Salgema Indústria Química);
- As indústrias do setor de fertilizantes (Ultrafertil, Goiásfertil, Fosfertil).

Com a privatização, a produtividade da Usiminas cresceu em 85%.

Em junho de 1996, o governo incluiu no Programa Nacional de Desestatização 31 portos, por arrendamento ou concessão de serviços públicos, com o objetivo de baratear os custos de entrada de produtos importados no país, aumentando a eficiência dos portos.

### Quebra de monopólios

A existência de monopólios estatais, ou seja, a exclusividade do Estado em determinados setores, foi o ponto fundamental do modelo de financiamento e intervenção do Estado durante a fase do capitalismo monopolista.

### Energia elétrica



A Eletrobrás, empresa de economia mista subordinada ao Ministério das Minas e Energia, é responsável pela execução da política nacional de energia: planejamento, financiamento e coordenação dos programas de construção, ampliação e operação dos sistemas de geração, transmissão e distribuição.

Porem o sistema Eletrobrás (Eletronorte, Chesf, Furnas e Eletrosul) não tem condições de investir no setor, para acompanhar o crescimento anual médio de 5% do mercado brasileiro.

Em 1995 o sistema precisaria de 6 bilhões de dólares em investimento, mas a empresa tinha uma dívida de 12 bilhões de dólares.

Em 1996 as usinas hidrelétricas foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

Mesmo com a concessão a capitais privados, a Eletrobrás prevê que em 2015 o país terá de consumir energia térmica em maior escala, inclusive a gerada por usinas nucleares, carvão e gás natural, além de utilizar mais de fontes como o sol e os ventos.

### Transporte



O sistema de transporte do Brasil é considerado deficiente, pois não atende adequadamente à demanda. O país não deu prioridade aos sistemas mais baratos, como

o ferroviário e o hidroviário, apesar da grande dimensão do território e do potencial das bacias hidrográficas.

O Brasil optou pelo transporte rodoviário para integrar o país interligando os “arquipélagos”, embora o trem seja em média três vezes mais barato que o caminhão para o transporte de cargas.

O desenvolvimento da rede rodoviária foi uma estratégia para atrair a indústria automobilística internacional a partir da década de 1950.

Os principais projetos do país neste setor com a participação da iniciativa privada é a criação de mais redes ferroviárias e a exploração das hidrovias visando uma maior integração do país e a queda nos custos do transporte da produção.

### Petrobrás

Antes da quebra do monopólio da Petrobrás em 1995, a empresa controlava as atividades de exploração, produção, refino, importação e o transporte de petróleo. Apenas a distribuição do combustível era aberta à iniciativa privada, e nesse setor predominava a BR distribuidora, subsidiária da Petrobrás, que detinha 36% o mercado.

A partir de 1996, A União passou a deter o monopólio, podendo autorizar outras empresas a atuar em quaisquer das atividades mencionadas. Para enfrentar a concorrência da iniciativa privada a Petrobrás passou a realizar inúmeros investimentos na extração e no beneficiamento de petróleo, bem como na produção.

### Telecomunicações



O setor de telecomunicações é considerado o negócio mais lucrativo do mundo, razão pela qual houve muita disputa em torno do fim do monopólio da Telebrás sobre todos os ramos ligados à área.

Em 1996, em consequência da grande pressão pela melhoria da qualidade do serviço de telefonia no país, o setor foi incluído no Programa Nacional de Desestatização.

### Capitalismo monopolista no Brasil

Ocorreu principalmente ao longo da década de 1950, com a criação da Petrobrás, da Eletrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Estado financiou a expansão dos sistemas de transporte, energia, e comunicação, contribuindo para a rápida industrialização que caracte-

rizou o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956 – 1960).

O monopólio estatal comprometia o desenvolvimento por falta de investimentos do Estado e pela inexistência de competitividade no setor.

A ascensão de modelos econômicos neoliberais está ligada à crise do Estado intervencionista de orientação Keynesiana.

### Investimentos externos

O mercado nacional é o somatório de todas as atividades econômicas realizadas dentro do território de um país. Este conjunto de atividades pode ter uma relação mais intensa ou menos intensa com os mercados de outros países.

Com o profundo processo de globalização e as recentes transformações dos Estados Nacionais no sentido de ampliar o papel do mercado nas relações econômicas, o fluxo de investimentos internacionais, particularmente os investimentos diretos (dinheiro destinado ao setor produtivo), têm se elevado significativamente nos últimos anos.

O Brasil liderou a entrada de investimentos diretos, devido ao fim do Estado intervencionista de orientação Keynesiana e ao ciclo de privatizações.

De todo o capital que ingressou no país nesse período de privatizações, a maior parte destinou-se ao pagamento da dívida externa.

A dívida externa do país em 1995 era US\$ 159,2 bilhões e hoje é de US\$ 202,5 bilhões.

Mesmo assim, aproximadamente 3 bilhões de dólares destinaram-se à criação de novas empresas ou à ampliação das já instaladas, de modo que as filiais brasileiras representaram grande parte do lucro global das multinacionais no mesmo período.

Com seus investimentos diretos, as multinacionais ou transnacionais têm por objetivo o aumento da capacidade tecnológica, para se tornar mais competitivas no âmbito internacional.

Esse tipo de aplicação, em longo prazo, aumenta o nível de exigência de qualificação profissional e os salários médios da economia.

O investimento direto na ampliação ou na melhora qualitativa da produção, denominado capital produtivo, também cresceu consideravelmente nos últimos anos.

Outro demonstrativo do ingresso de capital produtivo no país vem do aumento da participação das multinacionais na economia brasileira.

O que ainda caracteriza o capital externo na América Latina, no entanto, são os chamados investimentos especulativos, ou seja, os recursos que são introduzidos para obtenção de lucros em curto prazo, propiciados por elevadas taxas de juros, podendo deixar o país a qualquer momento.

Em 1995, no Brasil, por exemplo, apenas 5,7% dos investimentos externos corresponderam a capital produtivo. As bolsas de valores receberam 43,3% do capital externo, sendo 51% restantes destinados a empréstimos.

Em 2009, no Brasil, por exemplo, apenas US\$ 45 bilhões de dólares externos corresponderam a capital produtivo. As bolsas de valores receberam US\$ 600 bilhões de dólares do capital externo, destinados a empréstimos.

### Concentração de capitais



A tendência da economia mundial, expressa principalmente nos mecanismos de circulação de capital, é a presença hegemônica dos grandes oligopólios internacionais, grupos que detêm o controle do mercado.

A rivalidade, típica da concorrência capitalista, convive cada vez mais com a aliança entre empresas, além das fusões entre aquelas que atuam num mesmo setor ou em setores diferentes.

As fusões decorrem do próprio processo de globalização, pois são mecanismos eficientes de controle de mercado.

As empresas que antes eram regionais ou nacionais, concorrentes entre si, geram novos organismos internacionais que ampliam sua rede de influência mundial.

A concorrência é substituída por um sistema de alianças que determina onde, quando e como investir no mercado.

### O Brasil e o mercado global

Um país para ser competitivo tem qualidade e preços comparáveis aos dos concorrentes internacionais.

Pela análise de dados econômicos e de acordo com a avaliação de executivos dos principais oligopólios mundiais, entre os países subdesenvolvidos o Brasil ainda precisa melhorar o seu grau de competitividade.

No Relatório de Competitividade Global 2009 mostra que o Brasil melhorou sua posição graças, principalmente, a avanços nos pilares de estabilidade econômica e sofisticação do mercado financeiro.

Sete economias da América Latina e Caribe estão colocadas na primeira metade do ranking: Chile (28°), Porto Rico (42°), Barbados (44°), Costa Rica (55°), Brasil (56°), Panamá (59°), México (60°) e Uruguai (65°).

O Brasil passa a ocupar a 56ª colocação, em um grupo de 133 economias, os melhores colocados no ranking: Suíça (1°), Estados Unidos (2°), Cingapura (3°), Suécia (4°), Dinamarca (5°), Finlândia (6°), Alemanha (7°), Japão (8°), Canadá (9°), Holanda (10°).



Apesar do ganho de oito pontos no ranking, o Brasil segue com uma posição ruim em diversos itens, como em estabilidade econômica (109º lugar), eficiência do mercado (99º lugar) e instituições (93º lugar). Quando o assunto é competitividade, o país tem três problemas "endêmicos", ou seja, fatores onde o Brasil não consegue melhorar sua posição, que são: falta de reformas (entre elas, a tributária); infraestrutura e ética na gestão pública.

### Para competir, qualidade e preço baixo

Com a revolução tecnológica em curso, Revolução técnico-científica ou Terceira Revolução Industrial, a qualidade é avaliada sobretudo em função da modernização dos métodos de produção.

A possibilidade de o país ampliar sua participação no setor está na razão direta do investimento em modernização produtiva, e se compararmos o nosso país com os países desenvolvidos o Brasil investe muito pouco em ciência e tecnologia.

Além disso, os investimentos continuam extremamente concentrados da Região Sudeste, mais especificamente nas universidades e centros de pesquisas do estado de São Paulo.

### Globalização

Corresponde ao envolvimento de várias economias no mercado internacional, ou a interdependência comercial entre os países, que pode ser percebida por meio do acelerado crescimento de intensas relações comerciais, turismo internacionais e investimentos multinacionais, nos meios de comunicação e transporte.

A Globalização atinge as culturas, que muitas vezes são alteradas em seu modo de vestir, comer, divertir, além da música, cinema e outros.

A Globalização, de certa forma tem promovido a diminuição do mundo ocasionado pela modernização dos transportes que são cada vez mais modernos e rápidos, as mercadorias, independente da origem, podem ser encontradas em qualquer lugar do Globo e a modernização dos meios de comunicação que atuam em nível global através de aparelhos como telefone celular, fax, televisores a cabo e internet, fazem com que as pessoas mantenham contato em tempo real.

Corresponde as mudanças significativas no modo de produção das mercadorias. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, as transnacionais instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas baratas. Essa tendência leva a uma transferência de empregos dos países ricos - que possuem altos salários e inúmeros benefícios - para as nações industriais emergentes, com os Tigres Asiáticos. O resultado desse processo é que, atualmente, grande parte dos produtos não tem mais uma nacionalidade definida. Um automóvel de marca norte-americana pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado na Alemanha, montado no Brasil e vendido no Canadá.

### Desemprego Estrutural

A crescente concorrência internacional tem obrigado as empresas a cortar custos, com o objetivo de obter preços menores e qualidade alta para os seus produtos. Nessa reestruturação estão sendo eliminados vários postos de trabalho, tendência que é chamada de desemprego estrutural. Uma das causas desse desemprego é a automação de vários setores, em substituição à mão de obra humana. Caixas automáticas tomam o lugar dos caixas de bancos, fábricas automatizadas dispensam operários, escritórios informatizados dispensam datilógrafos e contadores. Nos países ricos, o desemprego também é causado pelo deslocamento de fábricas para os países com custos de produção mais baixos.

### Blocos econômicos

São associações de países que estabelecem relações econômicas privilegiadas entre si. Surgiram com o propósito de permitir uma maior integração econômica dos países membros visando um aumento da prosperidade geral.

O primeiro bloco surgiu na Europa em 1957, com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), atual União Europeia (UE). Porém a tendência de regionalização da economia só se fortalece nos anos 90, com o fim da Guerra Fria.



Podem ser classificados em quatro categorias distintas:

- Áreas ou Zonas de Livre Comércio;
- Uniões Aduaneiras;
- Mercados Comuns;
- E Uniões Econômicas e Monetárias.

### Área de livre comércio ou Zona de livre comércio

É a eliminação por parte de um grupo de países das tarifas, que recaem sobre a maior parte dos (ou todos os) bens importados e exportados entre aqueles países.

O propósito da área de livre comércio é estimular o comércio entre os países participantes por meio da especialização, da divisão do trabalho e da vantagem comparativa.

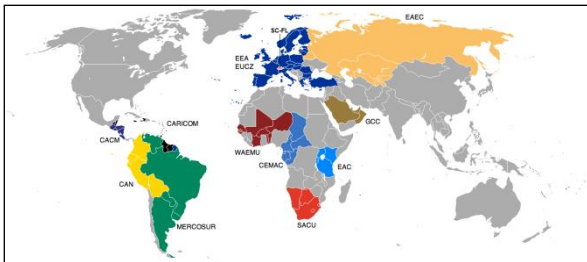
Ex: Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), formado EUA, Canadá e México.

### União aduaneira

É uma área de livre comércio com uma tarifa externa comum.

Entre um grupo de países que instituem uma união aduaneira, há a livre circulação de bens (área de livre comércio) e uma tarifa aduaneira comum a todos os membros, válida para importações provenientes de fora da área.

Ex: Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. E os Associados Chile, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia e Equador.



### Mercado comum

É uma união aduaneira com políticas comuns de regulamentação de produtos e com liberdade de circulação de todos os três fatores de produção (terra, capital e trabalho) e de iniciativa.

A circulação de capital, trabalho, bens e serviços entre os membros devem ser tão livres como dentro do território de cada participante.

Ex: União Europeia.

### União econômica e monetária

É um mercado comum dotado de uma moeda única.

Não deve ser confundida com uma simples união monetária (como o franco CFA) (Colônias Francesas da África), que não envolve um mercado comum.

Ex: União Europeia.

### O Mercosul

Foi criado em 1991, quando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, um acordo de livre comércio.

Somente em 1995 foi formada oficialmente a União Aduaneira.

Ao longo da década passada, as relações comerciais entre os países-membro tiveram avanços expressivos e vários projetos de infraestrutura, como estradas, hidrovias e hidrelétricas, foram desenvolvidos, levando em conta o crescimento desse mercado.

Os países-membro do Mercosul representam 42% da população latino-americana e mais da metade de todo o valor produzido pela economia do continente Sul-americano.

Os membros-associado do Mercosul são Chile, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia e Equador, participam da zona de livre comércio, não participando da união aduaneira, nem das negociações que envolvem aspectos relacionados à criação do mercado comum.

O núcleo geoeconômico do Mercosul é a região platina. No interior da bacia do Prata encontram-se o Centro-Sul do Brasil, o Pampa Argentino, o Leste do Paraguai e o Uruguai.

Nessa macroárea localiza-se o principal eixo econômico do Hemisfério Sul, localizado sobre o triângulo industrial São Paulo – Rio de Janeiro – Belo Horizonte, de um lado e o centro Buenos Aires – Rosário – Córdoba, de outro.

Entre essas áreas industriais, existem as áreas agropecuárias moderna do Centro-Sul brasileiro, do oriente paraguaio e do Pampa argentino e uruguaio.

A área Platina apresenta também redes urbanas complexas, grandes portos e a usina hidrelétrica binacional de Itaipu.

Alguns setores econômicos dos países que integram o bloco ficaram prejudicados com a concorrência externa, mas no início ocorreu uma intensificação das trocas comerciais.

Várias empresas brasileiras instalaram-se no Uruguai e, principalmente, na Argentina.

Diversos produtos agropecuários e alimentícios uruguaios e argentinos passaram a ser vendidos em maior quantidade no mercado brasileiro.

O turismo foi outro setor que registrou forte crescimento entre os países do Mercosul, em parte devido à facilidade de trânsito, com a eliminação de visto de entrada e da obrigatoriedade de passaporte.

Em 1999, passados apenas quatro anos da entrada em funcionamento do bloco, começaram a surgir problemas entre o Brasil e a Argentina, os mais fortes membros do bloco.

A crise econômica, sobretudo na Argentina, levou algumas tarifas externas comuns a serem suspensas pelos argentinos, e o comércio dentro do bloco apresentou uma queda sensível.

Apesar de formar uma união aduaneira, o Mercosul, na prática, tem funcionado como uma integração semelhante à de uma zona de livre comércio.

Até 2004, não havia sido redefinida a Tarifa Externa Comum (TEC), que caracteriza de fato uma União Aduaneira. Por outro lado o bloco tem tomado iniciativas importantes na negociação para a formação da Alca, definindo estratégias de negociação que atendam os interesses comuns dos países do bloco e alianças com outros países sul-americanos.

## O Brasil e o Mercosul



O Mercosul assenta-se sobre a cooperação bilateral entre o Brasil e a Argentina.

No contexto do processo de integração, a participação do Uruguai e do Paraguai tem reduzida importância econômica, mas elevado valor geopolítico. De um lado, elimina fontes de rivalidades e atrito entre os dois parceiros maiores, que desde as independências disputaram influência junto aos vizinhos menores. De outro, sinaliza o compromisso do bloco com a noção de regionalismo aberto, que prevê a expansão horizontal do Mercosul pela adesão de novos membros.

O Uruguai e o Paraguai com suas populações e suas economias diminutas, exibem forte dependência comercial em relação ao Mercosul. O Brasil e a Argentina são os seus principais parceiros comerciais e a economia do Brasil serve como orientador dos fluxos de intercâmbio externo de ambas.

Um primeiro passo para a expansão horizontal foi os acordos (prevendo a formação de uma zona de livre comércio entre o bloco e os associados) em 1996 com o Chile e com a Bolívia.

O Mercosul foi consolidado com o aumento do comércio no interior do bloco. Aumento este que acompanhou de perto a estabilização interna das economias do Brasil e da Argentina e o aumento da exposição de ambas as economias no mercado internacional, como fruto da redução das tarifas de importação.

A economia brasileira é fator determinante no Cone Sul, representando cerca de 70% do PIB conjunto do Mercosul.

A evolução positiva do comércio intrabloco significou, o crescimento acelera da integração do comércio dentro do Mercosul.

O Mercosul passou a ser o eixo principal do comércio exterior brasileiro, chegando ao percentual de 17% de todo comércio exterior brasileiro, a Argentina é o segundo maior parceiro comercial do nosso país, o comércio Brasil Argentina responde por 23% do intercâmbio comercial da Argentina.

O crescimento acelerado dos investimentos multinacionais no Brasil ao longo da década de 1990 não foi fruto da criação do Mercosul, mas sim da estabilização interna e da abertura para o mercado internacional.

A formação do Mercosul desempenha um papel complementar no processo de crescimento do Brasil, especialmente no caso da indústria automobilística e de autopeças.

## 5. Os indicadores sociais no Brasil



### Indicadores Sociais

São estatísticas sobre aspectos da vida de uma nação que, em conjunto, retratam o estado social dessa nação e permitem conhecer o seu nível de desenvolvimento social.

Os Indicadores Sociais constituem um sistema, isto é, para que tenham sentido, é preciso que sejam vistos uns em relação aos outros, como elementos de um mesmo conjunto.

O conjunto mínimo de Indicadores Sociais é composto por informações sobre as características da população, sobre a dinâmica demográfica, sobre trabalho e rendimento; sobre saúde, justiça e segurança pública, educação e condições de vida das famílias.

Os indicadores sociais servem para designar os países como sendo: Ricos (desenvolvidos, centrais, Países do norte) ou Pobres (subdesenvolvidos, periféricos, Países do sul).

INDICADORES SOCIAIS DOS BRICS				
	Brasil	Rússia	Índia	China
Taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 16 anos	10,5%	0,6%	34,9%	7,1%
Esperança de vida ao nascer (em anos)	72,4	65,5	64,7	73
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	23,6	16,6	55	23

Isto é (29.09.2008)

Nos últimos anos, os indicadores sociais do país melhoraram, mas ainda há muito que fazer, principalmente

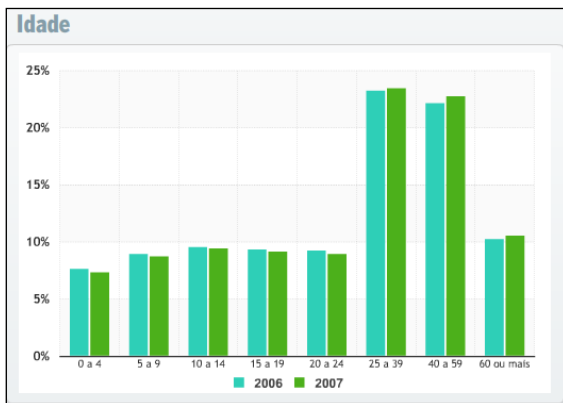


em relação às desigualdades sociais, quando comparamos o Brasil com outros países.

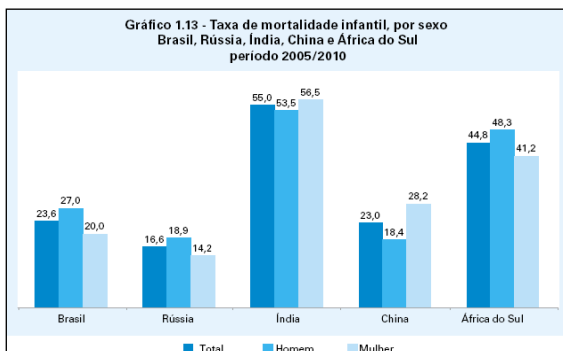


Com isso organismos internacionais analisam os países segundo a:

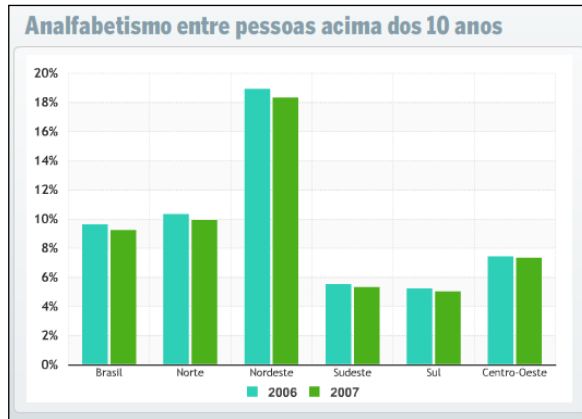
- Expectativa de vida: é a média de anos de vida de uma pessoa em um determinado país;



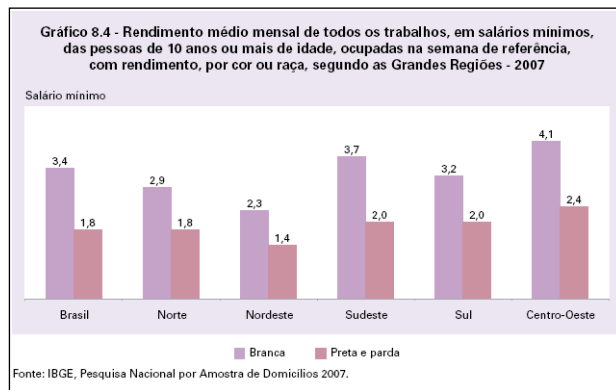
- Taxa de mortalidade: corresponde ao número de pessoas que morreram durante o ano;



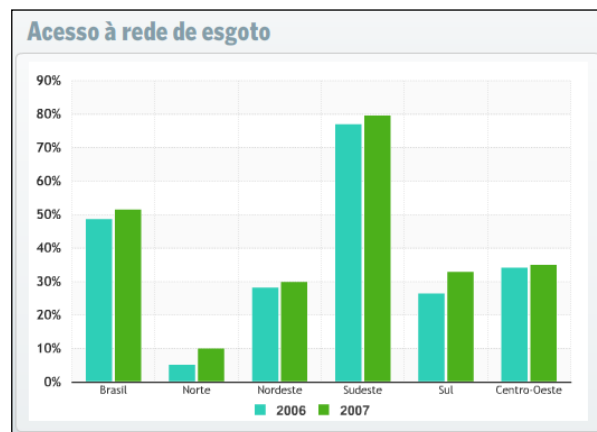
- Taxa de mortalidade infantil: corresponde ao número de crianças que morrem antes de chegar a 1 em cada mil nascida viva;
- Taxa de analfabetismo: corresponde ao percentual de pessoas que não sabem ler e nem escrever;



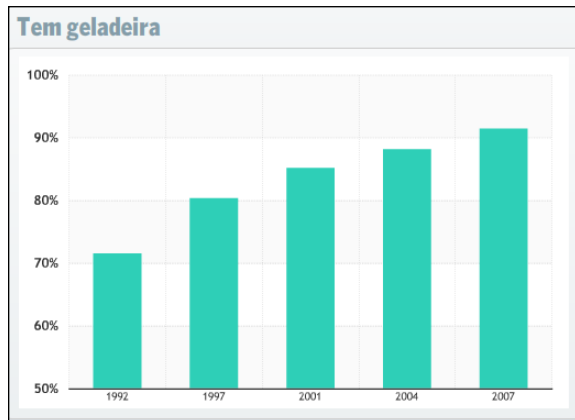
- Renda per capita: corresponde ao valor de toda riqueza de um país, dividido pelo número de habitantes, resultando em um valor, geralmente em dólar, por habitante;



- Saúde: à qualidade da saúde da sua população;
- Alimentação: à alimentação mínima que uma pessoa necessita, cerca de 2.500 calorias, e se essa alimentação é balanceada;
- Condições médico-Sanitárias: acesso a esgoto, água tratada, pavimentação etc.;



- **Qualidade de vida e acesso ao consumo:** é o método usado para medir as condições da vida de um ser humano. Envolve o bem físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e também a saúde, educação, poder de compra;



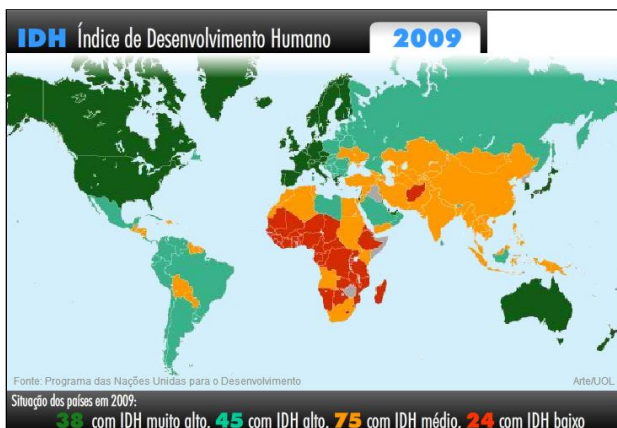
- **IDH (Índice de Desenvolvimento Humano):** Foi criado pela ONU (Organização das Nações Unidas): Indica a distância que o país tem de percorrer para atingir certas metas estabelecidas:
  - Duração média de vida de 85 anos;
  - Acesso generalizado à educação;
  - Um nível de rendimento decente.

Quanto mais próximo de 1 estiver o IDH de um país, menor será a distância que esse país tem que percorrer.  
 → **O Índice (De 0 até 1)**

- O índice vai de 0 a 1;
- Quanto mais perto do 1, maior é o desenvolvimento humano;
- Ou seja, melhor é a qualidade de vida.

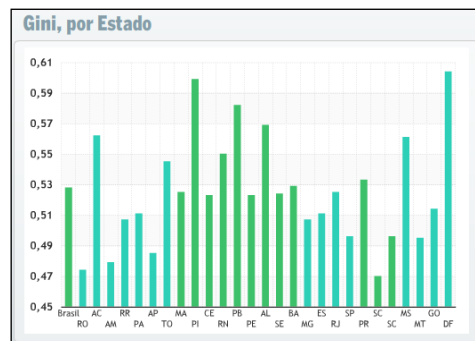
IDH pode ser:

- Muito alto: 0,9 a 1
- Alto: 0,8 a 0,899
- Médio: 0,5 a 0,799
- Baixo: 0 a 0,499



### O índice de Gini

É um padrão internacional de medição da concentração de renda. Varia de 0 a 1 ou da renda igualmente distribuída à hipotética situação em que uma pessoa concentra toda a renda.



Recentemente o IBGE divulgou dados referentes a vários indicadores sociais do Brasil com números do ano de 2008.

Na grande maioria desses indicadores houve avanços significativos nos últimos anos. Uma área em que houve avanços significativos foi na educação.

### Educação

O percentual de jovens que frequentam curso superior passou de 6,9% em 1998 para 13,9% em 2008.

Entretanto, estamos bem abaixo de vários países da Europa ou do Chile que possuem taxas superiores a 50%.

A participação dos adolescentes dos 15 aos 17 anos na escola está bastante forte, quase que universalizada, mas o maior percentual encontra-se nas famílias cujas rendas são mais altas, 78% de renda mais baixa estão estudando enquanto que o percentual dos jovens de renda mais alta é de 93,7%.

### Fecundidade

Dada a queda na fecundidade da mulher brasileira verificada nos últimos tempos, que passou de 2,48 filhos por mulher em 1998 para 1,89 filho por mulher em 2008, as crianças de até uma no de vida passaram de 1,8% para 1,3% da população brasileira entre os anos de 1998 e 2008 e as crianças de 0 a 6 anos passaram de 13,3% para 10,2% nesse mesmo período.

### Expectativa de vida

A participação dos pertencentes à faixa de 7 aos 14 anos caiu de 16,6% em 1998 para 14,5%; os de 15 ao 17 passaram de 7% para 5,4% e entre os 18 aos 24 anos passaram 12,9% para 12,2% no decorrer da última década.

Percebe-se que a participação das crianças, dos adolescentes e dos jovens na população total do Brasil diminuiu bastante nos últimos dez anos, mostrando que a nossa população está envelhecendo.

Outro dado bastante interessante é que a taxa de mortalidade infantil caiu significativamente na última década, passando de 3,35% para 2,35%, uma queda de cerca de 30,0%.

Um dado que faz com que aumente ainda mais os serviços públicos, principalmente os relacionados a aposentadorias e serviços médicos, é o relacionado à participação dos idosos na população brasileira.

A população com mais de 60 anos de idade passou de 8,8% da população total do Brasil em 1998 para 11,1% em 2008.

Em números, são 21 milhões das pessoas nessas condições vivendo em nosso país.

Ao mesmo tempo, em 2008 havia 9,4 milhões de pessoas com mais de 70 anos, constituindo 4,9% da população total.

Em 2008, 23,3% das pessoas idosas eram responsáveis pelo sustento do domicílio em que moravam.

Apesar de muitas mortes violentas, principalmente entre os jovens, a expectativa (ou esperança) de vida dos brasileiros aumentou em 3,3 anos na última década, passando de 69,7 anos para 73.

Sendo que as mulheres possuem expectativa de vida maior do que os homens, em 2008 as mulheres tinham uma expectativa de vida ao nascer de 76,8 anos enquanto que a expectativa de vida do homem ao nascer é de 69,3 anos.

### Rendimento

Existe uma diferença entre os rendimentos das mulheres e dos homens, na média geral, em 2008, os homens recebiam um rendimento de R\$ 1.130 e as mulheres R\$ 802 por mês.

Em todas as formas de rendimentos, os homens sempre ganham, em média, mais do que as mulheres.

Uma das principais explicações para essa diferença é que as mulheres ainda ocupam posições mais baixas do que os homens numa mesma atividade. Mesmo as mulheres tendo, em média, mais anos de estudo do que os homens as mulheres estão bem atrás destes no quesito ser dirigente, ser chefe. Em 2008, 5,9% dos homens eram dirigentes e 4,4% das mulheres tinham esse nível de responsabilidade.

### Qualidade de vida

A qualidade do povo brasileiro passou por uma pequena transformação nos últimos dez anos e que é preciso tenha continuidade para que a nossa população possa vislumbrar de forma realista a possibilidade de em um futuro não muito distante viver uma vida nos padrões existentes nas nações mais ricas do planeta.

Indicadores com expectativa de vida, escolaridade, taxa de mortalidade infantil, rendimento médio, etc. são fundamentais para definirem a padrão de vida do nosso povo.

Evidentemente que por trás desses indicadores existem outros que são de extrema importância como o atendimento e o nível dos serviços de saúde pública,

saneamento básico, investimento em educação, alimentação aos estudantes do ensino fundamental.

Com esses indicadores melhorando, a tendência é que todos melhorem. Nós, a sociedade brasileira, deve cobrar dos governantes de todos os níveis de poder a concretização de todos os esforços para que haja continuidade na melhora em todos os indicadores sociais do Brasil.

### Desigualdade social



Os Indicadores de Desenvolvimento Sociais mostram um país que, nos últimos anos, teve seus maiores avanços na economia.

Nas questões sociais, apesar das melhorias verificadas, ainda persistem grandes passivos a serem sanados; enquanto em relação aos problemas ambientais há sinais contraditórios, com evolução em algumas áreas e retrocesso em outras.

O diagnóstico revela ganhos importantes, mas indica que ainda há uma longa estrada pela frente para o Brasil atingir o ideal: um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Ao longo da história, o Brasil vem perdendo a oportunidade de construir um desenvolvimento integral que proporcione um salto na qualidade de vida de seu povo.

Essa situação cria contrastes e produz disparidades internas e externas.

O Brasil econômico se distancia do Brasil social e isso faz do nosso país um líder em desigualdades sociais.

De um lado há o Brasil que deu certo:

- Aquele em que as pessoas possuem tudo o que o dinheiro pode comprar;
- Têm acesso ao que há de melhor em termos de educação, alimentação, lazer, moradia etc.

De outro lado há o país que não deu certo:

- Dos miseráveis, dos que passam fome;
- Dos que não têm acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, à habitação, a terra.

Parecem dois mundos distintos, dois países diferentes, e o primeiro faz de conta que o outro não existe.



Historicamente explicado por vários fatores, como: modelo colonial de exploração, abolição tardia da escravidão, Estado dominado por oligarquias rurais até 1930, arrogância e indiferença das elites em relação aos trabalhadores, concentração de terras e diferenças salariais entre homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais.

Para agravar a situação, o grau de instrução é claramente afetado, isto é, os mais pobres têm menos anos de estudo, além de ensino de pior qualidade. A educação é, sem dúvida, um dos caminhos para diminuir as desigualdades, já que, normalmente, as pessoas com maior nível de escolaridades têm maior renda e, no caso de desemprego, uma recolocação mais rápida no mercado.

### Moradia

A cidade é um perfeito espelho para visualizar as desigualdades sociais, ou seja, mostra a injusta distribuição de renda via segregação do espaço. Essa segregação residencial está diretamente associada à renda, evidenciando a terra como mercadoria.

Tecnicamente, existe uma cidade formal, com habitações confortáveis e de boa infraestrutura, com redes de água e de esgoto, energia elétrica, coleta de lixo e rua, é claro, asfaltada. É a cidade composta por bairros nobres, condomínios, enfim, por lugares bem valorizados.

Mas, existe a cidade informal, com habitações desconfortáveis e infraestrutura precária, desrespeitando as leis municipais, impostas pelo Plano Diretor. Essa cidade cresce via loteamentos clandestinos, comprometendo o meio ambiente, e é representada por favelas e cortiços.

### Favelas e cortiços

Os cortiços são habitações coletivas, instaladas em imóveis com pouca ou nenhuma conservação, nos quais várias famílias vivem espremidas em pequenos cômodos e com banheiros coletivos.

Estão localizados, geralmente, nas áreas centrais deterioradas das grandes cidades. A ocorrência também pode ser periférica, sobretudo na forma de casas geminadas em um mesmo lote.

As favelas representam a exclusão social e marcam a região mais industrializada do País: o Sudeste. Superam os cortiços, mas apresentam as mesmas explicações: expropriação dos pequenos proprietários de terras, super exploração da força de trabalho, desemprego, êxodo rural, salários depreciados, especulação imobiliária, entre outras.

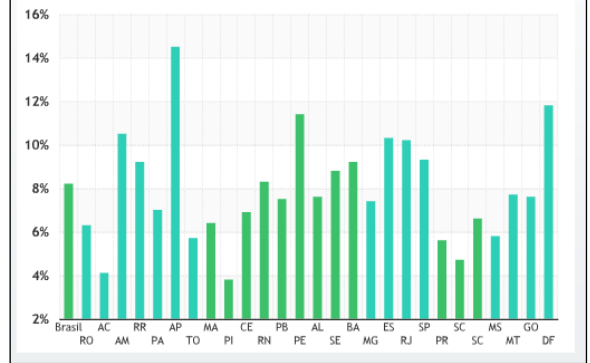
A ação governamental nas favelas é quase sempre bastante limitada e, por conta disso, é muito comum surgirem ali novas regras, novos códigos e poderes.

A ação do crime organizado, especialmente o ramo do narcotráfico, é o melhor exemplo desse tipo de situação.

Apesar da imagem de reduto do banditismo e do crime organizado, as favelas abrigam, porém, em sua

maioria, trabalhadores de baixa remuneração, que para aí foram empurrados em virtude do agravamento das condições sociais do país, principalmente nas últimas décadas.

**Taxa de desemprego, por Estado**



## 6. O espaço industrial brasileiro



### A indústria

É uma atividade humana e econômica que transforma, em etapas sucessivas, produtos naturais em bens para o consumo.

Ela apresenta como:

**Lado positivo:** a geração de empregos, o desenvolvimento econômico de uma região e o acesso à tecnologia.

**Lado negativo:** gera poluição e agrava as desigualdades sociais.

A produção industrial moderna, no sistema capitalista, é realizada no âmbito das empresas e dos estabelecimentos industriais.

### A empresa industrial

É a unidade financeira de produção, que pode englobar um ou mais estabelecimentos industriais e que realiza as compras e vendas necessárias ao funcionamento da indústria.

### O estabelecimento industrial

É a unidade técnica de produção através da qual se obtém um produto final ou uma linha de produtos que emprega as mesmas matérias-primas ou os mesmos processos industriais.

O estabelecimento industrial põe em funcionamento os meios de produção.

A empresa industrial cria as condições para esse funcionamento (compra as matérias-primas necessárias, os equipamentos e as máquinas, paga o pessoal, consegue capitais, empréstimos, vende a produção etc.).

### Tipos de Indústrias

Existem diversos critérios para se classificar a produção industrial.

Se tomarmos como ponto de referência o destino final da produção:

- Indústrias de bens de equipamento;
- Indústrias de bens de uso ou de consumo.

### Indústrias de bens de equipamento

Também chamados bens de produção ou bens de capital.

São os produtos industriais que não se destinam ao consumo imediato das populações, mas são utilizados para manter e ampliar a própria produção industrial.

Incluem-se nessa categoria a produção de energia, de máquinas, de ferramentas, de aparelhos, como também a própria produção de matérias-primas e de produtos semi-elaborados.

Os consumidores dos bens de equipamento são as próprias empresas industriais.

### Indústrias de bens de uso ou de consumo

São os produtos industriais destinados ao consumo imediato, não necessitando de novas transformações industriais.

Podemos citar o automóvel ou os calçados (bens de uso), os alimentos, as bebidas, o fumo (bens de consumo).

Se tomarmos como ponto de referência o volume de investimento que elas demandam:

- Indústrias pesadas ou Indústria de base;
- Indústrias leves.

### Indústrias pesadas ou Indústria de base

É sempre de grande porte, transformando enormes quantidades de matéria-prima.

É o caso das indústrias siderúrgicas, das petroquímicas e das indústrias de mecânica pesada.

Além de demandar grande investimento de capital, costumam concentrar-se geograficamente na proximidade das áreas produtoras das matérias-primas ou dos grandes centros de consumo de seus produtos.

### Indústrias leves

Engloba os setores industriais cuja produção não depende de investimentos vultosos, podendo operar mesmo em pequena escala.

É o caso das indústrias alimentícias, têxteis, das metalúrgicas produtoras de peças, e ainda das indústrias fabricantes de aparelhos e equipamentos de alta precisão, como máquinas calculadoras, computadores etc.

A indústria leve apresenta maior dispersão geográfica que a indústria de base.

### Evolução industrial brasileira

Antes da industrialização, a organização do espaço geográfico no Brasil era do tipo “arquipélago”, ou seja, áreas relativamente independentes e sem integração umas com as outras.

Cada área tinha mais relações com o exterior, sobretudo com o mercado europeu, do que com as demais áreas.

As “ilhas” desse arquipélago eram: a cana da Zona da Mata, o tabaco de Salvador, o ouro de Minas Gerais, a borracha da Amazônia e o café do Sudeste.

A industrialização promove a integração do espaço nacional, colocando fim ao “arquipélago econômico”.

No século XIX, a industrialização do país era fraca, em razão de vários fatores, como:

- O domínio econômico da aristocracia rural agroexportadora;
- As relações escravagistas de trabalho.

O escravo era um empecilho à industrialização, pois não participava do mercado consumidor, já que não recebia rendimentos, além do que não poderia ser demitido numa crise ou contratado numa fase de expansão.

Número de estabelecimentos industriais e de operários no Brasil segundo a época da fundação das empresas (1849-1920)		
Época da fundação	Nº de estabelecimentos industriais	Nº de operários
Até 1849	35	2.929
de 1850 a 1854	16	1.177
de 1855 a 1859	8	1.094
de 1860 a 1864	20	775
de 1865 a 1869	34	1.864
de 1870 a 1874	62	6.019
de 1875 a 1879	63	4.230
de 1880 a 1884	150	11.715
de 1885 a 1889	248	24.369
Total até 1889	636	54.172
Total até 1920	13.569	293.673

Heitor Ferreira Lima, *História político-econômica e industrial do Brasil*

A cafeicultura foi básica para a industrialização do país, pois foi com os capitais gerados pelas exportações do café que se adquiriram as primeiras máquinas para as indústrias.

Os imigrantes, atraídos pelo café, também contribuíram para o processo, já que dispunham do hábito de consumir produtos, ampliando o mercado interno de consumo, além de formar uma importante mão-de-obra operária para a indústria nascente.

Este imigrante foi a opção para substituir o trabalho escravo, extinto em 1888.

A cafeicultura desenvolveu o transporte ferroviário, sobretudo em São Paulo, direcionado ao porto de Santos, objetivando o mercado externo.

Essa infraestrutura também foi aproveitada pela indústria, que era caracterizada pelos setores de alimentação e têxtil.

Brasil: tipos de indústrias em 1920 e sua participação no valor da produção	
Tipo de indústria	Participação no valor da produção
Indústria de alimentação	40,2%
Indústria têxtil	27,6%
Indústria de vestuário e objetos de tocador	8,2%
Indústria química e análogas	7,9%
Outros Grupos	16,1%

Heitor Ferreira Lima, *História político-econômica e industrial do Brasil*

A industrialização nacional começou com a indústria leve ou de bens de consumo não-duráveis, não ocorrendo a implantação de indústria de bens de produção, exigindo a importação de máquinas, aumentando a dependência tecnológica em relação aos países ricos.

Essas indústrias exigiam baixo investimento de capital e atendiam às necessidades imediatas da população.

No campo político, surgiu às ligas operárias em 1870, que originaram os sindicatos de trabalhadores, evidenciando os conflitos entre os trabalhadores e os empresários.

Os operários reivindicavam aumento de salário, redução da jornada de trabalho e melhores condições para se trabalhar; enquanto os empresários respondiam com ameaça de desemprego.

A nossa industrialização inicial ficou conhecida por tardia, pois os países do Hemisfério Norte já estavam bem avançados, o que garantia a eles a hegemonia mundial.



### A Revolução industrial brasileira

A industrialização brasileira iniciou-se no século XIX, sem apoio do Estado, uma vez que não existia uma clara política estatal para o setor, mas, a partir de 1930, o Estado assumiu a industrialização, o que causou uma verdadeira revolução.

Os fatores eram positivos, como:

- O êxodo rural gerado pela crise na cafeicultura, aumentando a classe operária e o próprio mercado consumidor;
- A redução das importações, devido à crise mundial de 1929;
- A substituição dessas importações, devido à Segunda Guerra Mundial.

Junto a esses fatores, Getúlio Vargas adotou uma política nacionalista calcada num desenvolvimento autônomo com base industrial, fato exemplificado pelo:

- Pela instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN (1941), em Volta Redonda;
- Pela criação da Companhia Vale do Rio Doce, a CVRD (1942), em Minas Gerais, atuando na área extrativa.

Ainda no “espírito” nacionalista, surgiu, em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo, e a Petrobras, em 1953, objetivando controlar o petróleo para o desenvolvimento dos transportes.

Mudanças estruturais na economia brasileira		
Taxas anuais de crescimento		
Anos	Agricultura	Indústria
1920-29	4,1%	2,8%
1933-39	1,7%	11,2%
1939-45	1,7%	5,4%

Revolução industrial brasileira acontece devido a uma maior diversificação com metalurgia, cimento, mecânica, material elétrico, transportes.

E fica localizada sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, por causa da infraestrutura deixada pela cafeicultura.

### O Governo Juscelino Kubitschek

Este governo, de 1956 a 1961, adotou uma política desenvolvimentista, baseada numa maior intervenção do Estado na economia e no desenvolvimento industrial dependente de capitais e tecnologia estrangeiros.

Nesse contexto, foi lançado o Plano de Metas, consagrado pela frase “Crescer 50 anos em 5”.

Objetivos abrangiam seis grupos:

Energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília.

O plano foi marcado pela invasão de multinacionais e pelo desenvolvimento da infraestrutura, notadamente rodovias e hidrelétricas.



Movimento de capitais estrangeiros diretos no Brasil (em milhões de dólares)			
Períodos	Entrada	Lucros remetidos para o exterior	Saldo
1947-1953	97	327	(230)
1954-1961	721	269	452

Luiz Carlos Bresser Pereira, *Desenvolvimento e crise no Brasil*.

Esse capital impulsionou as indústrias de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos, e aumentou o consumo dos derivados de petróleo.

As multinacionais impuseram novidades de consumo, idealizadas pelo american way of life, ampliando o seu poder na América Latina.

O resultado foi o aumento da dependência econômica e tecnológica em relação aos países ricos, sobretudo EUA e Alemanha, além da elevação do endividamento externo.

O Plano de Metas assentava-se num tripé:

- Capital estrangeiro;
- Capital nacional;
- E a indústria de base, com preocupação quanto à expansão da rede de transportes rodoviários e à produção de energia hidrelétrica.

### O Milagre Econômico (1967-1973)

A partir de 1967, retomou-se o processo de desenvolvimento, graças à conjuntura favorável no plano internacional, que contava com um excesso de liquidez, ou seja, dólares à procura de aplicação.

Aproveitando a situação, o ministro Delfim Netto lançou o plano de combate à inflação, assentado em duas bases:

- O endividamento externo para a obtenção da tecnologia estrangeira;
- E a concentração da renda para criar um mercado consumidor.

Esse plano garantiu um crescimento econômico, mas condenou o mercado a se desenvolver de uma forma distorcida, aumentando as desigualdades sociais.

Crescimento industrial entre 1968 e 1971	
Ramos de atividades	Taxa de crescimento ao ano
Material de transporte	19,1%
Material elétrico	13,9%
Indústria têxtil	7,7%
Produtos alimentares	7,5%
Vestuário e calçados	6,8%

IBGE

Outro lado negativo foi à perda da soberania nacional, em razão da dominação da nossa economia pelas multinacionais.

- O país cresceu economicamente 10% ao ano (PIB);
- Transformou-se na oitava economia do mundo capitalista;
- Mas ganhou vários problemas:
  - Como dívida externa (1964: 2,5 bilhões de dólares; 1978: 40 bilhões);
  - E o título negativo de campeão das desigualdades sociais.

A partir daí, aumentaram muito os miseráveis (ou excluídos) do país.



O “milagre” ocorreu no Regime Militar (1964-85), marcado pela grande influência do Estado tanto na regulação da economia como também na atitude econômica.

A industrial organizado pelo Estado foi a criação da Sufrema, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, em 1968, atrelada à Sudam.

Ela vendia terrenos para as fábricas a preços simbólicos, com incentivos à exportação e à importação, bem como isenções de impostos, como o IPI e o ICMS.

O parque industrial abrangeu fábricas de motocicletas, bebidas, metalúrgicas, tecidos, relógios, motores, eletrônicos, e até uma refinaria de petróleo.



Das quatro superintendências, três foram criadas pelo regime militar:

- A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966;
- A Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), em 1967;
- E a do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco), em 1968.

A da Região Nordeste foi criada 1959. Elas evidenciaram a política federal de integração e desenvolvimento nacional, visando a diminuir as disparidades regionais e a concentração econômica no Sudeste.

#### “O Milagre se Desfaz

Passado o bonde do crescimento econômico do período de 1968-1973, a indústria brasileira começaria a dar mostras de uma nova recessão.

A “crise do petróleo” e o arrefecimento da economia mundial que dela decorreu ajudariam a levantar o “véu de euforia” que acompanhara o “milagre”, pondo a nu o que nele havia de artificial e de desequilibrado, mas que pudera ser disfarçado enquanto houve abundância de capitais no mercado internacional.

A chamada crise do “milagre brasileiro” caracterizou-se por duas peculiaridades:

- Por um lado, foi uma crise de endividamento externo;
- E, por outro, uma crise da capacidade do Estado em continuar “bancando” o ritmo do crescimento industrial brasileiro.

Por que essas características teriam vindo à tona em 1973-74?

Antes de qualquer coisa, vale a pena lembrar o papel estratégico desempenhado pela grande empresa estrangeira na economia do país, o que implicava, uma constante remessa de seus lucros para o exterior, desnacionalizando a economia.

Essa saída de capitais era, por sua vez, compensada pela tomada de novos empréstimos externos pelo governo.

Os efeitos dessa verdadeira “armadilha”, que dera vida ao “milagre”, seriam contornados enquanto houvesse fartura de recursos no mercado internacional. Caso contrário, esse “círculo vicioso” emperraria, estrangulando a economia do país, o que ocorreu, de fato, com a crise do petróleo.

Afetando principalmente os países que mais dependiam das importações desse produto do Oriente Médio, a crise do petróleo jamais foi nossa, mas sim do chamado Primeiro Mundo, sobretudo dos Estados Unidos.

No entanto, em função de nossa dependência com relação aos capitais e à tecnologia estrangeiros, o Brasil seria uma “vítima indireta” dessa crise, já que seu primeiro efeito foi diminuir a disponibilidade de capitais no mercado mundial, fazendo com que aumentassem enormemente as taxas de juros.

Além disso, as economias centrais, vítimas de um aumento de quase 400% no preço do petróleo – procuraram compensar suas perdas estocando equipamentos e

outros produtos industriais para vendê-los, depois, a preços bem mais elevados.

Esse duplo movimento das economias centrais, que visavam sair com menos prejuízo da crise do petróleo, atingiria em cheio economias como a nossa:

- Quer pelo encarecimento das importações de itens industriais;
- Quer pelo encarecimento dos empréstimos externos.

A grande ironia desse período foi que, justamente quando a economia industrial brasileira mais precisava adquirir tecnologia nova – para repor o desgaste dos equipamentos instalados em fins da década de 1950 – e conseguir novos capitais para manter a “mágica” do “milagre”, o “sinal verde” dos preços internacionais ficava “vermelho”, ajudando o “milagre” a fazer água.

Para complicar mais um pouco a situação, o vertiginoso aumento dos juros internacionais levou os bancos brasileiros a também elevarem os seus, tornando caro tomar empréstimos, tanto dentro quanto fora do país.

Nascia, assim, uma situação favorável à imposição da chamada “ditadura dos banqueiros”, sem nos esquecermos de que muitos deles – beneficiados pelas operações com os papéis do Estado junto ao mercado financeiro – ocupavam postos estratégicos no próprio governo, como por exemplo os ministros Mário Henrique Simonsen (do Banco Bozano-Simonsen) ou Olavo Setúbal (do Banco Itaú).

Enquanto o Estado brasileiro conseguiu, mesmo em condições desfavoráveis, continuar investindo em suas empresas produtivas estratégicas e repassando dinheiro às multinacionais, foi possível manter um certo ritmo no crescimento da economia como um todo, ainda que as taxas mais modestas do que aquelas da fase do “milagre”: algo em torno dos 4,5% ao ano.

No entanto, o preço pago pela manutenção dos investimentos estatais seria altíssimo, uma vez que ele só poderia contar com dois expedientes: tributar e fomentar a especulação”.

Mendonça, Sonia. A industrialização brasileira.

## O Pós-1985

A década de 1980 ficou conhecida como a década perdida e foi caracterizada pela recessão, inflação e desemprego, gerados por uma economia estagnada após o segundo choque do petróleo de 1979.

Nesse contexto, vários setores da sociedade apontavam o fim do Regime Militar, como “saída” para a crise, mas os problemas continuaram (como a inflação elevada) com os governos civis no poder, fato que comprometeu a nossa industrialização.

Para controlar a inflação, só no governo Sarney, três planos foram tentados, mas todos fracassaram, deixando a classe média mais pobre, com a queda do poder aquisitivo dos salários:

- Plano Cruzado (1986);
- Plano Bresser (1987);
- E o Plano Verão (1989).

Nos demais governos, Collor, Itamar e FHC, foi adotada a receita neoliberal, imposta pelos EUA e pelo FMI, na qual o objetivo visa a diminuir a participação do Estado na economia, com privatizações.

Começou com as siderúrgicas e passou pela telefonia, energia e extrativismo mineral, entre outros setores.

A sociedade passou a questionar o modelo neoliberal, pois a qualidade dos serviços piorou, as tarifas ficaram elevadas e, o pior, o dinheiro obtido das vendas das empresas estatais foi usado apenas para pagar os juros da dívida externa.

A reeleição de FHC, em 1998, foi explicada pelo mérito em controlar a inflação.

Para agravar a industrialização, o modelo neoliberal está inserido no processo de globalização, coordenado pelos EUA e por outros países ricos, abrindo mais a economia nacional para o grande capital, gerando falências internas, pois a concorrência é desleal.

Essa modernidade imposta não foi acompanhada por reformas estruturais, fato constatado nos dois governos de FHC, pois não ocorreu a reforma tributária, fundamental para nossa industrialização, reduzindo o poder de investimentos. Resultados: agravamento da exclusão social, desemprego, concentração de renda e arrocho salarial.

### Concentração e Desconcentração Industrial



Quanto à distribuição espacial da indústria, o que se verifica é uma grande concentração de estabelecimentos na região Sudeste.

A concentração industrial na região Sudeste e, sobretudo, no Estado de São Paulo, deve-se a fatores históricos (a lavoura de café, entre outros) orientaram o surgimento da atividade industrial nessa região.

Mas um outro fator também explica essa concentração espacial – é a interdependência que se estabelece

entre as várias empresas industriais. Por exemplo, a indústria automobilística está ligada às metalúrgicas, às indústrias de autopeças, de tintas, de vidros etc.

Além disso, a concentração industrial é acompanhada pela concentração das demais atividades econômicas e extra econômicas. Assim, a indústria, o comércio e o sistema bancário e financeiro dependem uns dos outros.

Por outro lado, a concentração das atividades econômicas gera um grande número de empregos, atraindo população de outras regiões e criando grandes centros populacionais, que necessitam de serviços, incluindo-se escolas, centros culturais e profissionais. Por isso, as grandes metrópoles são também os núcleos culturais mais desenvolvidos do país.

A desconcentração industrial ocorreu a partir da década de 1970, motivada pelos desequilíbrios regionais que levaram o governo a adotar medidas como incentivos fiscais e programas para as áreas periféricas, surgindo, por exemplo, os polos petroquímicos de Camaçari (BA) e de Canoas (RS).

Na década de 1980, a crise econômica gerada pelo alto preço do petróleo atingiu a área mais industrializada do país, a região metropolitana de São Paulo, inibindo a instalação de novas unidades industriais, com desvantagens como a organização sindical forte, assustando os empresários, e a saturação da infraestrutura viária.



A concentração ocorre na Grande São Paulo, com diversidade industrial, e a desconcentração ocorre acompanhando as grandes rodovias.

Na via Dutra, destaca-se São José dos Campos, entre outras, com indústrias aeroespacial e bélica.

No Eixo Castelo Branco, destaca-se Sorocaba.

No Eixo Anchieta – Imigrantes, sobretudo em Cubatão desenvolvem-se os ramos químico, petroquímico e siderúrgico.

No Eixo Bandeirantes, até as vias Anhangüera e Washington Luís, a agroindústria.



### Espírito Santo

Este estado é o menos industrializado do Sudeste, mas ali se desenvolvem os ramos metalúrgico, alimentício e o madeireiro.

### Rio de Janeiro

A industrialização acompanhou a função portuária, beneficiando-se da condição histórica de conter a capital do país até a construção de Brasília.

Atualmente, o forte é o setor petrolífero no norte Fluminense, na região de Macaé.



### Minas Gerais

O ramo alimentício marca o Triângulo Mineiro (Araguari, Uberaba e Uberlândia) e o sul, com Poços de Caldas e Alfenas.

O principal ramo é o metalúrgico, transformando o rio Doce no “Vale do Aço”, devido ao complexo siderúrgico e às reservas de minerais metálicos.

Mas, a cidade mineira mais famosa é Itajubá, com o segundo maior crescimento em PIB do país entre 1970 e 1996.

O segredo está na associação educação-tecnologia, com universidades, mão-de-obra qualificada e indústrias com alta tecnologia, que produzem fibras ópticas, reatores, componentes eletrônicos e até helicópteros (Heli-brás). Portanto, é o mais novo exemplo de tecnopolo.

#### Os “tecnopolos”

São parques empresariais e científicos especializados no desenvolvimento da alta tecnologia e da chamada tecnologia de ponta (química fina, robótica, informática, eletrônica, raio laser etc.).

As regiões de Campinas (favorecida pela presença da Unicamp), de São José dos Campos (onde está localizado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA) e São Carlos (que abriga a UFSCar e um campus da USP) são alguns dos centros industriais que ostentam a tecnologia mais avançada do país.

### Nova Desconcentração

A partir da década de 1990, a nova desconcentração ganhou o apelido de “Guerra Fiscal” entre os Estados, pois as indústrias são disputadas entre os Estados, que oferecem terrenos e isenções.

As indústrias que, por exemplo, deixam o Estado de São Paulo alegam que o processo de globalização exige custos finais mais baixos para ganhar competitividade, aproveitando as vantagens citadas, além da mão-de-obra mais barata e menos politizada.

Migração da indústria		
De 1970 a 1996, a produção industrial brasileira manteve-se fortemente concentrada no Sudeste, mas nesse período a participação da região caiu, enquanto todas as outras registraram aumento		
	1970	1996
Norte	1,1%	3,4%
Nordeste	3,7%	8,8%
Sudeste	87,9%	74%
Sul	7,3%	12%
Centro-Oeste	0%	1,8%
Ipea		

### A Região Sul

Segunda em industrialização, estruturou-se nos ramos alimentício e têxtil, respectivamente, na Grande Porto Alegre (RS) e no eixo Joinville-Blumenau – Brusque (SC).

Mas, crescem os ramos químico, metalúrgico e siderúrgico, sendo Florianópolis a vedete nacional com o maior crescimento do PIB, nos últimos anos.

### A Região Nordeste

A terceira região industrializada, a concentração ocorre na Zona da Mata ou Litoral Oriental, sobretudo na região Metropolitana de Salvador, com o polo petroquímico de Camaçari, “alimentado” pela Refinaria Landulfo Alves, além do Distrito de Aratu, com siderurgia (Usiba).

A região Metropolitana de Recife, em Cabo e Paulista, com indústrias química, metalúrgica e de material elétrico.

### A Região Norte

Está relacionada à Zona Franca de Manaus.

### A Região Centro-Oeste

Região menos industrializada cresce no ramo alimentício, sobretudo os frigoríficos e, atualmente, nos ramos mineral e de material elétrico.

Essas regiões são prejudicadas pela deficiente rede de transporte e pelo mercado consumidor restrito.



## 7. A urbanização, estrutura, rede e hierarquia urbana brasileira



É fundamental diferenciar crescimento urbano de urbanização.

Urbanização:

Ocorre quando a população das cidades cresce mais do que a população rural, com migrações do campo para a cidade.

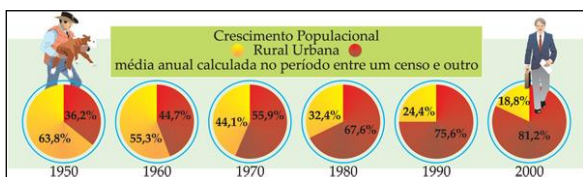
Crescimento urbano, ou das cidades:

Pode acontecer sem que aconteça a urbanização.

No Brasil, até o século XIX, houve apenas crescimento urbano, uma vez que a população rural cresceu tanto quanto a urbana.

Durante os ciclos econômicos, açúcar, ouro e café, a população urbana representava menos de 10% do total.

Só houve urbanização no Brasil no século XX, com a industrialização que acelerou o êxodo rural.



No início do século XX, o Brasil possuía 36,2% da população vivendo nas cidades.

Após 1960, o processo de urbanização no Brasil cresceu de forma significativa em todas as regiões.

Fatores que aceleram a urbanização:

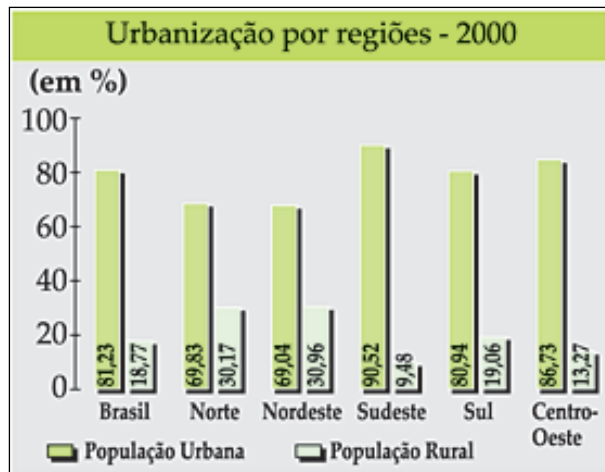
- Industrialização, sobretudo nos períodos de 1956 a 1961, com o "Plano de Metas", de JK;
- Industrialização de 1967 a 1973, com o "Milagre Econômico", de Delfim Netto.

Simultaneamente houve expansão do mercado de trabalho nas cidades em função do crescimento do setor de serviços e da própria industrialização.

O êxodo rural aumentou, deixando a urbanização mais intensa e ineficiente.

A cidade não estava preparada para receber tantas pessoas, gerando caos na infraestrutura, surgindo problemas, como as submoradias, transporte precário e falta de rede de esgoto, água e energia.

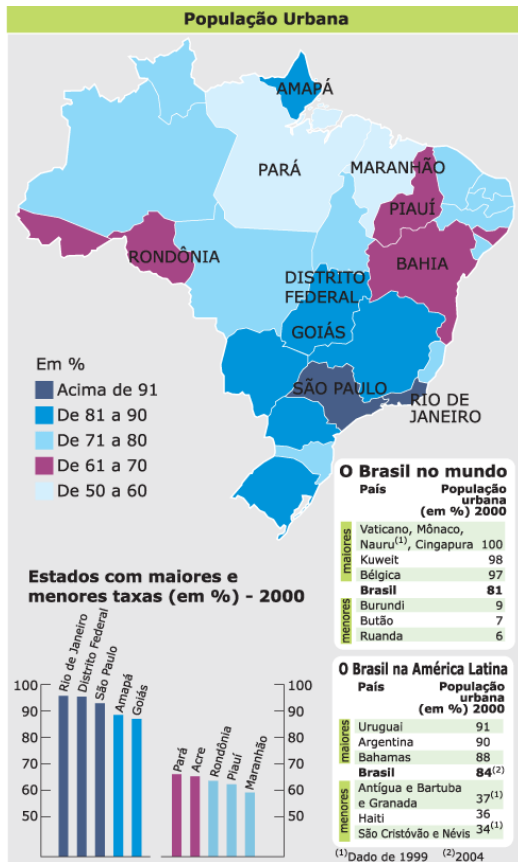
Para agravar a situação, a industrialização não absorveu todos os migrantes, e o resultado foi o aumento excessivo do setor terciário, multiplicando o número de desempregados, de subempregos e de pequenos negócios, marcados pela baixa escolaridade.



A urbanização tem suas particularidades, como, por exemplo, a região Centro-Oeste ser a segunda região mais urbanizada do país.

O fato é explicado pela construção de Brasília, associada à pecuária tradicional e à recente agricultura moderna de grãos, atividades que exigem pouca mão-de-obra.

**Atualidades**



IBGE, Banco Mundial e Fundo das Nações Unidas para a População

Todos os estados brasileiros apresentam taxa de urbanização acima de 50%, evidenciando a intensificação do fenômeno nos últimos anos.

**Rio de Janeiro**

Lidera, com mais de 90%.

**Maranhão**

É o menos urbanizado, mas a taxa já se aproxima de 60%.

O Brasil passa por um novo ciclo de urbanização, marcado pelo deslocamento ou migração de curta distância entre regiões, até mesmo entre municípios próximos – é a chamada migração polinucleada (deslocamento em curta distância entre municípios próximos).

A saturação econômica (mercado em retração, diminuindo a oferta e a geração de novos empregos) das grandes metrópoles, inibindo as ofertas de empregos e a diminuição das fronteiras agrícolas, com o fim dos incentivos governamentais.

A população rural de São Paulo voltou a crescer (0,78%), de 1991 a 2000.

O fato é explicado pela expansão de novas atividades econômicas no meio rural, como a agroindústria, os condomínios, com serviços (incluindo o trabalho doméstico) e o turismo rural, com hotéis-fazenda.

Tendência Revertida				
A população rural de São Paulo voltou a crescer, após três décadas de queda				
Data do Censo	Habitantes	Variação percentual nas décadas		
1º/9/1960	4 789 488	1960-1970	1970-1980	1980-1991
1º/9/1970	3 495 709	-3,10	-2,04	-2,01
1º/9/1980	2 845 334			
1º/9/1991	2 274 064			
1º/8/2000	2 437 385			1991-2000
				0,78

IBGE

Cidades médias crescem mais do que as grandes: Fenômeno ocorre principalmente no Sudeste, mas não é interiorização.

**Rio**

As grandes capitais do Sudeste deixaram de ser os maiores polos atrativos do País.

As populações de São Paulo, Rio e Belo Horizonte apresentaram crescimentos inferiores aos de cidades médias (com população que vai de 100 mil a 500 mil habitantes) e à média nacional, de 1,6% ao ano.

A cidade de São Paulo, cresceu 0,85% ao ano; um pouco mais que o Rio, que não ultrapassou 0,73%, e menos que Belo Horizonte, que ficou em 1,13%.

Em contrapartida, no mesmo período, 58% das cidades médias cresceram mais de 2% ao ano.

De todo o aumento populacional registrado no País nesse período, 76,8% foi no interior.

Os grandes centros perderam, de fato, seu poder de atração; e as cidades médias vêm crescendo mais do que eles.

Mas não dá pra dizer que se trata ainda de um processo de interiorização porque é um fenômeno mais específico do Sudeste.

As capitais nordestinas continuam sendo grandes polos atrativos do Nordeste.

De uma forma geral, a população residente nas capitais brasileiras apresentou crescimento inferior ao da população do interior, sobretudo no Sudeste e nos Estados do Pará, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

No mesmo período em que a população do interior aumentou em 17,5 milhões, a das capitais cresceu em 5,2 milhões e o número de habitantes do campo caiu 4 milhões.



### Rede Urbana

É um sistema de relações políticas, econômicas e culturais que as cidades estabelecem em um determinado espaço geográfico.

Envolve a subordinação do campo à cidade e a integração entre cidades, umas polarizando as outras.

Normalmente, quanto maior uma cidade, mais especializado torna-se o setor terciário, aumentando a influência ou atração sobre cidades menores.

Com a Revolução Industrial, a rede urbana transformou-se numa forma socioespacial de reprodução do capital, notadamente em razão dos mercados consumidores, ocorrendo uma exploração da grande cidade sobre o meio rural e cidades menores.

Surge assim a regra básica, ou seja, para milhares de cidades menores, há poucas metrópoles.

A outra regra da rede é simples: quanto maior o desenvolvimento capitalista, mais densa ou integrada é a rede urbana, sobretudo pelo eficiente sistema de transporte e comunicação que interliga as cidades.

Nos países pobres, a rede não é densa, é mal formada e, portanto, fragmentada.

No atual processo de globalização, as redes são "presas fáceis" das poderosas empresas para o lançamento de produtos, evidenciando toda uma estratégia de mercado e impondo uma homogeneização cultural.

No Brasil, o conceito ganhou destaque com a industrialização na segunda metade do século XX, que alterou a participação dos setores econômicos e transformou o País agrário-exportador em urbano-industrial.

No mundo e indiretamente no Brasil, a Terceira Revolução Industrial alavancou a modernidade, produzindo uma nova divisão territorial, com a decadência do campo e a valorização das grandes cidades, que subordinaram o meio rural aos seus interesses, bem como cidades menores.

A tecnologia, representada pela internet e transportes rápidos, promoveu uma maior aproximação entre as cidades, valorizando as redes, que despertam a atenção do grande capital para a distribuição de seus serviços e mercadorias.

A função de cada cidade na rede urbana é explicada pela própria capacidade de oferecer bens e serviços para um mercado não apenas local e, sim, regional, portanto, influenciando um espaço expressivo.

Dessa influência, surge à classificação das cidades quanto à hierarquia urbana.

### Hierarquia urbana

É a classificação das cidades segundo a sua capacidade de polarização externa, ou seja, segundo a amplitude das influências econômicas e culturais que exercem.

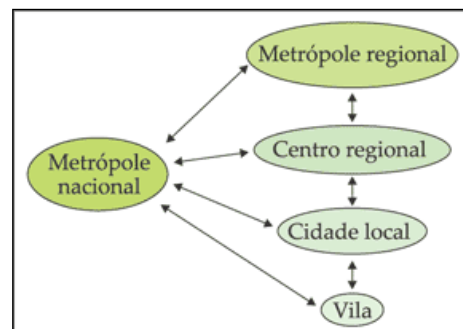
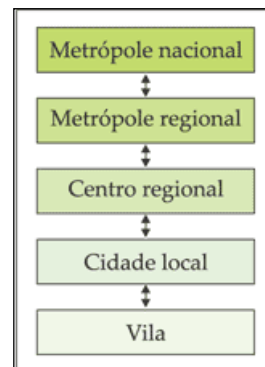
Dentro das redes urbanas, as várias cidades estabelecem entre si relações hierarquizadas, ou seja, relações econômicas e sociais, ocorrendo subordinações entre cidades grandes e pequenas.

Surge a polarização, isto é, a capacidade maior ou menor de atração de uma cidade, dependendo não apenas de sua localização e população, mas, principalmente, dos bens e serviços oferecidos à região vizinha.

O poder de polarização está associado aos componentes da estrutura urbana:

- Aprimoramento do setor de serviços;
- Fluxo de bens e convergência da rede viária, entre outros.

### Esquemas de polarizações



Nossa rede urbana ainda está em formação, ou seja, não está completa, uma vez que a indústria não se tornou o setor dominante em todo o território.

A hierarquia vai das metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) até as cidades locais (milhares).



Os serviços e bens mais sofisticados são encontrados apenas nas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, e nas metrópoles regionais.

Os centros submetropolitanos e as capitais regionais são cidades de médio porte com reduzida capacidade de polarização, abrangendo os espaços sub-regionais.

### A Nova Hierarquia

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através de estudos, alterou a classificação de hierarquia urbana, que envolve a importância econômica de cada cidade no contexto nacional.

A classificação antiga que envolvia metrópole nacional, metrópole regional, capital regional e centro regional.

A classificação antiga foi substituída por três estruturas com doze sistemas urbanos regionais que determinam a polarização das cidades mais importantes do País.

### Estruturas

- Centro-Norte;
- Nordeste;
- Centro-Sul.

### Nova divisão:

#### Metrôpoles globais:

São Paulo e Rio de Janeiro.

#### Metrôpoles nacionais:

Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília.

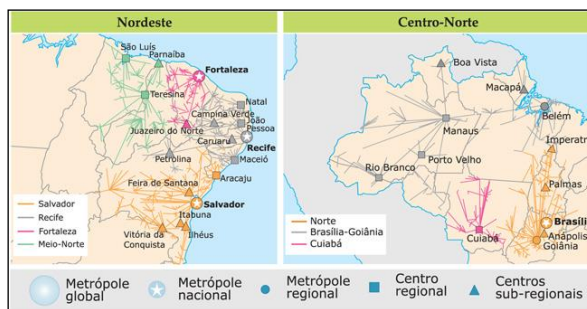
#### Metrôpoles Regionais:

Campinas, Belém e Goiânia.

### Centros Regionais:

Manaus, Cuiabá, Santos, Florianópolis, Vitória, Campo Grande, Londrina e Ribeirão Preto.

### Centros sub-regionais de níveis 1 e 2



### Rede urbana brasileira experimenta integração desigual

A rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos.

Coexistem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 1980, enquanto outras mais serão criadas no início do século XXI, na ainda não esgotada “fronteira do capital”, a Amazônia.

A rede urbana brasileira não está, assim, totalmente elaborada.

### A Rede urbana brasileira

O primeiro padrão espacial da rede urbana brasileira foi o padrão dendrítico, caracterizado por uma cidade litorânea criada para ser primeiramente um ponto de

defesa do litoral e uma via de penetração para o interior; posteriormente, transforma-se em ponto de apoio para a penetração e conquista do interior.

A partir dela são criadas outras cidades subordinadas de modo sistemático a centros urbanos localizados a jusante ou na direção da cidade litorânea:

- As cidades “bocas de sertão”;
- E “pontas de trilhos” são exemplos de centros do interior.

### **A Rede urbana na Amazônia**

A rede urbana amazônica até 1960, aproximadamente, caracterizava-se por apresentar um padrão espacial dendrítico, comandada por Belém.

As transformações verificadas na Amazônia, sobretudo a partir de 1970, introduziram maior complexidade à rede urbana, originando novos padrões espaciais não mais definidos pela rede fluvial nem por ligações exclusivas com a capital paraense.

### **A Rede urbana no Sudeste**

A rede urbana das áreas industriais no Sudeste, especialmente aquelas do Vale do Paraíba e da área próxima à metrópole paulista – Santos, Jundiaí, Sorocaba e Campinas –, assim como pelo eixo que se estende de Campinas a Ribeirão Preto, caracteriza-se por forte tendência a uma coalescência (junção de partes que se encontravam separadas) física e forte integração funcional. Trata-se de um padrão espacial de áreas urbano-industriais originador de “corredores” urbanizados.

Foi no pós-guerra, e sobretudo a partir do forte processo de industrialização da década de 1950, que a rede urbana brasileira foi efetivamente integrada.

Nesta integração duas metrópoles nacionais emergiram, Rio de Janeiro e São Paulo.

A complexidade da integração envolve o fato de cada centro urbano fazer parte de várias redes de cidades, redes vinculadas aos múltiplos papéis que desempenham e em parte associadas às grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, elas próprias organizadas sob a forma de rede.

Assim, uma capital regional que em passado não muito distante relacionava-se quase que exclusivamente com uma única metrópole regional, atualmente relaciona-se também com outras metrópoles, diversas capitais regionais e mesmo com alguns pequenos centros longinquamente localizados.

Fatores que afetam a integração da rede urbana brasileira:

- A continuidade do processo de industrialização;
- A modernização do campo gerando o seu esvaziamento de homens;
- As transformações na estrutura comercial;
- As novas vias de circulação de mercadorias;
- E os novos meios de telecomunicações.

A integração é, assim, desigual.

A metrópole paulista emergiu claramente como centro maior da rede urbana.

Assim, em 1990 São Paulo apresentava número maior de ligações telefônicas internacionais que o Rio de Janeiro: a relação era de 100 para 70.

Com as demais capitais estaduais a relação favorecia mais ainda a metrópole paulista: 100 a 43.

A rede urbana do Sudeste apresenta-se mais integrada que os outros segmentos da rede urbana nacional.

As ligações entre São Paulo e as capitais regionais de sua área de influência são mais intensas que aquelas entre as demais metrópoles regionais e suas respectivas capitais regionais.

### **As Metrôpoles**

As metrópoles são caracterizadas por uma grande concentração demográfica num pequeno número de grandes cidades. São marcadas por um crescimento rápido e desordenado, conhecido por macrocefalismo, que gera problemas.

Neste crescimento, áreas vizinhas são absorvidas, sobretudo outras cidades e áreas rurais, ocorrendo assim a conurbação.

Com isso, surge a região metropolitana, conjunto de municípios contíguos e integrados com serviços públicos de infraestrutura comuns.

Apresenta várias administrações municipais autônomas na área conurbada e, geralmente, a metrópole, cidade mais importante, tem um centro histórico com concentração de serviços e subcentros com certa autonomia.

Objetivando permitir o planejamento integrado dos municípios conurbados, o governo federal, criou as regiões metropolitanas por meio de leis federais na década de 1970.

### **Regiões metropolitanas**

É o espaço resultado da integração política, econômica e administrativa entre duas ou mais cidades.

O governo reconheceu, inicialmente, nove regiões metropolitanas:

- Grande São Paulo;
- Grande Rio de Janeiro;
- Grande Belo Horizonte;
- Grande Recife;
- Grande Porto Alegre;
- Grande Salvador;
- Grande Fortaleza;
- Grande Curitiba;
- E Grande Belém.



Brasil - Regiões Metropolitanas				
Regiões Metropolitanas	População da região metropolitana em 1996	População da cidade	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )
<b>Grande São Paulo</b> (São Paulo e mais 38 municípios: Santo André, Diadema, São Caetano do Sul, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Osasco, Mauá, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Cotia, Embu, etc.)	16.583.234	9.839.436	7.951	2.085
<b>Grande Rio de Janeiro</b> (Rio de Janeiro e mais 12 municípios: Nova Iguaçu, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nilópolis, Niterói, São João de Meriti, Majé, etc.)	10.192.097	5.551.538	5.384	1.893
<b>Grande Belo Horizonte</b> (Belo Horizonte e mais 17 municípios: Contagem, Betim, Sabará, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, etc.)	3.803.249	2.091.448	5.824	653
<b>Grande Recife</b> (Recife e mais 10 municípios: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Cano, São Lourenço da Mata, etc.)	3.087.967	1.346.045	2.160	1.429
<b>Grande Porto Alegre</b> (Porto Alegre e mais 21 municípios: Canoas, Novo Hamburgo, Viçosa, São Leopoldo, Gravataí, Alvorada, etc.)	3.246.869	1.288.879	6.775	479
<b>Grande Salvador</b> (Salvador e mais 9 municípios: Camaçari, Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas, etc.)	2.709.084	2.211.539	2.213	1.224
<b>Grande Fortaleza</b> (Fortaleza e mais 7 municípios: Maranguape, Caucaia, Aquiraz, Pacatuba, etc.)	2.582.820	1.965.513	3.473	743
<b>Grande Curitiba</b> (Curitiba e mais 13 municípios: São José dos Pinhais, Piraquara, Colombo, Campo Largo, Araucária, etc.)	2.425.361	1.476.253	8.763	276
<b>Grande Belém</b> (Belém e Ananindeua)	1.485.569	1.144.312	1.221	1.216

**Fonte: IBGE, Contagem da população de 1996**

Estrutura Territorial das Megacidades		
Região metropolitana	População total	População do município central
Grande São Paulo (39 municípios)	17.834.664	11.016.703
Grande Rio de Janeiro (19 municípios)	10.872.768	6.136.652
Grande Belo Horizonte (33 municípios)	4.811.760	2.399.920
Grande Porto Alegre (28 municípios)	3.655.834	1.440.939
Grande Recife (14 municípios)	3.335.704	1.515.052
Grande Salvador (10 municípios)	3.018.320	2.714.018
Grande Fortaleza (13 municípios)	2.975.703	2.416.920
Grande Curitiba (25 municípios)	2.725.629	1.788.559
Grande Belém (5 municípios)	1.794.981	1.428.368

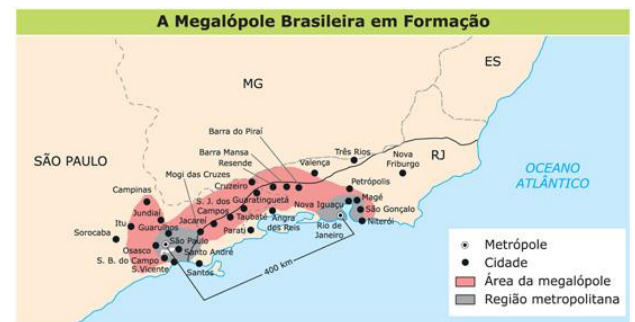
Em 1995, Vitória foi reconhecida como região metropolitana e, em 1998, Brasília. Mas, em 2001, o IBGE, passou a adotar o conceito de região metropolitana da Constituição Brasileira:

### Região metropolitana

"Agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum". Com isso o IBGE reconheceu 22 regiões.

Novas Regiões Metropolitanas		
Região	Nº de Municípios	População (nº de habitantes)
1. Belém	5	1.794.981
2. Grande São Luís	4	1.068.436
3. Fortaleza	13	2.975.703
4. Natal	6	1.040.169
5. Recife	14	3.335.704
6. Maceió	11	987.973
7. Salvador	10	3.018.320
8. Belo Horizonte	33	4.811.760
9. Grande Vitória	6	1.425.788
10. Rio de Janeiro	19	10.872.768
11. São Paulo	39	17.834.664
12. Baixada Santista	9	1.474.665
13. Campinas	19	2.333.230
14. Curitiba	25	2.725.629
15. Londrina	6	647.760
16. Maringá	8	473.498
17. Florianópolis	16	815.163
18. Vale do Itajaí	14	538.314
19. Norte e Nordeste Catarinense	22	925.332
20. Porto Alegre	28	3.655.834
21. Goiânia	11	1.636.465
22. Região metropolitana integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) composta por municípios (22) de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal	22	2.998.316

### São Paulo e Rio de Janeiro



A Grande São Paulo envolve 39 municípios conurbados, com população de quase 18 milhões de habitantes, numa superfície de quase 8000 km<sup>2</sup>.

Historicamente, transformou-se em um dos principais polos de atração do País, mas apresentou mudanças na economia.

Até os anos 70, a estrutura industrial caracterizava-se pelo elevado uso da mão-de-obra.

Após, seguindo uma tendência internacional, a indústria paulista começou a automatizar-se e a terceirizar

alguns serviços, empregando menos pessoas. Ocorreu a valorização do setor de serviços.

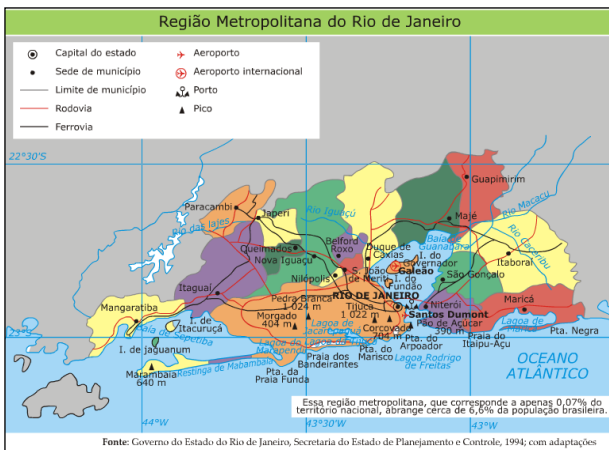
Atualmente, sofre saturação econômica, provocando a saída de pessoas.

Mas continua sendo a cidade mais bem estruturada em prestação de serviços e possui excelente aparelhamento de telecomunicações, correspondendo ao centro econômico do País, com capacidade de polarização nacional.



A Grande Rio de Janeiro tem aproximadamente 11 milhões de pessoas em 19 municípios, numa área que ultrapassa 5000 km<sup>2</sup>.

Concentra numerosas atividades, destacando-se as portuárias e administrativas e as turísticas, polarizando todo o País.



As duas regiões estão a 400 km de distância uma da outra, e sofrem um processo de conurbação acelerado, aproximando cidades, como Jacaré, São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena, Volta Redonda, Resende, Barra Mansa, entre outras. Resumindo, está em formação a megalópole brasileira, marcando a paisagem do vale do Paraíba, com uma população de mais de 40 milhões de pessoas.

O crescimento populacional dessa área, embora sofra diminuição, está relacionado ao processo de indus-

trialização, ao êxodo rural e às migrações, sobretudo as de nordestinos, fatores que se somam ao crescimento natural ou vegetativo.

Nas últimas décadas, ocorreu queda da taxa de natalidade e uma retração econômica, diminuindo, assim, a intensidade do processo de desenvolvimento de metrópoles.

### Brasília: Falsidades Ideológicas

O deslocamento da capital do País (Rio de Janeiro) para a parte central, na década de 1950, foi marcado por argumentos falsos, como a necessidade de promover o povoamento e o desenvolvimento do Brasil Central, construir uma nova capital como símbolo de um País moderno, sem favelas nem miséria, e afastar a capital federal do litoral, por ser alvo fácil da influência estrangeira.

Com o passar do tempo, os argumentos perderam força, visto que as favelas e a miséria continuaram a aumentar, a influência estrangeira cresceu, via american way of life, e o centro geográfico corresponde ao local de maior concentração econômica e demográfica que é o vale do Paraíba.

A geografia preocupa-se com o espaço ocupado pelos homens, sobretudo estudando as relações sociais e não priorizando o estudo de rochas. Brasília localiza-se no centro geométrico do País e não no centro geográfico.

Brasília é o resultado um projeto modernizador, que pretendia formar a capital da futura potência brasileira.

Mas, no próprio interior, fissuras são percebidas, isto é, a sociedade ideal vislumbrada não se concretizou. Nosso país não se transformou em potência e o sonho de igualdade dos arquitetos (Lúcio Costa e Oscar Niemeyer) não se realizou.



A capital do País é constituída por vários núcleos, notadamente pelo plano piloto e as cidades-satélites.

O Plano piloto envolve a parte planejada da cidade, onde estão localizados os órgãos do governo federal, com 23% da população total.

Nas cidades-satélites, exemplificadas por Gama, Ceilândia e Taguatinga, temos os moradores com baixas rendas quando comparamos com os moradores do plano

piloto, infraestrutura precária e poucas ofertas de empregos, uma vez que o plano piloto oferece empregos e infraestrutura melhores.

As desigualdades sociais da capital surgiram na própria construção, no final da década de 1950, já que os candangos (nordestinos) ergueram o plano piloto e foram expulsos para a periferia (cidades-satélites). Atualmente, a violência assusta os moradores de Brasília, nascida da geopolítica federal.

### Cidades Globais

São cidades que contêm centros de decisões de âmbito global, ou seja, cidades que comandam o processo de globalização, sendo sede de grandes corporações transnacionais com grandes centros financeiros e geração de tecnologia de ponta, notadamente na área de comunicações.

Portanto, a esfera de influência é mundial e tais cidades realizam mais trocas com o resto do mundo do que com a própria região "polarizada" de seu país.

Surge a expressão "arquipélago metropolitano", isto é, as cidades globais são interligadas, formando uma rede de fluxos de bens, informações e pessoas, isolando os próprios interiores dos respectivos países.

Neste seleto clube temos apenas quatro cidades: Nova Iorque, Tóquio, Londres e Paris, as quais combinam poder político, econômico e cultural.

Também são conhecidas por cidades globais de primeira categoria.

Existem as cidades globais de segunda categoria ou cidades continentais, que são metrópoles cuja esfera de influência é continental.

Elas podem até exercer influência mundial em alguns setores, como Chicago, no mercado de cereais, e Cairo, cuja importância é histórica e cultural.

## 8. A rede de transporte e comunicação brasileira



### Transporte

Corresponde aos meios de deslocamento de pessoas e bens de qualquer natureza.

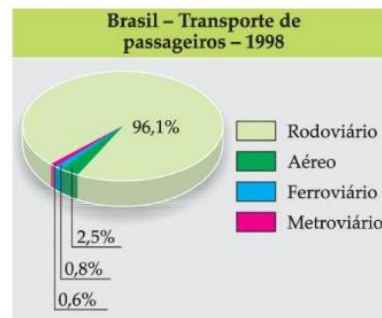
Os meios de transporte são de grande importância por suprirem as necessidades.

Quanto maiores e mais intensas as atividades econômicas, maior a necessidade de intensificar ou agilizar o fluxo de produtos e pessoas, portanto, o fluxo dos transportes.

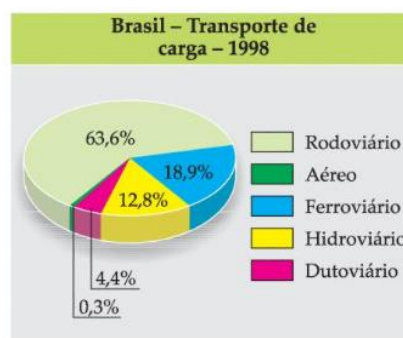
### Os meios de transporte

São adequados e adaptados conforme a necessidade, como o metrô nos grandes aglomerados urbanos, ferrovias para o transporte de cargas e passageiros, os dutos para líquidos e gases etc.

Os custos dos transportes compõem o preço final dos produtos e influenciam no comércio, tornando-os mais competitivos e ampliando as vendas.



Fonte: ANFAVEA. Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira, 2000.



Fonte: ANFAVEA. Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira, 2000.

Modalidades de transportes de cargas nos anos 90	Rodoviário	Ferroviário	Hidroviário
EUA	25%	50%	25%
Alemanha	18%	53%	29%
Japão	20%	38%	42%
França	28%	55%	17%
ex-URSS	4%	83%	13%
Paraguai	47%	4%	49%
Brasil	70%	18%	12%

O Brasil optou pelo transporte rodoviário devido ao modelo industrial adotado com multinacionais, o que reflete o interesse do grande capital externo, sobretudo as automobilísticas.

Esse tipo de transporte não é o ideal em razão da extensão territorial e da importação de petróleo.

Os transportes ferroviário e hidroviário seriam mais adequados, pois são mais econômicos.

Em suma, o modelo de transportes do Brasil prioriza o transporte rodoviário, o que contribui para aumentar o custo final das empresas.



## Transporte Hidroviário

O mais econômico de todos os meios de transporte, sendo dividido em transporte marítimo, fluvial e lacustre.

### Embarcações do Paraguai



### Embarcação de São Francisco



## No Brasil

Transporte de longo curso, voltado para as exportações e importações, é o mais importante.

## Transporte marítimo

### Transporte marítimo de cabotagem

O transporte marítimo ao longo do litoral, isto é, entre os portos brasileiros, é pequeno e está sendo reativado.

Ex: cargas do Rio Grande do Sul destinadas ao Rio Grande do Norte ou a Belém são transportadas, ainda, por caminhões.

Com a ampliação do comércio externo, o reflexo no transporte marítimo é imediato, exigindo a solução dos problemas do sucateamento dos portos brasileiros, na maioria privatizados e com altos custos operacionais, mesmo com a diminuição das taxas já conseguidas. É um dos principais “gargalos” das exportações brasileiras.

### Transporte marítimo de longo curso

É responsável por 81% das exportações brasileiras; o porto de Santos responde por 32% do total.

Transporte hidroviário no Brasil			
Cabotagem (88%)		Fluvial (12%)	
Portos mais movimentados	% do total de carga por cabotagem	Bacias*	% do total de carga no transporte fluvial
São Sebastião	34	Amazônia	31
		Sudeste	56
Rio de Janeiro	30	Prata	9
		Leste	3
Santos	16	São Francisco	1
		Nordeste	—

## Portos mais movimentados

- Rio Grande;
- Porto Alegre;
- Manaus;
- Belém.

Os serviços portuários procuram atender, essencialmente, a demanda apresentada pelos fluxos decorrentes do comércio exterior brasileiro.

Pelos portos passam cerca de 90% das cargas comercializadas com o mundo exterior.

Os portos não representam somente a porta de entrada e saída das mercadorias; são também indutores do desenvolvimento em suas áreas de influência, sendo portanto, estratégicos para o País.

## Movimentação das cargas nos portos e terminais brasileiros

A evolução da movimentação geral de cargas nos portos organizados (públicos) e terminais de uso privativo brasileiros entre 2003 e 2007 demonstra que houve um crescimento médio anual de 7,2%.

Os granéis líquidos que vinham apresentando uma estagnação no início da década, pelo segundo ano apresentou crescimento, sendo que dessa vez foi de 10,9% enquanto no ano anterior foi de 7,2%.

Avaliando o mesmo período para a movimentação apenas de contêineres, em toneladas, verificamos que o crescimento médio anual foi de 13,0%.

## Distribuição Espacial dos portos

A movimentação total de cargas nos portos e terminais brasileiros em 2007 foi de 754.716.655t.

Este resultado representou um crescimento de 10,9% em relação a 2006, superior ao crescimento observado no período anterior (2005) que foi de 7,2%.

A participação dos terminais de uso privativo em 2007 representou 63,1%, enquanto que a dos portos organizados (públicos) situou-se em 36,9%, mantendo então as mesmas participações desde 2003.

A maior concentração nos terminais decorre da movimentação de granéis, principalmente do minério de ferro e derivados de petróleo.

**Porto de Tubarão-ES:**

Manteve a primeira posição em relação ao total de 104.672.667 toneladas, sendo que a maior parte de suas cargas movimentadas é proveniente de granéis sólidos, mais especificamente minério de ferro.

**Porto de Itaqui-MA:**

Manteve a segunda posição em relação ao total de 98.808.524 toneladas, onde as cargas movimentadas são provenientes de granéis sólidos, mais especificamente minério de ferro.

Portos que foram destaque no ranking dos portos em movimento de carga no Brasil em 2007:

- Porto de Itaguaí-RJ;
- Porto de Santos-SP;
- Porto de São Sebastião-SP;
- Porto de Paranaguá-PR;
- Porto de Aratu-BA;
- Porto de Angra dos Reis-RJ;
- Porto de Rio Grande-RS;
- Porto de Belém-PA.

**Natureza da Carga**

A movimentação de granéis sólidos em 2007 registrou um crescimento de 10,0% contra 5,8% no ano anterior.

Os granéis líquidos cresceram 10,9% contra 7,2% no ano anterior.

Já a carga geral apresentou um crescimento de apenas 1,1% contra 9,44% em 2006.

**Porto de Santos-SP**

Continua sendo o responsável por cerca de 1/3 do total movimentado desta natureza de carga no país.

**Transporte de granel líquido**

Houve crescimento de 10,9% sobre o ano de 2006.

- Porto de Angra dos Reis-RJ 51,0%;
- Porto de Porto Alegre-RS 28,7%.

**Transporte de granel sólido**

Foi mantida a concentração de mais de 61,1% do total de cargas movimentadas destas mercadorias em minério de ferro:

- Porto de Tubarão-ES;
- Porto de Itaqui-MA;
- Porto de Itaguaí-RJ.

**Tipo de Mercadoria**

Oito produtos representaram dois terços de toda movimentação de cargas movimentada no País em 2007, conforme observado na relação abaixo:

- Minério de Ferro => 35,44%;
- Petróleo => 11,19%;
- Derivados de Petróleo => 5,81%;
- Soja => 4,31%;

- Bauxita => 3,95%;
- Adubos e Fertilizantes => 2,42%;
- Açúcar => 2,08%;
- Farelo de soja => 1,37%.

**As hidrovias**

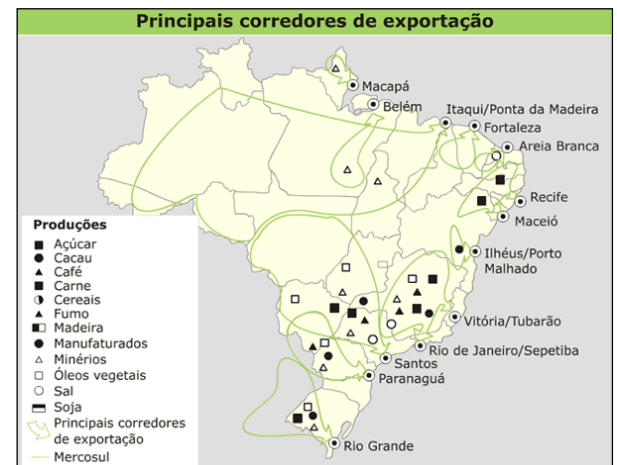
A viabilidade econômica das hidrovias, como os demais meios de transporte, depende da integração completa entre as:

- Áreas de produção e as áreas de vendas;
- Áreas de consumo ou compras;
- Corredores de exportação.

Nas últimas décadas foram projetadas muitas hidrovias e implantadas algumas, das quais as mais expressivas são:

- Tietê – Paraná, Paraguai;
- Araguaia – Tocantins, Teles Pires;
- Tapajós – Paraguai, Amazonas;
- Madeira – Amazonas.

Implementadas por empresas privadas e pelo Estado, integram o sistema rodoviário-fluvial, visando às exportações do Centro-Oeste e Norte do Brasil.



Os corredores de exportação surgiram na década de 1970, fruto do “Milagre Econômico”, escoando a produção brasileira via um complexo rodo-ferro-portuário para o exterior.

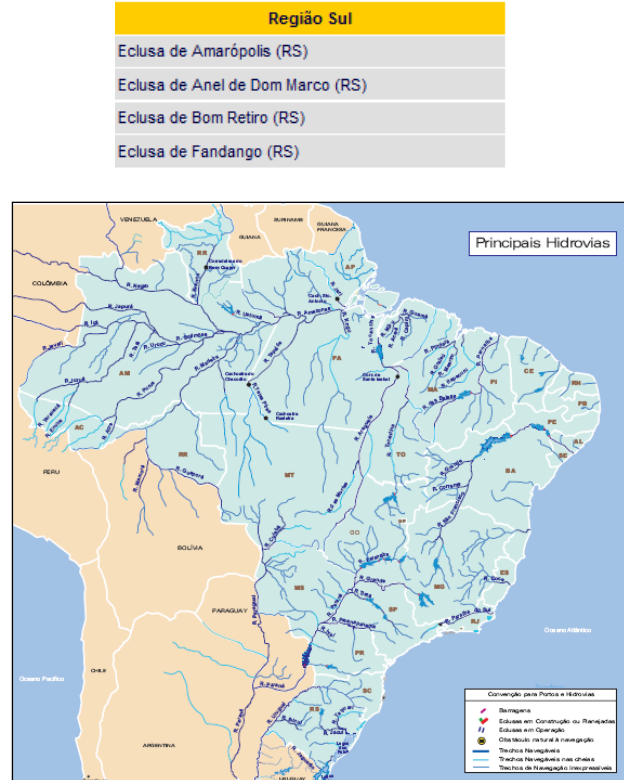
Mas o transporte hidroviário no País “sofre” de problemas antigos, como embarcações velhas, elevadas tarifas, equipamentos obsoletos e, portanto, lentidão.

Tudo isso é negativo, pois, na globalização, agilidade e rapidez são fundamentais.

**Administrações de Hidrovias:**

- ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
- AHIMOC - Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental;

- AHIMOR - Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental;
- AHIPAR - Administração da Hidrovia do Paraguai;
- AHITAR - Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia;
- AHRANA - Administração da Hidrovia do Paraná;
- AHSFRA - Administração da Hidrovia do São Francisco;
- AHINOR- Administração da Hidrovia do Nordeste.



**Eclusas**

Região Norte
Eclusa de Tucuruí (PA)
Região Nordeste
Eclusa de Sobradinho (BA)
Eclusa de Boa Esperança (PI)
Projeto Eclusa de Serra Quebrada(MA)
Região Sudeste
Eclusa de Barra Bonita (SP)
Eclusa de Bariri (SP)
Eclusa de Ibitinga (SP)
Eclusa de Promissão (SP)
Eclusa de Nova Avanhandava (SP)
Eclusa de Três Irmãos (SP)
Eclusa de Ilha Solteira (SP)
Eclusa de Jupia (SP)
Eclusa de Porto Primavera (PR)
Projeto Eclusa de Itaipu



**Transporte lacustre**

É aquele realizado em lagos, portanto, da mesma forma que o fluvial, também uma navegação interior.

Alguns lagos navegáveis, em nível de transporte de carga, são:

- A Lagoa Mirim que liga o Brasil ao Uruguai;
- A Lagoa dos Patos ligando o Rio Grande a Porto Alegre.



### Características

O transporte marítimo é o modal mais utilizado no comércio internacional.

No Brasil responde por mais de 90% do transporte internacional. Possibilidade de navegação interior através de rios e lagos.

Os portos desempenham um papel importante como elo de ligação entre os modais terrestres e marítimos.

Tem uma função adicional de amortecer o impacto do fluxo de cargas no sistema viário local, através da armazenagem e da distribuição física.

### Vantagens

- Maior capacidade de carga.
- Carrega qualquer tipo de carga.
- Menor custo de transporte.

### Desvantagens

- Necessidade de transbordo nos portos.
- Distância dos centros de produção.
- Maior exigência de embalagens.
- Menor flexibilidade nos serviços aliados a frequentes congestionamentos nos portos.

### Categorias de transporte

- **Cabotagem:** navegação realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou entre esta e as vias navegáveis interiores.
- **Navegação Interior:** realizada em hidrovias interiores ou lagos, em percurso nacional ou internacional.
- **Navegação de Longo Curso:** realizada entre portos brasileiros e estrangeiros.

### Transporte Ferroviário:

O transporte ferroviário, principal meio de transporte no final do século passado e início do atual, encontra-se nos dias atuais em completa decadência, ocupando posição secundária no transporte de carga no país. Responde por 18% do total.

Ao analisarmos o traçado das principais ferrovias do país, notamos que existe uma super concentração na faixa do litoral, não havendo uma interligação efetiva entre os vários pontos do território, refletindo baixa densidade da malha ferroviária, exceção feita ao Estado de São Paulo e ao sudeste de Minas Gerais, onde a densidade de ferrovias é mais elevada.

A ferrovia é o mais importante transporte terrestre e o mais indicado para o País.

Com baixo custo, alta capacidade de carga e grande durabilidade, é fundamental para um país extenso como o Brasil.

Por suas características, a ferrovia exige maior investimento inicial.

O período áureo das ferrovias esteve ligado à economia cafeeira e, com os portos de Santos e do Rio de

Janeiro, constituiu a infraestrutura básica do sistema produtivo e econômico da época ou ciclo do café.

A era das ferrovias no Brasil está delimitada entre 1870 e 1920.

A estagnação e a decadência (sucateamento) foram, pós-1930, um reflexo da crise de 1929 que afetou as exportações de café.

A inclusão da Rede Ferroviária Federal S.A. no Programa Nacional de Desestatização através do Decreto n.º 473/92, propiciou o início da transferência de suas malhas para a iniciativa privada, durante um período de 30 anos, prorrogáveis por mais 30.

Esse processo também resultou na liquidação da RFFSA, a partir de 07 de dezembro de 1999.



Pierre Monheig, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.*



Pierre Monheig, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.*

A expansão das ferrovias esteve associada à expansão do café no Sudeste, invadindo o norte do Paraná.

Mas, após o início do processo de industrialização, a ferrovia foi sendo gradativamente substituída pela rodovia.

Diferenças de bitolas, material obsoleto, concorrência das rodovias, alto custo de instalação, são alguns “eternos” problemas para o transporte ferroviário no

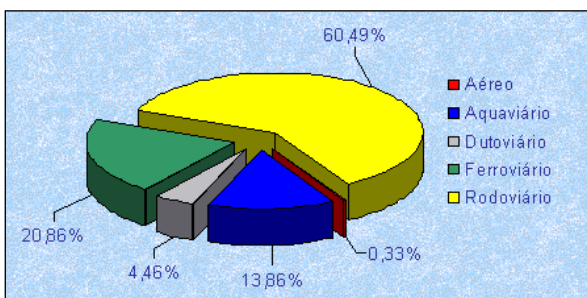
país e, a privatização é uma das saídas para a crise desse setor.

O sistema ferroviário brasileiro totaliza 29.706 quilômetros, concentrando-se nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, atendendo parte do Centro-Oeste e Norte do país. Foram concedidos aproximadamente, 28.840 quilômetros das malhas.



Malhas Regionais	Data do Leilão	Concessionárias	Início da Operação	Extensão (Km)
Oeste	05.03.96	Ferrovias Novoeste S.A.	01.07.96	1.621
Centro-Leste	14.06.96	Ferrovias Centro-Atlântica S.A.	01.09.96	7.080
Sudeste	20.09.96	MRS Logística S.A.	01.12.96	1.674
Tereza Cristina	26.11.96	Ferrovias Tereza Cristina S.A.	01.02.97	164
Sul	13.12.96	ALL-América Latina Logística do Brasil S.A.	01.03.97	6.586
Nordeste	18.07.97	Companhia Ferroviária do Nordeste	01.01.98	4.238
Paulista	10.11.98	Ferrovias Bandeirantes S.A.	01.01.99	4.236
<b>Total</b>				<b>25.599</b>

### Transportes de carga no Brasil:



### Principais Empresas Ferroviárias

- América Latina Logística - ALL;
- Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN;
- Estrada de Ferro Carajás – EFC;
- Estrada de Ferro Vitória/Minas – EFVM;

- Estrada de Ferro Trombetas – EFT;
- Estrada de Ferro Jarí – EFJ;
- Estrada de Ferro do Amapá – EFA;
- Ferrovias Centro-Atlântica S.A. – FCA;
- Ferrovias Bandeirantes S.A – FERROBAN;
- Ferrovias Norte Brasil - FERRONORTE S.A.;
- Ferrovias Norte-Sul;
- Ferrovias Novoeste S.A.;
- Ferrovias Paraná S.A. – FERROPAR;
- Ferrovias Tereza Cristina S.A.- FTC;
- MRS - Logística S.A.;
- Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.



### Características

O transporte ferroviário é adequado para o transporte de mercadorias de baixo valor agregado e grandes quantidades tais como produtos agrícolas, derivados de petróleo, minérios de ferro, produtos siderúrgicos, fertilizantes, entre outros.

Este modal não é tão ágil como o rodoviário no acesso as cargas uma vez que estas têm que ser levadas aos terminais ferroviários para embarque.

### Vantagens

- Adequado para longas distâncias e grandes quantidades de carga.
- Baixo custo do transporte.
- Baixo custo de infraestrutura.

### Desvantagens

- Diferença na largura das bitolas.
- Menor flexibilidade no trajeto.
- Necessidade maior de transbordo.
- Tempo de viagem demorado e irregular.
- Alta exposição a furtos.

### Transporte Rodoviário

A base estrutural do sistema de transporte no Brasil é representada pela rodovia.

Como já vimos, esse tipo de transporte encontra-se em contradição com as condições geográficas do País:

- Dimensões continentais;
- Relevo bastante plano.

Fatores que favorecem o desenvolvimento do transporte ferroviário.

A implantação de rodovias no Brasil tiveram início na presidência de Washington Luís, na década de 1920 (“Governar é abrir estradas” era o lema de seu governo).

Entretanto, o grande desenvolvimento e a expansão desse tipo de transporte ocorreram a partir da década de 1950, com a implantação da Petrobras e, mais tarde, da indústria automobilística.

Foram vários os fatores responsáveis pelo desenvolvimento do transporte rodoviário em nosso país.

Esse desenvolvimento baseou-se em estratégias:

- Construção das grandes rodovias de integração nacional, destinadas a interligar as várias regiões do país ao Centro-Sul, principal polo industrial;
- O custo de implantação das rodovias é menor em relação ao das hidrovias (eclusas, canais etc.) e das ferrovias;
- Maior flexibilidade do caminhão;
- Operação de carga e descarga mais simplificada;
- Menor utilização de mão-de-obra;
- Deslocamento mais rápido;
- Prestígio político para os governantes.

Por meio do transporte rodoviário trafega cerca de 70% da carga transportada no Brasil.

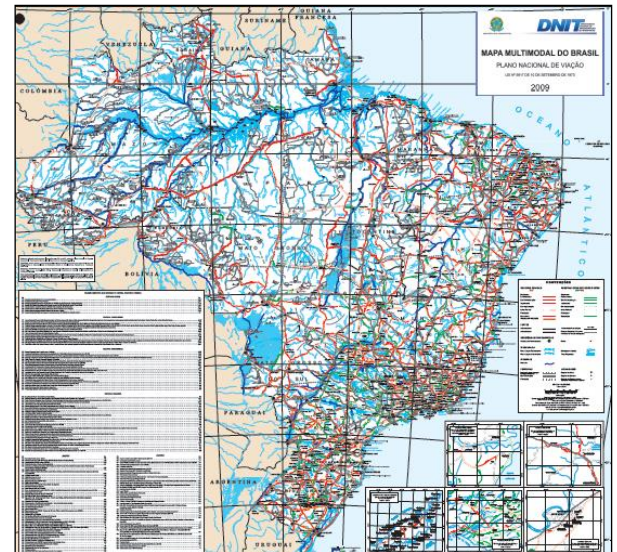
Há um predomínio excessivo do transporte individual, pois a maior parcela dos veículos que formam a frota nacional 70% são automóveis de passeio.

As rodovias acabam se transformando, assim, numa necessidade para a viabilização da produção industrial ligada à indústria automobilística e a outros setores industriais.

A malha rodoviária cobre praticamente todo o Brasil, porém é mais densa nas regiões Sudeste e Sul, pela maior intensidade do fluxo de produtos e pessoas.

Pouco mais de 10% das rodovias são pavimentadas e, mesmo assim, em condições precárias de uso em 72% dos Estados são consideradas, oficialmente, péssimas ou deficitárias.

Destacam-se, nesse contexto, a privatização e o aumento de unidades de cobrança de pedágio como justificativa para a administração e manutenção das rodovias nas áreas de tráfego mais intenso, desprezando-se os dados de regiões mais precárias.



### Características

O transporte rodoviário na América do Sul é regido pelo Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre – firmado entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Peru em Santiago do Chile, 1989.

Esse convênio regulamenta os direitos e obrigações no tráfego regular de caminhões em viagens entre os países consignatários.

No Brasil algumas rodovias ainda apresentam estado de conservação ruim, o que aumenta os custos com manutenção dos veículos. Além disso, a frota é antiga e sujeita a roubo de cargas.

### Vantagens

- Adequado para curtas e médias distâncias.
- Simplicidade no atendimento das demandas e agilidade no acesso às cargas.
- Menor manuseio da carga e menor exigência de embalagem.
- O desembarço na alfândega pode ser feito pela própria empresa transportadora.
- Atua de forma complementar aos outros modais possibilitando a intermodalidade e a multimodalidade.
- Permite as vendas do tipo entrega porta a porta, trazendo maior comodidade para exportador e importador.

### Desvantagens

- Fretes mais altos em alguns casos.
- Menor capacidade de carga entre todos os outros modais.
- Menos competitivo para longas distâncias.

### Transporte Aéreo

Grande extensão territorial, condições climáticas favoráveis e ausência de concorrência, como o “trem-



bala”, são fatores que favorecem o setor aeronáutico no País.

O setor foi marcado historicamente pela fundação da Via Aérea Rio-Grandense (Varig) em 1927, pela criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) em 1969 (privatizada nos anos 90) e pela criação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), em 1972, com o objetivo de administrar o setor.

O setor enfrenta dificuldades como aumento nas tarifas e combustíveis, linhas deficitárias (poucos passageiros), elevado custo operacional e elevado aluguel de aeronaves.

Internamente, as principais operadoras são: Tam, Varig e Gol.

Segundo especialistas, o setor passa por uma grave crise, tendo como fator principal os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, com redução do número de passageiros no mundo todo, o que aumenta a demanda por táxis aéreos.

Atualmente, o número de passageiros voltou ao normal, mas várias empresas endividaram-se.

No caso brasileiro, o setor precisa de uma reestruturação, notadamente de fusões entre empresas, pois o grave problema é justamente o excesso delas.



### Características

É o transporte adequado para mercadorias de alto valor agregado, pequenos volumes ou com urgência na entrega.

As empresas e agentes de todo o mundo formam uma associação de caráter comercial que é a IATA – International Air Transport Association, que é o principal órgão regulador do transporte aéreo internacional.

No Brasil, o órgão regulador é o Departamento de Aviação Civil – DAC, do Comando da Aeronáutica e a Agencia nacional de aviação civil - ANAC.

### Vantagens

- É o transporte mais rápido.
- Não necessita embalagem mais reforçada (manuseio mais cuidadoso).
- Os aeroportos normalmente estão localizados mais próximos dos centros de produção.
- Possibilita redução de estoques via aplicação de procedimentos just in time.

### Desvantagens

- Menor capacidade de carga.
- Valor do frete mais elevado em relação aos outros modais.

### Transporte Dutoviário

Esta modalidade de transporte vem se revelando como uma das formas mais econômicas de transporte para grandes volumes principalmente de óleo, gás natural e derivados, especialmente quando comparados com os modais rodoviário e ferroviário.

O transporte Dutoviário pode ser dividido em:

#### Oleodutos

Cujos produtos transportados são, em sua grande maioria: petróleo, óleo combustível, gasolina, diesel, álcool, GLP, querosene e nafta.

#### Minerodutos

Cujos produtos transportados são: Sal-gema, Minério de ferro e Concentrado Fosfático.

#### Gasodutos

Cujo produto transportado é o gás natural. O Gasoduto Brasil-Bolívia (3150 km de extensão) é um dos maiores do mundo.

## 9. O espaço rural brasileiro



Paralelamente ao desenvolvimento industrial urbano do País, a agropecuária passa a desempenhar funções fundamentais para a sociedade:

- Fornecer matéria-prima para as indústrias;
- Gerar empregos;
- Fornecer combustíveis;
- Produzir alimentos;
- Gerar divisas cambiais via exportações.

Composição do PIB brasileiro por setor – 2000		
Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
7,75%	37,16%	58,88%

A agropecuária em 2000 era responsável por 7,75% do PIB, evidenciando a transição do modelo econômico do Brasil de agroexportador para subdesenvolvido industrializado.

Com o avanço da indústria, a agropecuária fica mais dependente e subordinada aos interesses dos grandes capitais.

Ocorre, portanto, a penetração do capitalismo no campo, aumentando a mecanização da lavoura, o que implica elevação da produtividade e necessidade de menos mão-de-obra, fator gerador de desemprego.

Ocorre:

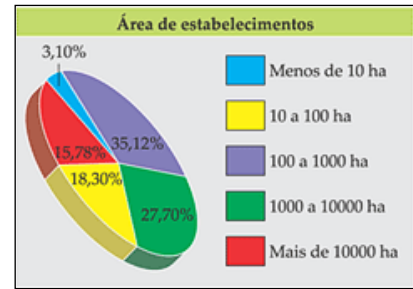
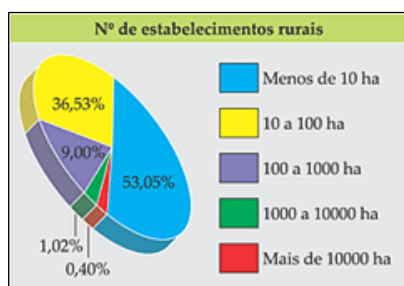
- A valorização das culturas mais lucrativas, especialmente aquelas de exportação:
- Soja e laranja.
- A desvalorizando as culturas voltadas para a alimentação interna:
- Feijão e milho.

Atualmente, o meio rural ganha novas funções agrícolas e não-agrícolas, oferecendo empregos, como no reflorestamento (sivicultura), garimpo, turismo rural etc.

Os motivos dessa mudança estrutural estão relacionados à concentração fundiária e à modernização do campo, exemplificada pela mecanização.

### Estrutura Fundiária

É a forma como estão organizadas as propriedades agrárias de um país ou região, isto é, a classificação dos imóveis rurais segundo o número, tamanho e distribuição social.



### Uma enorme concentração de terras

De um total de 6 milhões de propriedades, 53,05% ocupam 3,10% da área, enquanto 1,42% dos estabelecimentos (mais de 1000 ha), ocupam 43,48% da área.

Portanto, ocorre uma extrema concentração na propriedade da terra, com um reduzido número de proprietários concentrando imensa área e um grande número de pequenos proprietários, que possuem parcelas insuficientes para o sustento de suas famílias.

Para complementar a renda, pequenos proprietários trabalham temporariamente nas grandes propriedades.

Com o tempo, há uma concentração fundiária, pois a terra fica insuficiente para a família em crescimento e o grande proprietário compra essas pequenas propriedades, por preços irrisórios.

A origem da péssima distribuição de terras no País está em seu passado colonial de exploração, articulado inicialmente por Portugal.

Os primeiros latifúndios foram as capitânicas hereditárias, que inseriram o Brasil no sistema colonial mercantilista.

Portanto, desde o início, o País mostrava sua tendência latifundiária, notadamente exemplificada pelo sistema de plantation, com a cana-de-açúcar no litoral nordestino.

O grande marco histórico foi a Lei das Terras, de 1850, que praticamente instituiu a propriedade privada da terra no Brasil, determinando que as terras públicas ou devolutas (terras ociosas ou espaços desocupados do ponto de vista jurídico, isto é, sem títulos de propriedades) só podiam ser adquiridas por meio de compra favorecendo os abastados proprietários rurais.

### Classificação dos Imóveis Rurais

Na década de 1960, devido ao descontentamento social rural motivado pela péssima distribuição de terras, o regime militar criou o Estatuto da Terra (1964), surgindo o conceito de módulo rural.

**Módulo rural:** “é o modelo ou padrão que deve responder à propriedade familiar”.

Com base nesse conceito, posteriormente, o Inbra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criou o conceito de módulo fiscal.

**Módulo fiscal:** “unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada região, considerando vários fatores, como o tipo de exploração predominante no município e a renda obtida com a exploração predominante.”

Portanto, o tamanho do módulo fiscal depende de cada região, sendo usado pelo IBGE para classificar os imóveis rurais quanto ao tamanho:

- Minifúndio: área inferior a um módulo fiscal;
- Pequena propriedade: área entre um e quatro módulos fiscais;
- Média propriedade: área superior a quatro e até quinze módulos fiscais;
- Grande propriedade: área superior a quinze módulos fiscais.

Outro aspecto importante do Estatuto da Terra é que, teoricamente, o trabalhador rural ganhou uma proteção legal, representada pelo salário mínimo, férias remuneradas, previdência e 13º salário.

Mas, na prática, os fazendeiros “fugiam” dessa mudança, passando a contratar trabalhadores temporários, surgindo a figura do boia-fria.

### Subutilização do Espaço Rural:

Também conhecida por subaproveitamento do espaço agrícola.

Da área total do país, apenas 30% tem agropecuária.

O restante são terras que contêm matas, áreas urbanas, pântanos, areais etc.

Mas, o lamentável são os imóveis improdutivos no País, isto é, terras sem plantações, evidenciando uma especulação e uma megalomania rural entre as elites brasileiras, pela qual a projeção social e o prestígio político estão relacionados à posse de grandes áreas de terra.

É, portanto, a ideologia sonhada por milhões de brasileiros, ter a “casinha” no campo, com sentido de lazer e fuga da cidade, alimentando a improdutividade num País marcado pelo desemprego e fome da maioria.

Gravidade da improdutividade no País:

Imóveis rurais no Brasil (%)		
Regiões	Área produtiva	Área improdutiva
Norte	21,2%	78,8%
Nordeste	30,5%	69,5%
Centro-Oeste	37,3%	62,7%
Sudeste	49,6%	50,4%
Sul	57,5%	42,5%

*Incra, 2000*

### A expansão do capitalismo e a questão da terra

As questões que envolvem o campo no Brasil, nos dias atuais, são fruto do desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista.

No País, a questão agrária tem duas faces combinadas:

- A expropriação (desapropriar alguém de sua propriedade ou direitos);
- A espoliação (privar de algo por fraude ou violência);
- E a exploração.

Em função da violenta concentração da propriedade fundiária, um grande número de pequenos lavradores perde ou deixa o seu principal meio de trabalho (a terra) para os capitalistas de todos os tipos.

Esse processo é realizado diretamente por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, sob o manto protetor e os incentivos financeiros do Estado.

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessitam para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo.

Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho.

Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem agora tem esses instrumentos.

### A concentração de terras no Brasil: Uma herança do período colonial

A estrutura agrária do Brasil é herdeira dos processos de ocupação e divisão das terras no período colonial.

As sesmarias, terras doadas pelo rei de Portugal a particulares para serem exploradas, deram origem aos latifúndios escravistas.

Neles, ocorria a produção em grande escala para exportação, utilizando-se mão-de-obra escrava.

Os latifúndios escravistas predominam até 1850, quando se proíbe o tráfico de escravos e promulga-se a Lei de Terras, que instituiu um novo regime fundiário e proibia a concessão de novas posses.

O acesso às terras devolutas só seria permitido por meio de compra.

A Lei de Terras também transformava as terras devolutas em monopólio do Estado, o que na verdade pouco alterava a situação, uma vez que ele era controlado pelos grandes proprietários.

Em 1891, as terras devolutas são repassadas às unidades da federação.



Cada uma delas promoverá uma política de concessão de terras, com a transferência maciça de extensas áreas a grandes proprietários e empresas de colonização agrícola.

Tudo isso, associado a processos recentes de violenta expropriação de pequenos produtores e grilagem de terras, gerou uma estrutura fundiária fortemente concentrada, que caracteriza nosso país.

### A Questão Agrícola

Os conflitos sociais no campo brasileiro decorrem de um histórico processo de espoliação e expropriação do camponato.

A extrema concentração fundiária demonstra o desprezo do grande capital para com o camponês e é representada pelo número reduzido de proprietários, concentrando imensa área e, por outro lado, um grande número de pequenos proprietários com terras insuficientes para o sustento de suas famílias.

A modernização resolveu a questão agrícola do país, pois ocorreu um extraordinário aumento da produção agropecuária, com grandes safras, notadamente explicadas pelas inovações tecnológicas.

Mas a questão agrária não foi resolvida, e pior, foi agravada, porque nossas elites desprezaram o destino dos não contemplados (camponeses) pela modernidade, surgindo uma resistência que reivindica a reforma agrária.

A modernização do campo foi desigual, conservadora e capitalista, mantendo a concentração de terras, com latifúndios improdutivos, provocando uma subordinação total do camponês ao grande capital.

A razão dessa dependência é que no sistema capitalista a propriedade rural visa, em primeiro lugar, ao lucro e não à utilização produtiva da terra, podendo deixar a terra inexplorada, isto é, utilizá-la apenas como negócio de compra e venda.



### Reforma agrária

Representa o fim da concentração fundiária brasileira, com redistribuição das terras, rompendo definitivamente com o passado colonial de exploração.

Alguns intelectuais apontam que a primeira e, ao mesmo tempo, a última reforma foi no século XVI, com as capitanias hereditárias, que introduziu os latifúndios, os quais resistem até os dias atuais.

Em razão do poder político das oligarquias rurais, a reforma agrária começou a ser discutida após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente, por meio de comissões, que fracassaram.

Na década de 1960, surgiram às primeiras tentativas no governo de João Goulart, frustradas pelo governo militar de 1964.

Neste mesmo ano, surgiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com a responsabilidade de aplicar o Estatuto da Terra, que provocou um aumento dos trabalhadores temporários, pois os fazendeiros não aceitaram as garantias trabalhistas do trabalhador do campo.

Mais tarde, em 1985, foi criado o Ministério da Reforma Agrária aplicando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do governo Sarney.

Em 1988, a reforma agrária foi inscrita na Constituição, deixando a cargo do Ministério da Agricultura a responsabilidade de promovê-la.

#### Estatuto da Terra

Lei nº 4 504, de 30 de novembro de 1964.

Os objetivos finais dessa lei eram a execução da reforma agrária e promoção da política agrícola.

Os principais pontos do Estatuto da Terra consistiam em classificar os estabelecimentos rurais por sua "função social".

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- assegura a conservação dos recursos naturais;
- observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e os que a cultivam.

Foram considerados os seguintes tipos de estabelecimentos rurais:

- Imóvel rural. Área que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, seja pela iniciativa privada ou pública.
- Propriedade familiar. O imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família e que lhe garante trabalho e subsistência, com área máxima estabelecida por região.

III. Minifúndio. O imóvel rural de área e possibilidades inferiores à propriedade familiar.

IV. Latifúndio:

- Por dimensão. Propriedades com área superior a seiscentas vezes o módulo rural fixado para a região onde se localiza.
- Por exploração. Propriedades que tenham área menor do que o estabelecimento, mas que esteja sendo mantida inexplorada ou deficientemente explorada, para fins especulativos, não podendo ser considerada uma empresa agrária.

V. Empresa rural. É o imóvel rural explorado econômica e racionalmente por pessoa física, jurídica, pública e privada. Entre as atividades realizadas no estabelecimento estão as áreas de cultura, reflorestamento, matas naturais, pastagens e benfeitorias. Possui de 1 a 600 módulos rurais da área.

VI. Módulo rural. É o modelo ou padrão que deve corresponder à propriedade familiar. A área do módulo rural vai depender das características ecológicas e econômicas de onde está localizado.

É claro que as dimensões do módulo rural em áreas de pecuária extensiva vão ser bem maiores do que em áreas de policultura comercial.

Fonte: Tére e L. Marina, *Geografia*.

### A Reforma Agrária na Constituição de 1988

Art. 184. "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será prevista em lei".

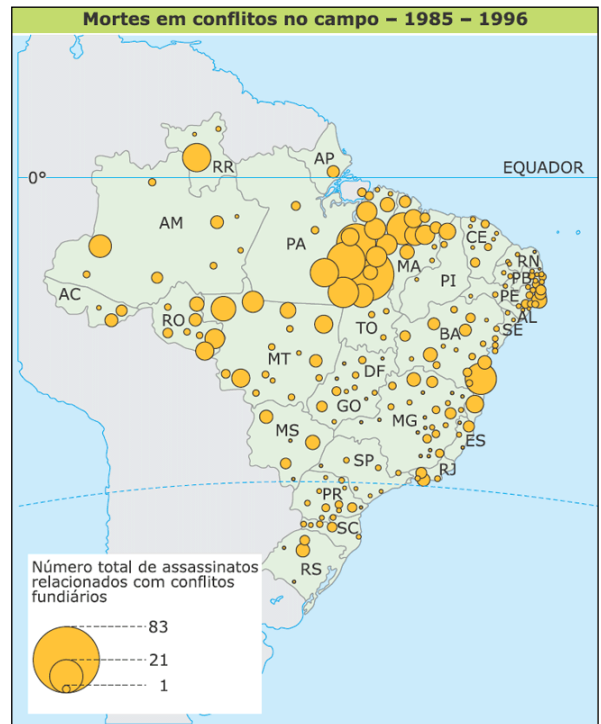
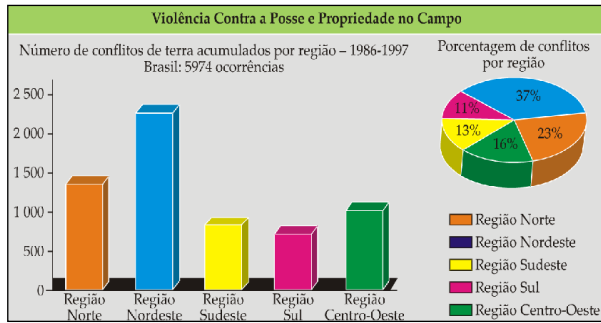
A reforma é um processo no qual o governo desapropria terras não aproveitadas, cedendo-as para agricultores que desejem trabalhá-la.

Mas, para obter sucesso, a reforma deve ser acompanhada por várias medidas como:

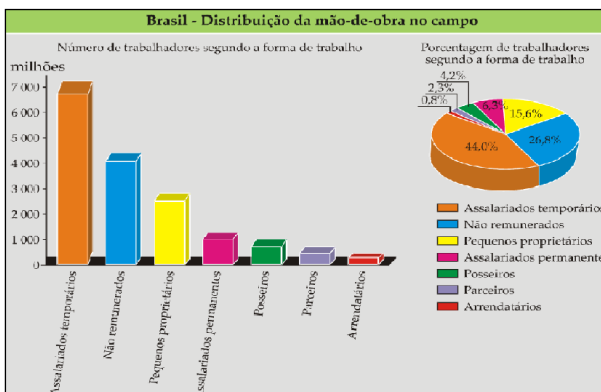
- Assistência técnica permanente;
- Educação;
- Financiamento de equipamentos;
- Política de preços mínimos;
- Infraestrutura de transporte;
- Armazenagem;
- Telefonia e eletrificação rural.

Em vários casos, isto não acontece, explicando-se o abandono posterior das terras distribuídas.

Como o governo é lento e burocratizado, surgem os conflitos rurais, marcados pela violência.



### Personagens



### Boia-fria

Essa denominação decorre do fato de tais trabalhadores comerem fria a refeição que levam de casa, pois

no local de trabalho não existem instalações para esquentar a comida.

O nome correto do trabalhador diarista é volante ou assalariado temporário.

Ele reside normalmente nas cidades e trabalha no campo, em geral nas colheitas.

Esse tipo de trabalhador teve crescimento numérico, devido à mecanização no cultivo de certos produtos, o que diminuiu a necessidade de mão-de-obra no cultivo, mas aumentou na época da colheita.

### Posseiro

Indivíduo que se apossa de uma terra que não lhe pertence, geralmente plantando para o sustento familiar.

### Grileiro

Indivíduo que falsifica títulos de propriedade, para vendê-los como se fossem autênticos, ou para explorar a terra alheia.

### Parceiros

Pessoas que trabalham numa parte das terras de um proprietário, pagando a este com uma parcela da produção que obtêm, ficando com metade (meeiros) ou com a terça parte (terceiros).

### Arrendatários

Pessoas que arrendam ou alugam a terra e pagam ao proprietário em dinheiro.

### Peões

Surgiram na década de 1970, com as fronteiras agrícolas em direção ao norte.

São contratados fora da Amazônia, em geral no Nordeste, pelos intermediários (“gatos”), que iludem esses trabalhadores e, por causa de dívida por alimentação nos armazéns dos latifúndios, são escravizados, sendo impedidos de deixar o serviço.

### Conflitos

A violência rural brasileira evidencia a necessidade de reformas, para corrigir graves distorções como a concentração fundiária, a prevalência (aproveitar-se) da produção de gêneros para a exportação e a ganância dos grileiros, que contratam jagunços (homem contratado como guarda-costas) para invadir terras devolutas ou terras ocupadas por posseiros, expulsando-os.

Até as reservas indígenas não escapam da violência, e também são vítimas do avanço do capital no campo.

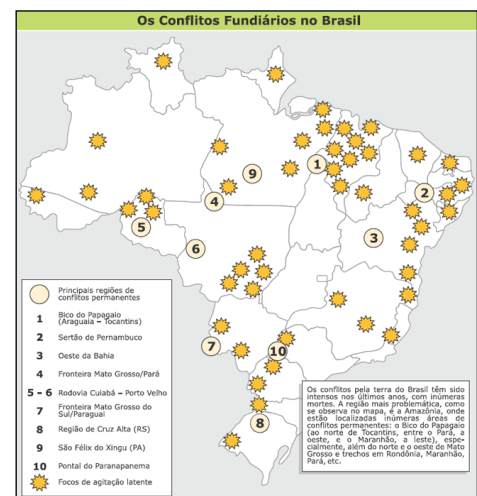
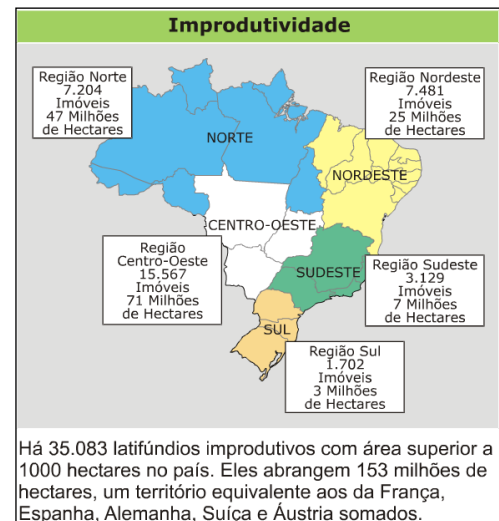
A resistência à concentração de terras aumentou nas décadas de 1970 e 1980, surgindo, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST), entidade criada para se fazer uma reforma agrária rápida e justa.

As invasões em terras improdutivas questionam a estrutura fundiária ultrapassada, mas também ocorrem

invasões políticas em terras produtivas, deixando a questão polêmica.

Por outro lado, os fazendeiros criaram a União Democrática Ruralista (UDR), cujo objetivo é defender o direito à propriedade privada, garantido pela Constituição.

O resultado foi o aumento dos conflitos, associado ao governo omissivo e incapaz de equacionar a questão agrária do país, evidenciada pelo próprio aumento dos conflitos.



As áreas mais violentas compreendem o Bico do Papagaio (1), no norte de Tocantins e o Pontal do Paranapanema (10), sendo retratadas pela mídia, que, muitas vezes, enfatiza a invasão de terras produtivas, omitindo a grilagem na área.

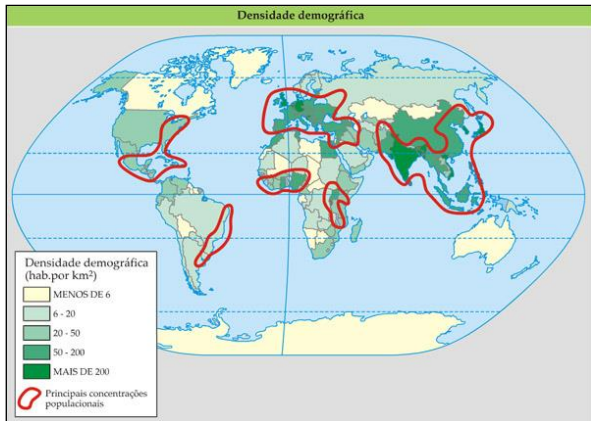
A resistência ao modelo imposto pelo grande capital tem exemplos alternativos, como as reservas extrativistas na Amazônia.

É uma proposta de exploração racional para a preservação da floresta, objetivando a elevação do nível de vida da população local.



As reservas ganharam projeção nacional, com a morte de seu grande idealizador, Chico Mendes, sindicalista e seringueiro, executado em 1988.

## 10. Formação, estrutura e dinâmica da população



### Composição Étnica Brasileira



O povo brasileiro tem sua origem, a partir do século XVI, na miscigenação entre três etnias: índio, branco e negro. O resultado é um povo mestiço.

Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, o brasileiro tem uma identidade mal constituída e rejeitada, devido à origem.

O primeiro brasileiro foi o mameluco, que nasceu duplamente rejeitado, pela mãe índia e pelo pai português, surgindo assim um complexo de inferioridade.

Até hoje, o brasileiro sobrevaloriza produtos importados, como carros, vinhos e alimentos, desprezando o que é produzido internamente. E pior, deprecia os antepassados, com lamentáveis expressões, como "programa de índio".



### Composição Étnica

Distribuição da população por cor (%) – 1999					
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Índigena
Norte	28,36	2,33	68,26	0,17	0,86
Nordeste	29,72	5,62	64,49	0,08	0,08
Sudeste	64,02	6,72	28,41	0,75	0,07
Sul	83,62	3,03	12,64	0,49	0,21
Centro-Oeste	46,21	3,53	49,42	0,37	0,46
<b>Total</b>	<b>54,03</b>	<b>5,39</b>	<b>39,94</b>	<b>0,46</b>	<b>0,16</b>

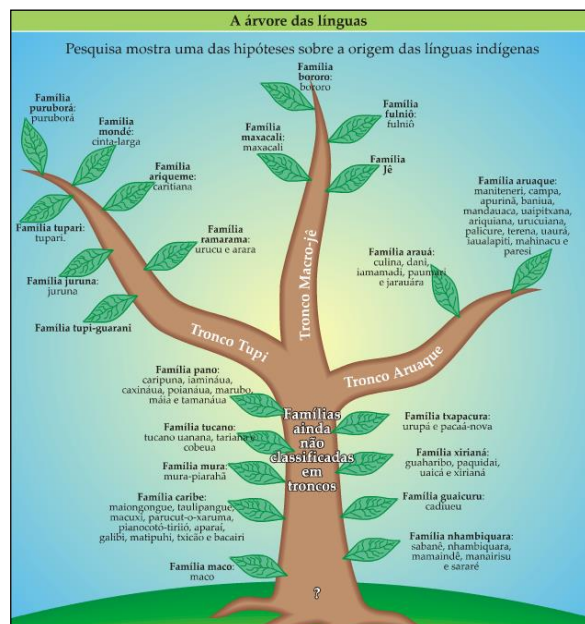
O IBGE considera apenas a cor da pele e a declaração do próprio entrevistado. Portanto, despreza a origem étnica, que envolve os antepassados, por exemplo, indígenas e negros. Além disso, temos o preconceito disfarçado, pelo qual o entrevistado prefere optar pela etnia branca. Os resultados são dados não confiáveis, exagerando o número de brancos e diminuindo o total de negros.

### Etnias

#### Índigenas

A história do País é a história do derramamento de sangue indígena, representada por números, ou seja, na época da colonização, calcula-se que existiam cinco milhões de índios e, atualmente, eles são pouco mais de seiscentos mil.

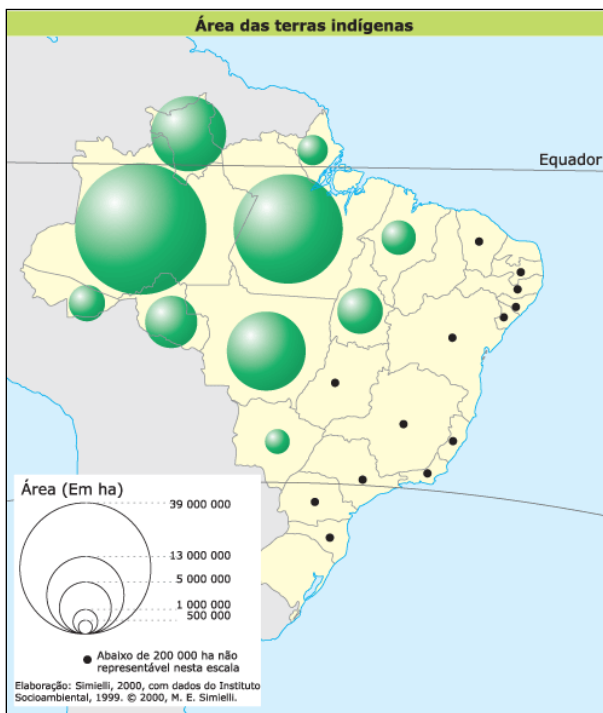
Ocorreu um etnocídio (extermínio da cultura dos povos indígenas do continente americano). Não se trata apenas de um extermínio físico, pois aí o termo seria genocídio, mas sim do desaparecimento forçado das línguas, crenças, costumes, enfim, da cultura indígena.



O termo índio, já exemplifica o etnocídio, pois foi imposto pelos europeus interessados no comércio das especiarias das Índias; porém o termo mais correto é aborígine, ou seja, habitante nativo da terra.

A destruição dessas sociedades começou quando os índios passaram a ser expulso das áreas que ocupavam há séculos.

O índio necessita de terra porque seu modo de vida, com caça, pesca e lavoura, implica uma economia em harmonia com a natureza, sem grandes desmatamentos nem extermínio de animais.



## Negros

A imposição do trabalho escravo na colonização do País, em vez do trabalho livre assalariado, ocorreu porque o objetivo principal desse empreendimento foi o de produzir gêneros agrícolas tropicais e fornecer metais preciosos para a Europa, a baixos custos.

Deu-se preferência à escravidão do negro, em lugar do índio, porque o tráfico de escravos africanos dava bons lucros aos comerciantes europeus, ao contrário do aprisionamento dos índios, que era feito pelos próprios colonos.

Os negros protestavam contra o trabalho escravo, com rebeliões, fugas e formação de quilombos, e também contra castigos, torturas e até a morte de escravos amotinados, aplicados pelos colonizadores.



O termo negro também foi imposto pelo colonizador, e atualmente o termo mais usado pelos cientistas é afro-brasileiro.

O preconceito marca essa etnia e abrange vários exemplos, como o uso da palavra "denegrir", que deprecia essa etnia.

O exemplo considerado mais grave envolve o negro no mercado de trabalho, uma vez que existe desigualdade social nos rendimentos da população, pois em média os brancos ganham mais que os negros; além da recusa em contratá-los para empregos mais bem remunerados com a desculpa de "falta de boa aparência".

Para aumentar a inserção de negros e mulatos em cargos e universidades públicas, o governo federal criou as políticas afirmativas (cotas).

## Branco

Durante a fase colonial, a etnia branca foi representada principalmente pelos portugueses e espanhóis; estes últimos devido à União Ibérica (1580-1640).

Os portugueses eram o grupo mais numeroso na formação étnica do País, sendo originados de várias províncias de Portugal, e das ilhas dos Açores e da Madeira.

## O mito da democracia racial no Brasil

A ideia de "aqui não temos problemas de racismo" está profundamente enraizada em nossas cabeças.

As pessoas que ainda crêem na "democracia racial brasileira", na "cordialidade inata do brasileiro", a prestarem um pouco mais de atenção à sua volta.

### Crescimento Populacional e a Estrutura Etária do Brasil

Pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005, o Brasil ficou:

- Mais velho (9,9% da população com 60 anos ou mais);
- Mais feminino (51,3% do total);
- Mais urbano (84,3%);
- E mais alfabetizado (87,2%).

Este novo quadro demográfico obriga o governo a estudar novos rumos para a política pública, interferindo nos investimentos privados.

O país continua marcado pela desigualdade social com o aumento de concentração de renda nas regiões mais pobres.

Está aumentando também a desestrutura familiar, com crianças que vivem sem o pai, e a mulher responsabilizando-se por uma em cada quatro moradias.

O pior de tudo, sem dúvida, é o crescimento da violência, assustando a população com suas novas modalidades, como o sequestro relâmpago, rebeliões em presídios e atentados à polícia, ao patrimônio e aos prédios públicos e ao sistema de transporte público (ônibus, em particular).



### Crescimento Populacional

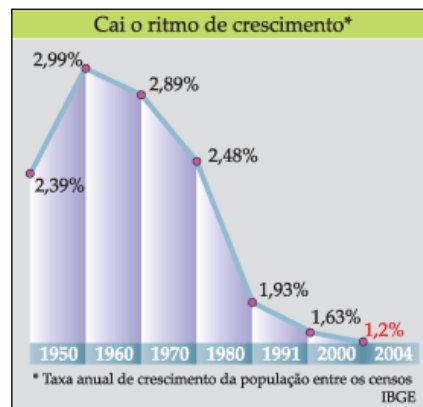
O Brasil, como qualquer país, tem apenas dois fatores para o crescimento de sua população:

- O saldo positivo entre nascimentos e óbitos;
- E a diferença positiva entre o número de pessoas que entraram (imigrantes) e as que saíram (emigrantes).

Atualmente, o principal fator é o primeiro, conhecido por crescimento vegetativo ou natural, isto é, a diferença positiva entre os índices de natalidade e os de mortalidade.

O Crescimento da População						
	1991	2000	%homens*	%mulheres*	Var. % 1991-2000	
Brasil	146.825.475	169.799.170	49,2	50,8		15,6
Região Norte	10.030.556	12.900.704	50,6	49,4		28,6
Rondônia	1.132.692	1.379.787	51,3	48,7		21,8
Acre	417.718	557.526	50,4	49,6		33,5
Amazonas	2.103.243	2.812.557	50,3	49,7		33,7
Roraima	217.583	324.397	51,2	48,8		49,1
Pará	4.950.060	6.192.307	50,6	49,4		25,1
Amapá	289.397	477.032	50,2	49,8		64,8
Tocantins	919.863	1.157.098	51,1	48,9		25,8
Região Nordeste	42.497.540	47.741.711	49,0	51,0		12,3
Maranhão	4.930.253	5.651.475	49,8	50,2		14,6
Piauí	2.582.137	2.843.278	49,2	50,8		10,1
Ceará	6.366.647	7.430.661	48,8	51,2		16,7
Rio Grande do Norte	2.415.567	2.776.782	49,0	51,0		15,0
Paraíba	3.201.114	3.443.825	48,6	51,4		7,6
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	48,3	51,7		11,1
Alagoas	2.514.100	2.822.621	48,9	51,1		12,3
Sergipe	1.491.876	1.784.475	49,0	51,0		19,6
Bahia	11.867.991	13.070.250	49,4	50,6		10,1
Região Sudeste	62.740.401	72.412.411	48,9	51,1		15,4
Minas Gerais	15.743.152	17.891.494	49,5	50,5		13,6
Espírito Santo	2.600.618	3.097.232	49,6	50,4		19,1
Rio de Janeiro	12.807.706	14.391.282	47,9	52,1		12,4
São Paulo	31.588.925	37.032.403	49,0	51,0		17,2
Região Sul	22.129.377	25.107.616	49,4	50,6		13,5
Paraná	8.448.713	9.563.458	49,5	50,5		13,2
Santa Catarina	4.541.994	5.356.360	49,8	50,2		17,9
Rio Grande do Sul	9.138.670	10.187.798	49,0	51,0		11,5
Região Centro-Oeste	9.427.601	11.636.728	49,9	50,1		23,4
Mato Grosso do Sul	1.780.373	2.078.001	50,0	50,0		16,7
Mato Grosso	2.027.231	2.504.353	51,4	48,6		23,5
Goias	4.018.903	5.003.228	49,8	50,2		24,5
Distrito Federal	1.601.094	2.051.146	47,8	52,2		28,1

Fonte: IBGE \* em 2000



População brasileira	
<b>188.400.000 (2007)</b>	
Número de homens	88.673.733
Número de mulheres	93.386.375
Maior município	São Paulo (10.927.785)
Menor município	Borá SP (831)
População urbana	152.711.363
População rural	31.677.257
Taxa de crescimento anual	1,2%

IBGE, PNAD, SEADE e PNUD

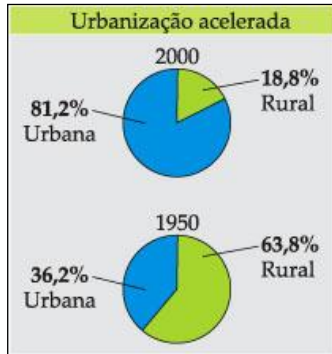
No Brasil observa-se uma queda na taxa de crescimento natural, devido a vários fatores:

- Melhoria no nível de informação, exemplificado pelo uso de anticoncepcionais;
- Crise econômica que dificulta a vida nas grandes cidades, encarecendo o custo de vida;
- Casamentos tardios, etc.



Tudo isso, é óbvio, está associado ao processo de urbanização da população brasileira.

O país, desde o primeiro censo, no século XIX, apresenta quedas nas taxas de natalidade e mortalidade, em virtude de fatores, como a própria urbanização e o avanço da medicina.



As 4 maiores cidades	
São Paulo	11.016.703
Rio de Janeiro	6.136.652
Salvador	2.714.018
Belo Horizonte	2.399.920

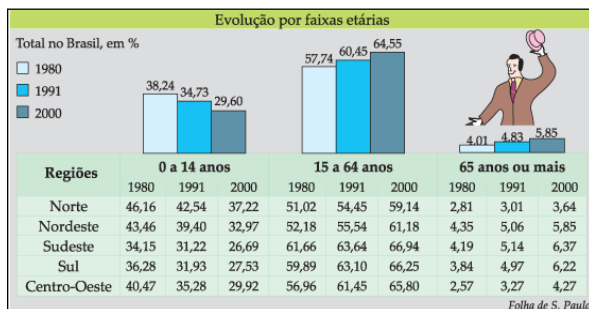
Nosso país é populoso e mal povoado, isto é, tem uma grande população absoluta, com 188 milhões de habitantes (5ª população do planeta), e apresenta uma baixa população relativa com 22 habitantes por km<sup>2</sup>, devido à sua grande área.

A população do país é superada por: China, Índia, EUA e Indonésia.

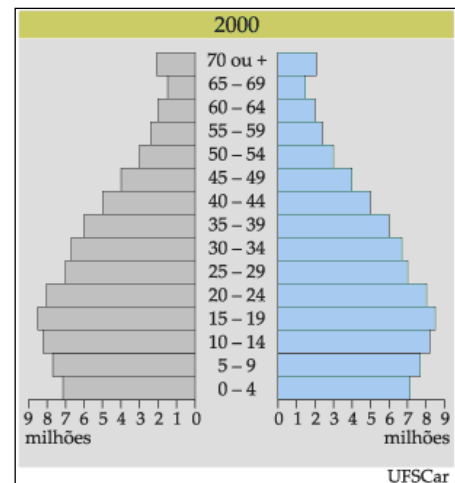
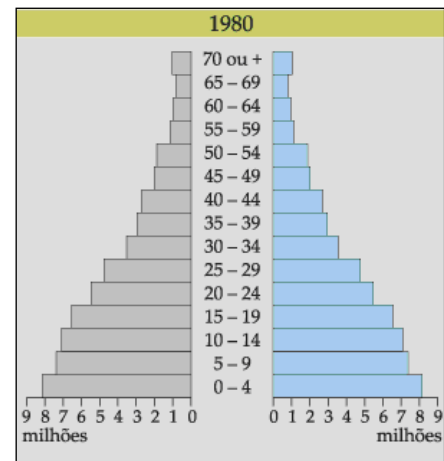
### Estrutura Etária

A estrutura etária e por sexo é fundamental para um país planejar o bem-estar social, mostrando a necessidade de criação de novos empregos, mais vagas escolares, mais leitos hospitalares e até a ampliação da infraestrutura urbana.

Atualmente, o governo brasileiro está preocupado com a previdência social, já que o envelhecimento populacional resulta em consequente aumento de aposentados.



### Brasil - "Transição Demográfica em Curso"



Observando as duas pirâmides, é visível o estreitamento da base e o aumento de idosos, fatos explicados pelas alterações na dinâmica demográfica nos últimos trinta anos, destacando-se:

- Queda da taxa de fecundidade;
- Aumento da expectativa de vida;
- Queda das taxas de natalidade e mortalidade.

### Brasil - Populoso e Mal Povoado

Nosso país é populoso em virtude da grande população absoluta (aproximadamente 188 milhões de habitantes – população em 2007), o que representa a quinta população mundial.

Por outro lado, é mal povoado porque sua densidade demográfica, ou população relativa, é baixa (quase 22 habitantes por km<sup>2</sup> por causa de sua grande área (mais de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>)).

**População relativa**

É a média da população pelo território, não retratando fielmente a distribuição pelo próprio território.

O Japão, por exemplo, é bem povoado (341 habitantes por km<sup>2</sup>), mas sua população é mal distribuída, concentrando-se sobretudo na ilha de Honshu.

Portanto, o termo povoado considera apenas a relação entre população absoluta e área, e não de que forma a população se distribui por essa área, ou seja, Brasil (mal povoado) e Japão (bem povoado) apresentam distribuições heterogêneas.

Regiões Administrativas	População absoluta (habitantes)	% da população absoluta	Área (km <sup>2</sup> )	População relativa (hab/km <sup>2</sup> )
Sudeste	78 557 264	42,60	924 573,8	84,26
Nordeste	51 065 275	27,69	1 553 917,1	32,86
Sul	26 999 776	14,63	576 300,8	46,85
Norte	14 726 059	7,98	3 852 967,7	3,82
Centro-Oeste	13 040 246	5,80	1 606 445,5	6,66
Brasil	184 388 620	100,00	8 514 204,9	21,65

PNAD (2005) – IBGE

A relação povoado - área, isto é, a região Sudeste é a mais povoada, seguida pela região Sul, e ambas são menores em área.

Outro exemplo é a região Norte que, apesar de ter a maior área, apresenta a densidade mais baixa.

As Unidades da Federação mais populosas do Brasil, em 2000, eram:

Estado	Habitantes
São Paulo	36 969 476
Minas Gerais	17 866 402
Rio de Janeiro	14 367 083
Bahia	13 066 910
Rio Grande do Sul	10 181 749
Paraná	9 558 454

As Unidades da Federação menos populosas, em 2000, eram:

Estado	Habitantes
Roraima	324 152
Amapá	475 843
Acre	557 226
Tocantins	1 155 913

As Unidades da Federação mais povoadas, em 2000, eram:

Estado	Hab/km <sup>2</sup>
Distrito Federal	352,16
Rio de Janeiro	328,03
São Paulo	148,96
Alagoas	101,34
Pernambuco	81,13

As Unidades da Federação menos povoadas, em 2000, eram:

Estado	Hab/km <sup>2</sup>
Roraima	1,45
Amazonas	1,79
Mato Grosso	2,77
Amapá	3,33
Acre	3,65
Tocantins	4,17
Pará	4,96

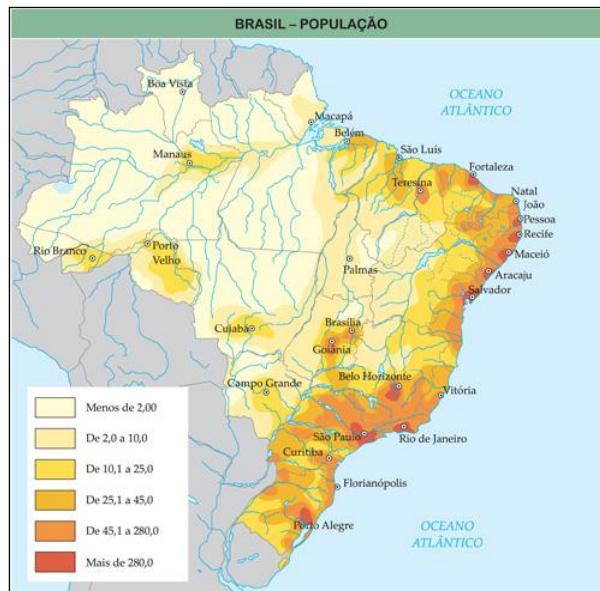
**Distribuição Espacial**

“Espaço é uma acumulação desigual de tempos”.

Milton Santos

A frase do geógrafo, falecido em 2001, evidencia a importância de estudar História para entender o espaço atual brasileiro, pois este é fruto de um processo histórico.

A ocorrência de conflitos rurais e de latifúndios no século XXI, com certeza estão relacionados com a herança colonial de exploração do século XVI, sobretudo as capitanias hereditárias e o modelo agroexportador, que beneficiaram uma minoria.



A população concentrada, principalmente no litoral e no Sudeste, devido, respectivamente, à ocupação econômica litorânea, com a exportação de matéria-prima e

a industrialização, provocando êxodo rural e atraindo pessoas de outras áreas.

No interior foi ocupado inicialmente pelo bandeirismo e pela agropecuária e, mais recentemente, pela construção de Brasília no final da década de 1950.

A região Norte foi ocupada mais intensamente no "ciclo da Borracha", com concentração em Belém e Manaus.

### Migrações Internas

As migrações são deslocamentos de pessoas para fixação em outra área, sendo responsáveis pela ocupação territorial do país, e envolvem áreas de repulsão (falta de mercado de trabalho) e de atração (melhores condições de vida) populacional.

### As principais migrações

1. XVI / XVII: criadores de gado do litoral nordestino para o Sertão;
2. XVII / XVIII: nordestinos e paulistas para as regiões mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso;
3. XIX: mineiros para a cafeicultura paulista;
4. XIX: nordestinos para a Amazônia, devido ao "ciclo da Borracha";
5. XX: nordestinos (candangos) para a construção de Brasília.



### Êxodo Rural

Movimento populacional marcado pelo deslocamento de pessoas da zona rural para a zona urbana, estando relacionado principalmente ao:

- Desenvolvimento industrial do país;
- Concentração de terras em mãos de poucos;
- Mecanização agrícola;
- Secas;
- Baixa remuneração;
- Falta de infraestrutura.

Mas, a zona urbana tem também atrativos (ideologia do progresso) relacionados às:

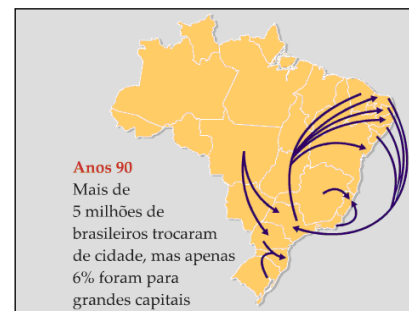
- Melhores condições e oportunidades de vida;
- Oferecendo, por exemplo, assistência médico-hospitalar.

As consequências, entretanto, são trágicas, como:

- Estagnação econômica nas áreas rurais;
- Formação de favelas e colapso na infraestrutura urbana.

### Migrações Recentes

**Cada vez menos pessoas se mudam para São Paulo e Rio e muitas saem das capitais para o interior.**



Ainda existe a clássica migração do Nordeste para o Sudeste, embora a saturação econômica no Sudeste tenha colaborado para inverter o fluxo, ou seja, muitos nordestinos desempregados estão voltando à área de origem.

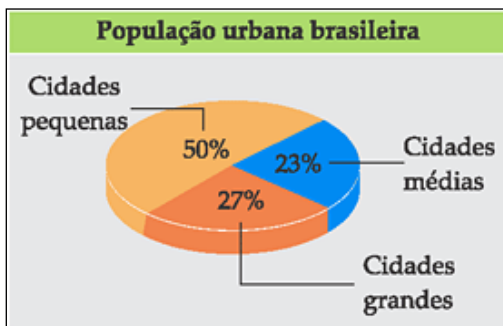
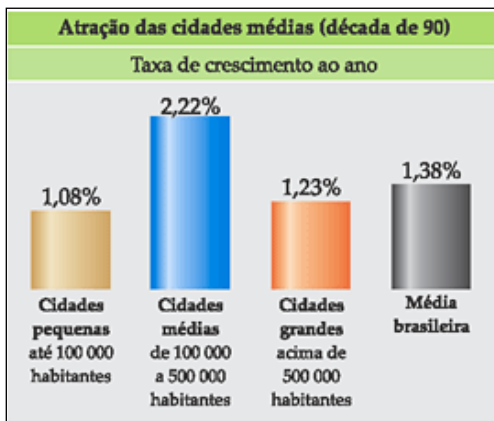
Contudo, as migrações internas estão diversificando, destacando novas áreas:

- Amapá e Tocantins recebem migrantes procedentes da própria região Norte, e até do Maranhão;
- Goiás e o Distrito Federal recebem migrantes nordestinos devido à infraestrutura relacionada à saúde e à educação. Esta nova atração está ligada ao desenvolvimento agropecuário da região, criando novas fronteiras econômicas.

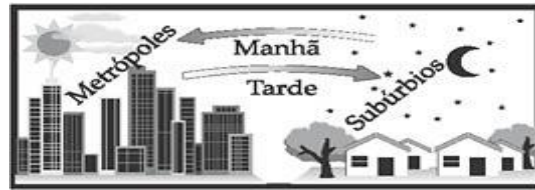




A valorização econômica das capitais regionais (fluxos menores) atrai os migrantes apenas entre Estados da própria região de origem, ativando os movimentos intra-regionais, aumentando as populações das médias e pequenas cidades.



Com a crescente urbanização brasileira, aumenta o movimento pendular, ou seja, o deslocamento diário (ida e volta) da população trabalhadora entre os subúrbios e as grandes metrópoles.



## As Imigrações

### Migração

É usada quando ocorre deslocamento populacional, sendo exemplificada pelos tipos:

- Transumância;
- Nomadismo
- Movimento pendular;
- Êxodo rural;
- Inter-regionais;
- Internacionais.

Neste último, aparece a imigração.

### Imigração

É à entrada de pessoas em um país.

As causas são:

- Econômicas (emprego);
- Religiosas;
- Políticas;
- Naturais (terremoto).

O século XIX foi o mais importante para a imigração, graças às grandes transformações econômicas, sociais e políticas.

Portugal organizou a própria descolonização brasileira, ou seja, para passar de colônia para república, ocorreu o império



A imigração começa oficialmente em 1808, com a abertura dos portos, e a transferência da sede do Império Português para o Rio de Janeiro, sendo fraca até 1830. Mas, de 1850, com a extinção do tráfico de escravos, até o governo Vargas (década de 1930) ocorreu o auge.

Depois veio a decadência, em virtude das crises, ditaduras, restrições federais e da própria reconstrução europeia pós-guerra, melhorando as condições de vida.

No auge, vários fatores explicaram o êxito da imigração:

- Péssimas condições de vida na Europa (guerras, pestes);
- A cafeicultura do sudeste brasileiro, oferecendo empregos;
- E a própria abolição da escravidão em 1888.

### Os Imigrantes



A política racista do governo federal, isto é, na substituição do trabalho escravo pelo assalariado.

O governo não ofereceu o trabalho da cafeicultura para os africanos e sim para os euro-asiáticos, supondo que o "branqueamento" da nossa população deixaria o país "civilizado" e desenvolvido.

As principais regiões que receberam esses imigrantes foram o Sudeste e o Sul:

- Sudeste: principalmente, da cafeicultura;
- Sul: fronteiras instáveis, (Paraguai, Uruguai e Argentina) demonstravam interesses territoriais, o que obrigou nosso governo a adotar a política de ocupar para não perder.

Com isso, ocorreu o antagonismo regional, pelo qual o Sudeste desenvolveu-se em grandes propriedades monocultoras e o Sul desenvolveu-se em pequenas propriedades policultoras, graças à venda de terras aos imigrantes.

Ao todo, chegaram mais de 5 milhões de pessoas no país, mas muitos não ficaram, por vários fatores, como:

- A falta de uma política ou lei que respeitasse o imigrante;
- Muitos foram mal tratados e até escravizados como aconteceu com alemães e japoneses.

Brasil – Principais Grupos de Imigrantes e Áreas de Fixação	
Imigrantes	Áreas de fixação
Portugueses	Praticamente em todo o país, em especial no Rio de Janeiro, com uma preferência pelas cidades em relação ao campo.
Italianos	São Paulo (capital e interior), Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul) e Santa Catarina (Nova Trento, Uruçanga, Criciúma e Nova Veneza), principalmente.
Espanhóis	Principalmente São Paulo (capital e interior), Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.
Japoneses	São Paulo (capital e áreas do interior: Marília, Tupã, Presidente Prudente, Vale do Ribeira), Pará (região Bragantina), Paraná (Londrina, Maringá) e Mato Grosso do Sul.
Alemães	Santa Catarina (Vale do Itajaí), Rio Grande do Sul (Novo Hamburgo, Estrela, Lajeado, Vale dos Sinos), Paraná, São Paulo e Espírito Santo.
Eslavos	Paraná (Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Lapa), em especial.
Sírio-libaneses	Quase todo o país, em especial nos centros urbanos. Um certo destaque para São Paulo (capital e interior).

### Portugueses e Italianos

Grupo de imigrantes mais numerosos, os portugueses entraram no país em vários períodos, sobretudo de 1500 a 1808, 1891 a 1930 e após 1950, somando quase 1,8 milhão de imigrantes.

Geograficamente, optaram por São Paulo e Rio de Janeiro, e uma minoria, por outros lugares.

Contribuíram culturalmente com o idioma e a religião predominante no país (católica).

Após os portugueses, os italianos constituem o grupo mais abundante de imigrantes.

O estado de São Paulo foi a principal área de destino desses imigrantes que, juntamente com outros grupos, substituíram o trabalho escravo nas lavouras de café.

Outros italianos tentaram a vida na região Sul, sobretudo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, principalmente, como pequenos agricultores, marcando a agricultura sulista com a mão-de-obra familiar e vitivinicultura (cultivo das vinhas e fabricação do vinho).



### Espanhois

Em relação ao número, representaram o terceiro maior grupo imigratório, e sua imigração é considerada antiga, graças à União Ibérica (1580 - 1640).

O período mais importante ocorreu entre 1904 e 1914.

Eles fixaram principalmente em São Paulo e, em menor número, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em razão do idioma e religião semelhantes, não tiveram dificuldades culturais de adaptação ao País.

### Alemães

A partir de 1824, os alemães começaram a chegar, principalmente no Rio Grande do Sul (vale do rio dos Sinos), em colônias como São Leopoldo, Novo Hamburgo e Taquara.

Em Santa Catarina, marcaram o vale do Itajaí, e áreas vizinhas, com colônias que deram origem a Blumenau e Joinville, entre outros.

Atualmente, essa região é caracterizada pela indústria têxtil.



Ao contrário dos italianos e espanhóis, os alemães tiveram uma integração cultural bastante difícil, em virtude da grande diferença entre as culturas.

O principal período da entrada ocorreu de 1850 a 1871.

### Japoneses

Começaram a chegar em 1908, sendo o maior período entre 1924 e 1934, e eram provenientes de áreas rurais do Japão.

Dedicaram-se a atividades agrícolas e atividades urbanas relacionadas ao comércio.

Assim como aconteceu com os alemães, os japoneses também tiveram sérias dificuldades culturais de adaptação, notadamente pelo idioma, muito diferente do nosso.

O estado de São Paulo foi o que mais recebeu esses imigrantes.

As áreas mais importantes:



1. Grande São Paulo: colaboraram na formação do cinturão hortifrutigranjeiro;

2. Oeste paulista: região de Marília, Bastos, Tupã, Lins – dedicaram-se à cafeicultura e à cultura do algodão;

3. Vale do Ribeira do Iguape: cultivaram o chá da Índia e a banana;

4. Vale do Paraíba do Sul: cultura irrigada do arroz.



Outras áreas receberam os japoneses:

- O norte do Paraná, na cafeicultura;
- A zona de Bragantina, no Pará, no cultivo de pimenta do reino (cidade de Tomé-Açu);
- O vale do Amazonas, nas culturas de juta e arroz.

### Outros Imigrantes

Os eslavos, representados pelos russos, ucranianos e poloneses:

- Concentraram-se no Paraná, em atividades agrícolas e extrativas (araucária), e fundaram cidades, por exemplo, Ponta Grossa.

Chegaram principalmente entre 1872 e 1886.

Os suíço-alemães foram dos primeiros imigrantes a chegar ao país, por volta de 1819.

Fundaram Nova Friburgo no Rio de Janeiro.

Foi uma tentativa fracassada do governo em colonizar essa região, em virtude da falta de meios de comunicação e transporte.

### Emigrações

A queda da imigração foi motivada por vários fatores:

- Melhores condições de vida no pós Segunda Guerra Mundial na Europa;
- Avanço da indústria paulista, que aproveitou os migrantes nordestinos, anulando a importância da imigração europeia.

O governo federal, preocupado com o excesso de desempregados em regiões como o Nordeste, implantou as medidas restritivas (Constituição de 1934), oficializando a decadência da imigração.

Mais tarde, na década de 1970, começou o processo de reversão, pelo qual o país passou a ser emigratório, isto é, pessoas passaram a ir para o exterior, em razão do:

- Autoritarismo da ditadura militar (exilados);
- Crise econômica após o "Milagre Econômico" (1973 – 1º choque do petróleo);
- Agravamento da crise na década 1980.

Os brasileiros continuam buscando trabalho no exterior, "sonhando" em acumular dinheiro por um prazo, objetivando até voltar com melhores condições de investimentos.

Como, geralmente, estão em condição ilegal nos países escolhidos, sofrem discriminação social, favorecendo a exploração.

#### No Brasil

Medidas restritivas ou sistema de cotas:

- os portugueses ficariam isentos da cota dos 2%.
- não seria permitida a entrada de pessoas com maus antecedentes e sem profissão definida (seleção social).
- não seria permitida a entrada de pessoas portadoras de doenças contagiosas ou inaptas para o trabalho (seleção sanitária).
- entrada de apenas 2% do total de cada nacionalidade que entrou nos últimos 50 anos.

#### Brasileiros Residentes no Exterior - 2000

Os Estados Unidos, o Paraguai e o Japão são os principais países de destino dos brasileiros. Os dois primeiros têm o maior número de brasileiros irregulares.

Pais de Destino	TOTAL	Em situação irregular	Principais cidades de destino
Estados Unidos	799.203	395.000	Nova York (300.040) Miami (200.005) Boston (150.005)
Paraguai	454.501	162.650	Ciudad del Leste (280.059) Assunção (107.040) Salto do Guaíra (55.005)
Japão	224.970	496	Nagóia (135.079) Tóquio (89.891)
Alemanha	60.403	11.974	Frankfurt (23.201) Munique (21.695)
Portugal	51.590	15.500	Lisboa (36.070) Porto (15.520)
Argentina	37.912	4.300	Buenos Aires (35.051) Porto Iguazu (2.600)
Itália	37.121	12.000	Milão (20.062) Roma (17.059)
Suíça	25.880	10.000	Zurique (25.880)
França	22.436	7.000	Caiena (15.044) Paris (7.392)
Suriname	20.015		Paramaribo (20.015)

### Decasséguis

São os imigrantes japoneses e seus descendentes, inseridos na nossa sociedade, os quais optam por trabalhar no Japão.

Pela lei nipônica, o visto de trabalho é apenas para os nisseis (filho de pais japoneses, nascidos na América), sanseis (filho de nissei, nascido e criado na América) e para os casados com descendentes de japoneses.



O principal motivo de atração é, sem dúvida, os altos salários pagos, em comparação com o Brasil, apesar da extensa jornada de trabalho e das dificuldades de adaptação.

Normalmente, a maioria trabalha em indústrias eletrônicas, elétricas e de peças automobilísticas, e vivem em pequenos apartamentos, de preferência próximos ao trabalho.

Em 1997, com a crise asiática, o desemprego aumentou no Japão, e a recessão econômica inibiu a entrada de estrangeiros.

### “Brasiguaios”

São os brasileiros que, a partir da década de 1970, optaram por residir no Paraguai, incentivados pelos baixos preços da terra.

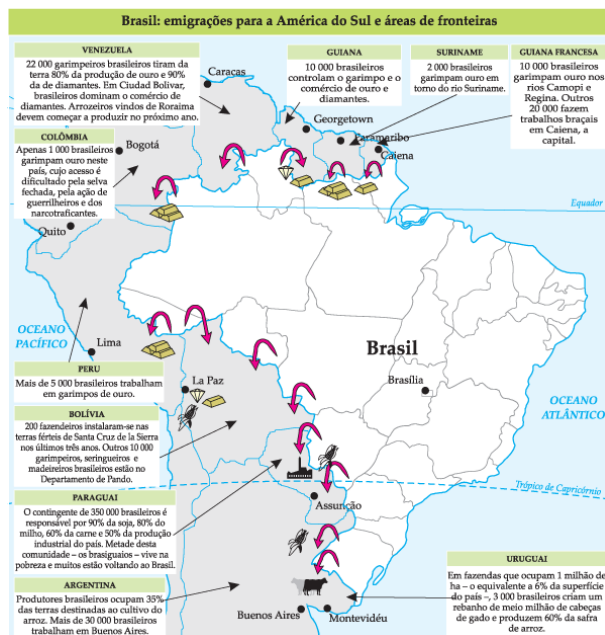
O governo do país vizinho autorizou o loteamento de pequenas propriedades na região do Alto Paraná, atraindo os brasileiros, uma vez que a terra, do nosso lado (Paraná e Santa Catarina), era cara demais.

No entanto, houve corrupção por parte de empresas particulares e do próprio governo paraguaio no processo de colonização, como a venda de uma mesma propriedade a dois compradores, o que resultou em conflitos.

Posteriormente, o pequeno produtor, abandonado pela falta de legislação, foi desapropriado e muitos vivem na miséria ou optam pela volta ao Brasil.

Apesar do desprezo e do abandono por parte do governo, na década de 1990 os “brasiguaios” foram responsáveis por 90% da soja e 80% do milho produzidos no Paraguai.

Outros exemplos emigratórios:



## 11. A questão regional no Brasil

### Regionalização



É a divisão de um espaço ou território em unidades de área que apresentam um certo número de características que as individualizam.

A regionalização pode ser estabelecida com base em diferentes critérios (físicos ou naturais, socioeconômicos, etc.) e tendo em vista diferentes objetivos ou finalidades, tais como políticos, econômicos, estatísticos (divulgação de dados estatísticos), administrativos, de planejamento, didáticos (ensino da Geografia).

### Região

A noção de região está associada a uma fração de espaço diferenciada pelo seu caráter de individualidade e singularidade, seja naturais, sociais, econômicos e político.

### As divisões regionais oficiais do Brasil

O surgimento das divisões regionais oficiais do Brasil está vinculado à centralização do poder político na esfera federal e à política de industrialização e de integração econômica e territorial implantada na década de 1930 pelo governo Getúlio Vargas.

No início do século XX, a economia brasileira era constituída por várias economias regionais fracamente ligadas entre si e estruturadas com base na exportação de produtos primários.

A fragmentação econômica regional configurava o que se convencionou chamar de “arquipélago econômico”.

O Nordeste açucareiro, o Sudeste cafeeiro e a Amazônia extrativista (borracha) eram as principais “ilhas” formadoras do arquipélago econômico.

A integração entre as economias regionais era muito limitada, os mercados regionais tinham maior importância que o mercado nacional.

Outra característica da “economia de arquipélago” era a forte concentração de poderes nas mãos das oligarquias estaduais e regionais, como a oligarquia cafeeira.

Na década de 1930, impulsionado pela política de industrialização e de integração econômica do espaço nacional, o governo Getúlio Vargas desmontou a estrutura espacial da economia de arquipélago, criando em seu lugar uma economia espacialmente integrada, ou seja, uma economia nacional.

O processo de integração econômica do espaço nacional contou, entre outras, com as seguintes iniciativas por parte do governo federal:

- A extinção dos impostos que cada um dos estados cobrava sobre as mercadorias provenientes dos outros estados. A remoção dessa barreira alfandegária entre os estados facilitou o incremento do comércio interestadual e inter-regional.
- A eliminação do direito que os estados tinham de legislar sobre o comércio externo.
- A realização de grandes investimentos por parte do governo federal em obras de infraestrutura ou serviços de alcance nacional (transporte, comunicações, energia, saúde, educação, etc.), facilitando a integração da economia e do território nacionais.

A integração econômica do espaço nacional gerou a necessidade do conhecimento estatístico do território.

Por isso a preocupação do governo federal em estabelecer, pela primeira vez no Brasil, uma divisão regional oficial.

Fruto dessa preocupação governamental foi a criação, em 1938, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O surgimento do IBGE, no ano seguinte ao da implantação do Estado Novo, “reveste-se de caráter estratégico importante já que ele será visto como necessário para impulsionar o desenvolvimento capitalista no Brasil e a construção do Estado-Nação”.

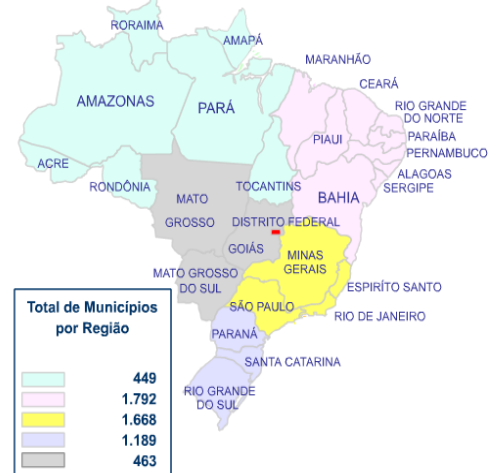
### Regiões Geográficas

- É uma parte do espaço;
- Com determinadas características:
  - Naturais;
  - Sociais;
  - Semelhanças às paisagens.

### Aplicabilidade

- Elaboração de políticas públicas;
- Subsidiar o sistema de decisões:
  - Quanto à localização de atividades:
    - Econômicas, sociais e tributárias;

- Subsidiar:
  - Planejamento;
  - Estudos;
  - Identificação das estruturas espaciais:
    - Regiões metropolitanas;
    - Aglomerações urbanas;
    - Aglomerações rurais.



### O Brasil

- Grande extensão territorial;
- À enorme variedade de elementos:
  - Naturais;
  - E humanos.
- País-continente.

### As diferenças regionais

- Regiões com altas densidades demográficas;
- Elevados índices de analfabetismo;
- Áreas quentes e úmidas (Amazônia ou litoral);
- Região quente e seca (Sertão);
- Áreas industrializadas e altamente urbanizadas:
  - São Paulo;
- Grandes áreas rurais:
  - Mato Grosso e Goiás.

### No início da década de 1940

O IBGE propôs a primeira divisão do território Nacional:

Proposta:

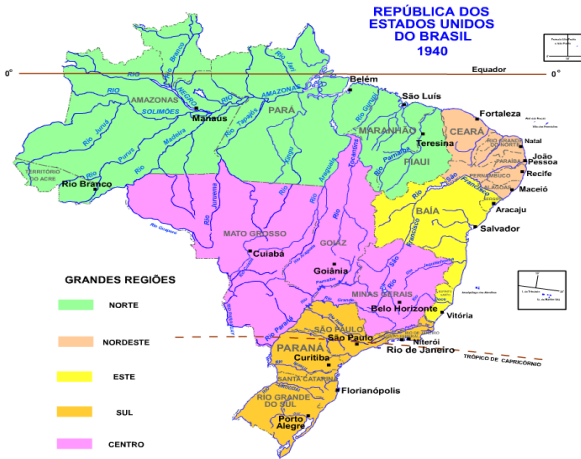
Comparar dados estatístico relacionados a agrupamentos estáveis, que seriam as regiões.

A proposta foi criticada na época

- Considerar mais os critérios de localização;
- Não dava tanta importância as características:

- Econômicas;
- Físicas;
- E sociais;
- Das áreas que agrupava.





**Em 1945**

**Regiões naturais**

- Norte:  
AM, PA (2) e os Territórios do Acre, Rio Branco, Amapá e Guaporé (4)
- Nordeste Ocidental:  
MA, PI (2);
- Nordeste Oriental:  
CE, RN, PB, PE, AL (5) e o Território de Fernando de Noronha (Vila dos Remédios) (1)
- Leste Setentrional:  
BA, SE (2)
- Leste Meridional:  
MG, RJ, ES (3) e DF
- Centro-Oeste:  
MT, GO (2) e o Território de Ponta Porã (Maracari) (1)
- Sul:  
SP, PR, SC, RS (4) e o Território do Iguazu (Iguaçu) (1)

**No início da década de 1940**

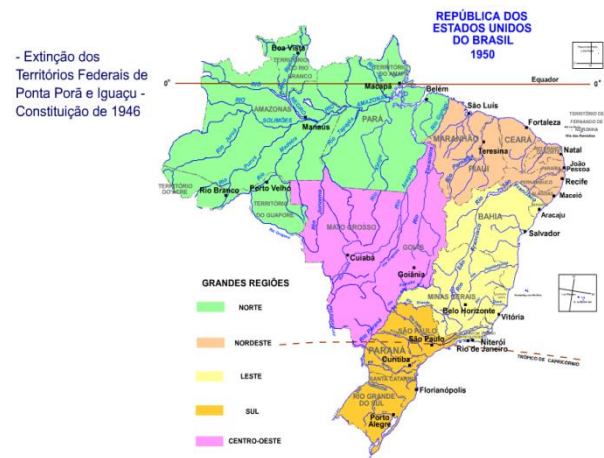
Grandes Regiões

- Norte:  
AM, PA, MA, PI (4) E o Território do Acre
- Nordeste:  
CE, RN, PB, PE, AL (5)
- Leste:  
BA, SE, ES (3)
- Centro:  
MT, GO (Goiatz), MG (3)
- Sul:  
RJ, SP, PR, SC, RS (5) e o DF.

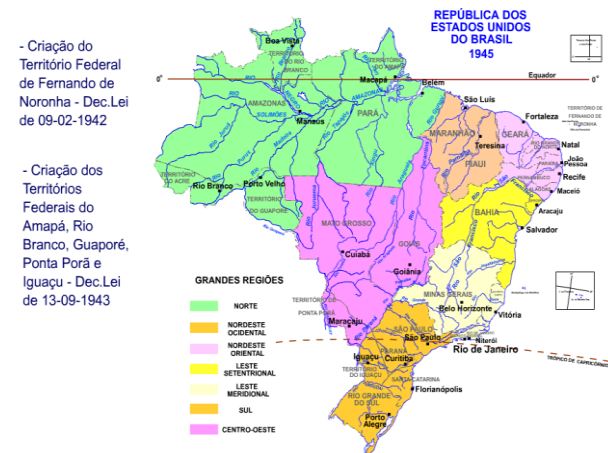
**Em 1945**

O IBGE fez uma nova proposta de divisão regional do território Nacional

- Proposta era baseada no quadro físico do Território;
- Foi denominada:
- Regiões naturais (pelos geógrafos).



- Extinção dos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguazu - Constituição de 1946



- Criação do Território Federal de Fernando de Noronha - Dec.Lei de 09-02-1942

- Criação dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu - Dec.Lei de 13-09-1943



- Mudança de denominação de Território Federal de Guaporé para Território Federal de Rondônia - Lei de 17/02/1956

- Inauguração da Capital Federal (Brasília) - Lei de 21/04/1960

- Criação do Estado da Guanabara - Lei de 21/04/1960

### Em 1968

O IBGE fez uma nova divisão regional do território Nacional

- Proposta era baseada na organização da produção;
- Resultado do processo de transformação no espaço nacional;
- Em função do desenvolvimento industrial;
- Baseou-se não apenas nas semelhanças físicas das paisagens, mas nas características econômicas e sociais;
- A região Leste deixou de existir;
- Estados da BA e SE foram agregados a região Nordeste;
- SP passou a fazer parte da região Sudeste, juntamente com MG, RJ e ES.



### Em 1968

Regiões econômicas e sociais

- Norte:  
AC, AM, PA (3) e o Território de Roraima, do Amapá e do Guaporé (3)
- Nordeste  
MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA (9) e o Território de Fernando de Noronha (1)
- Centro-Oeste  
MT, GO (2) e o DF
- Sudeste  
MG, SP, RJ, ES (4)
- Sul  
PR, SC, RS (3)



### Em 1988

O IBGE fez a última divisão regional do território Nacional

- Criação do Estado de Tocantins;
- Desmembramento da região Centro-Oeste, por suas características naturais;
- Foi considerada parte integrante da região Norte;
- Em virtude das formas particulares de ocupação do espaço.

### Em 1988

As Grandes Regiões do Brasil ou Macrorregiões

- Norte:  
AC, AM, PA, TO, RO, RR, AP (7)
- Nordeste:  
MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA (9), Fernando de Noronha
- Centro-Oeste:  
MT, MS, GO, e o DF (4)
- Sudeste:  
MG, SP, RJ, ES (4)
- Sul:  
PR, SC, RS (3)



**Em 1940**

Grandes Regiões.

**Em 1945**

Regiões naturais.

**Em 1968**

Regiões econômicas e sociais.

**Em 1988**

As Grandes Regiões do Brasil ou Macrorregiões.

A divisão regional do território brasileiro em grandes Regiões

Tem por base ou critério:

- As características físicas ou naturais comuns  
Relevo, clima, vegetação, hidrografia.
- Com exceção da região Sudeste

Critério econômico;

A região se diferencia das demais pela força de sua economia:

- 1° Principal região industrial;
- 2° Centro financeiro do país;
- 3° Tem agropecuária moderna.

**Os complexos regionais**

Nas últimas décadas uma outra proposta de regionalização vem ganhando espaço nas publicações geográficas e na imprensa em geral.

Trata-se da divisão do país em três grandes complexos regionais, individualizados segundo critérios geoeconômicos.

Essa delimitação não leva em conta as fronteiras entre os estados: o norte semiárido de Minas Gerais, por exemplo, integra o Complexo Regional Nordeste; metade do território do Maranhão integra o Complexo Amazônico, a outra metade pertence ao Complexo Regional Nordeste.

O Centro-Sul destaca-se como centro econômico do Brasil, Concentrando 70% da população nacional e a maior parte da produção industrial e agropecuária do país.

O Nordeste individualiza-se pela estagnação econômica, pela repulsão populacional e pela disseminação da pobreza, expressa nos altos índices de mortalidade infantil, subnutrição e analfabetismo.

O Complexo Amazônico caracteriza-se pela presença da floresta equatorial, pelas baixas densidades populacionais e ainda pelo processo de ocupação recente, ligado aos grandes projetos agropecuários e minerais.

**As Regiões Geoeconômicas**

**Regionalização feita por Pedro Geiger**

Organização regional segundo as relações entre os espaços e sua hierarquia econômico-social.

Esta última se refere aos centros irradiadores, regiões periféricas dinâmicas, regiões de novas oportunidades, etc.

- Proposta por Pedro Pinchas Geiger em 1967 (Geógrafo).
- Tem como base as características sociais e econômicas do espaço geográfico.
- Não está baseada nas divisas entre os estados.
- Critérios da formação histórica do Brasil.

São três as regiões geoeconômicas:

- Amazônia: AC, AM, PA, RO, RR, AP (6);  
Partes TO, MT, MA (3).

- Nordeste: PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA (8);  
Partes MA, MG, TO, GO (4).

- Centro-Sul: MS, GO, DF, SP, ES, RJ, PR, SC, RS (9);  
Partes TO, MG, MT (3).



Regionalização feita por André Roberto Martin:

- Proposta por André Roberto Martin, mais recente (Geógrafo);
- Tem como base as características sociais e econômicas do espaço geográfico;
- Está baseada nas divisas entre os estados;
- Critérios da formação histórica do Brasil;
- Do ponto de vista socioeconômico MS, GO e DF, se relacionam mais com a região Sudeste;
- Enquanto o MA e o MT têm maior ligação com o Norte do país.

São quatro as regiões geoeconômicas:

- Norte: AC, AM, PA, RO, RR, AP, TO, MT, MA (9);
- Nordeste: PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA (8);



- Sudeste: MS, GO, DF, SP, MG, RJ, ES (7);
- Sul: PR, SC, RS (3).



Fonte: Adaptado de MARTIN, André R. *As fronteiras internas e a questão regional do Brasil*. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1993.

### Regionalização feita por Milton Santos e Maria Laura Silveira

Nem cinco, nem três; quatro “brasis”.

A regionalização sugerida por Milton Santos e Maria Laura Silveira pretende registrar a “difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional”.

A ideia de Região Concentrada não é nova.

O próprio Milton Santos, junto com Ana Clara Torres Ribeiro, sugeriu o uso da denominação em 1979.

A novidade está na elucidação do conceito pela sua conexão com a implantação das infraestruturas e das redes de informação que veiculam a revolução tecnocientífica.

### A Região Concentrada

Caracteriza-se pela densidade do sistema de relações que intensifica os fluxos de mercadorias, capitais e informações.

Seu núcleo é a metrópole paulista, que desempenha funções de cidade global e reforça o comando sobre o território nacional.

A soldagem do Sul ao Sudeste reflete a descentralização industrial recente e a implantação de infraestruturas técnicas que a sustentam.

### O Centro-Oeste

Emerge como área de ocupação periférica, fundada na especialização agropecuária e na modernização subordinada às necessidades das firmas que têm sede na Região Concentrada.

O estado de Tocantins, estranhamente deslocado para a Região Norte pela Constituição de 1988, reincorpora-se ao Centro-Oeste.

### O Nordeste

Define-se pelo peso das heranças: “é uma área de povoamento antigo, onde a constituição do meio mecanizado se deu de forma pontual e pouco densa”.

A rugosidade do espaço geográfico retarda os fluxos.

A instalação das infraestruturas e redes informacionais realiza-se de modo descontínuo, “sobre um quadro sócio espacial praticamente engessado”.

### A Amazônia

Caracteriza-se pela rarefação demográfica e baixa densidade técnica.

Os sistemas informacionais aparecem como formas externas, representadas, por exemplo, pelos satélites e radares do Sívam.

Os grandes projetos estruturam enclaves, isolados num meio pré-mecânico.

O Maranhão, conectado ao Projeto dos Polos de Alumínio, poderia ser incluído na Amazônia, mas misteriosamente os autores preferiram conservá-lo no Nordeste.

A nova proposta de divisão regional é uma síntese sedutora de um discurso geográfico sobre o Brasil e a globalização.

### O problema da divisão regional

A divisão do Brasil em regiões administrativas:

- Não obedece exatamente aos limites naturais e humanos, das diferenças de paisagens;
- A divisão elaborada pelo IBGE segue os limites estaduais, o que causa algumas distorções.

Distorções dos limites estaduais:

- São Paulo e Paraná;
- Minas Gerais e a Bahia;
- Pará e Maranhão.

### Congresso Nacional propõe nova divisão territorial do Brasil 05 de fevereiro de 2007

Caso o Congresso aprove os 18 projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o país passará a ter 39 estados e três territórios federais.

A estrutura atual é de 26 estados e o Distrito Federal.

Na região Norte:

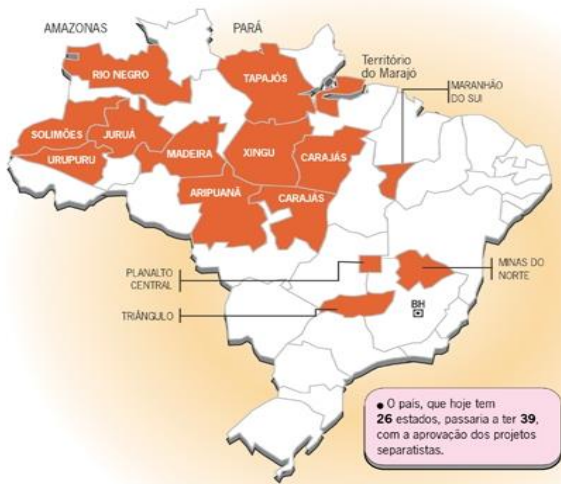
Os estados do Tapajós (PA), Carajás (PA) e Solimões (AM), além dos territórios federais do Marajó (PA), Alto Rio Negro (AM) e Oiapoque (AP);

Na região Nordeste:

Os estados do Maranhão do Sul, Rio São Francisco e Gurguéia;

**Sudeste:**  
Os estados de São Paulo do Leste, Minas do Norte e Triângulo;  
Além disso, seria recriado o Estado da Guanabara;

**No Centro-Oeste:**  
Os estados de Araguaia, Mato Grosso do Norte e Planalto Central;  
A região Sul não seria alterada.



**Microrregião:**

- Constituição brasileira de 1988;
- Um agrupamento de municípios limítrofes;
- Finalidade:
  - Integrar:
    - A organização;
    - O planejamento;
    - A execução de funções públicas:
      - De interesse comum;
  - Definidas por lei complementar estadual.
- Divide os diversos estados da federação brasileira em:
  - Microrregiões.

BRASIL  
**Microrregiões**



**Mesorregião:**

- Subdivisão dos estados brasileiros;
- Congrega diversos municípios de uma área geográfica;
- Com similaridades:
  - Econômico e
  - sociais.
- Fins estatísticos;
- Não constitui entidade política ou administrativa.

BRASIL  
**Mesorregiões**



**Projetos Amazônicos**

Projeto Jari:



Projeto agromineral dos anos 60, criado pelo multimilionário Daniel Keith Ludwig, e vendido a empresários brasileiros, depois da aquisição federal.

Tem sede na vila de Monte Dourado, ocupando uma extensão de mais de 3 milhões de hectares, cujo eixo é o rio Jari, que desemboca na foz do Amazonas.

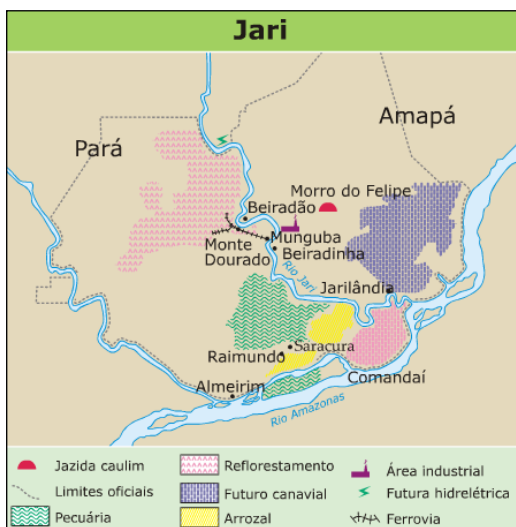
Foi planejado, inicialmente, para produzir celulose, por meio de uma fábrica adquirida no Japão, junto a uma usina termelétrica, ambas instaladas na cidade de Munguba (AP).

Também visava a criar gado, produzir arroz e extrair caulim e bauxita.

O Projeto apresenta expressão apenas regional, marcando o cotidiano de duas cidades, Mazagão (AP) e Almerim (PA).

Foi muito criticado, notadamente como exemplo de multinacionalização da economia interna, ou ainda de

formação de uma tríplice aliança entre capital internacional, o nacional privado e o estatal.



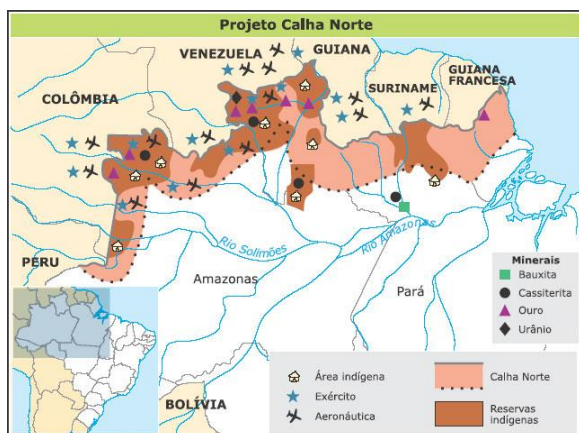
### Projeto Calha Norte (PCN):

Projeto militar criado em 1985 pelo governo Sarney, visando à defesa das fronteiras setentrionais e noroestes do Brasil.

Envolve as construções de aeroportos e unidades militares do Exército e da Aeronáutica, numa faixa de terras com 6.500 km de comprimento por 160 km de largura ao longo das fronteiras com as Guianas, Suriname, Venezuela, Colômbia e Peru.

O Projeto visa a coibir a ação de estrangeiros na região, sobretudo o garimpo clandestino, pois é elevado o potencial para a mineração, sendo exemplificado pelo ouro na área indígena Ianomâmi.

O projeto também prevê a redução do comércio ilegal de madeira e do tráfico de drogas e busca evitar os conflitos entre índios, garimpeiros e empresas.



Mas, apesar de o exército desenvolver serviços importantes na área de saúde e educação, o PCN gerou consequências negativas para a população em geral, notadamente a indígena, pois o etnocídio aumentou na região.

Quanto aos garimpeiros e posseiros, o exército apenas reprime, sem apresentar alternativas de trabalho.

Recentemente, o PCN voltou a ser prestigiado em virtude da interferência dos EUA na Colômbia, com ajuda financeira, tecnológica e até treinamento de soldados, objetivando combater as guerrilhas e o narcotráfico.

Com isso, o Brasil corre o risco de receber pessoas envolvidas com o narcotráfico, o que obrigou o governo a lançar o Plano Cobra, que consiste em colocar soldados de elite na fronteira com a Colômbia, na região denominada "Cabeça de Cachorro".

### Projeto Sivam:

O Sistema de Vigilância da Amazônia consiste em promover a vigilância dos espaços aéreos e terrestres da Amazônia por meio de radares, aviões e satélites, coletando dados sobre desmatamentos, recursos minerais, uso do solo e até tráfico de drogas.



O Sistema foi projetado para examinar os 5,2 milhões de Km<sup>2</sup> da região, usando satélites (6), aviões (18), radares (25), estação meteorológica e mais de 200 plataformas de coletas de dados em rios.

Os dados coletados serão processados em Centros Regionais de Vigilância (CRVs) e servirão para orientar ações como o combate ao narcotráfico e ao desmatamento.





## A Amazônia no espaço brasileiro

Apresentando grande diversidade natural, social, econômica, tecnológica e cultural, a Amazônia Legal constitui uma região em crescente processo de diferenciação que contraria, em muito, a imagem difundida pelo mundo de um espaço homogêneo caracterizado pela presença de uma cobertura florestal que o identifica tanto interna quanto externamente.

Na atualidade, esse espaço regional consolida sua participação no processo geral de transformação territorial do Brasil e, especificamente, naquele afeto às mudanças ocorridas no uso da terra, no qual a expansão e intensificação da agropecuária acaba determinando, em grande parte, a dinâmica econômica e demográfica desta imensa região.

Assim, ao invés de reproduzir, como nas antigas áreas de incorporação agrícola, estruturas produtivas preexistentes, a expansão recente da fronteira agropecuária na Amazônia constitui, uma fronteira tecnológica na qual a inovação científica é o elemento central de explicação do novo perfil produtivo do agro regional.

A distribuição dos cultivos de grãos, em especial da soja, milho e arroz, assim como do algodão na Amazônia, tem sua dinâmica espacial associada, em grande parte, não somente à pesquisa científica, que possibilitou a adaptação de novas espécies vegetais às características do cerrado, como ao uso intensivo de máquinas, equipamentos e insumos, determinantes dos elevados índices de produtividade aí alcançados.

A potencialidade para o cultivo de grãos em grande escala encontra-se, principalmente, nas áreas de cerrados da Amazônia Legal, aí incluídos o Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão, onde domina um clima com período seco definido e a topografia plana admite a mecanização ao mesmo tempo em que os solos apresentam características que respondem à moderna tecnologia empregada.

Associada ao processo de expansão da fronteira agrícola, a distribuição espacial das áreas desmatadas, reflete, diretamente, o crescimento de atividades intrinsecamente articuladas a esse processo, tais como a extração de madeira e a abertura de pastagem, que compõem, juntamente com a expansão do cultivo de grãos, um mosaico de usos diferenciados do espaço amazônico que vêm alterando, de forma radical, a dinâmica tradicional de ocupação da Amazônia brasileira.

A entrada da agricultura capitalizada na Amazônia constitui uma novidade histórica no uso da terra de uma região cuja economia girava em torno da atividade extrativa mineral e do extrativismo vegetal, principalmente, da borracha, cuja sobrevivência, na atualidade, depende, em grande parte, do empenho das populações locais em preservar suas formas coletivas de apropriação e uso dos recursos naturais, contando para isso com forte apoio internacional.

Acumulam-se, evidências sinalizadoras de importantes mudanças na estrutura e desempenho do setor agropecuário nessa região muitas das quais associadas à introdução de novas tecnologias, métodos e culturas no campo, cujos efeitos afetam o ambiente natural - via desmatamento, erosão e poluição hídrica, entre outros - assim como recaem sobre a geração de renda, emprego e condições de vida geral de sua população.

A criação de novos povoados, vilas e cidades, isto é, a distribuição das sedes urbanas constituem fator preponderante na dinâmica de expansão da fronteira agropecuária nessa imensa região cuja vida econômica era pautada, até há bem pouco tempo, pelo ritmo e acessibilidade ditados pelo traçado dos rios.

Servindo de ponto de apoio técnico e operacional além de polo de difusão da comunicação regional, as cidades do interior amazônico concentram, cada vez mais, os serviços e a mão-de-obra envolvidos na realização, em bases modernas, do processo de produção agroindustrial.

Nesse sentido, não só a expansão agropecuária está intimamente associada com a dos demais setores econômicos, como existe uma ordem de precedência nessa associação no sentido de que o crescimento da agropecuária antecede (e determina) o crescimento da indústria e dos serviços mesmo em áreas onde a política pública não atuou, fundamentalmente, em apoio às atividades urbanas.

A expansão da produção e a contínua ampliação-intensificação das áreas incorporadas às atividades agropecuárias ampliam a demanda interna e atraem investimentos em infraestrutura, criando um vasto leque de oportunidades não só para o setor industrial e de serviços envolvido diretamente no agronegócio na Amazônia.

Além dessas oportunidades geradas, os serviços ligados diretamente à população urbana constituem um dos ramos que tem se beneficiado diretamente com o surgimento e ampliação das pequenas e médias cidades situadas na fronteira amazônica, envolvendo, nesse sentido, a demanda por escolas, serviços médicos e de

alimentação, além de estimular o crescimento do comércio local, ampliando o leque de atividades reveladoras da sólida associação campo-cidade que acompanha na atualidade a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia.

A convergência dos padrões regionais de uso da terra que marcou a ocupação territorial da Amazônia nos anos 70, expressa, atualmente, um processo de ocupação agropecuária associada a uma maior articulação ao espaço econômico nacional a partir de interesses provenientes tanto de fora como de dentro da própria região.

## 12. O espaço natural brasileiro



### Os Domínios Morfoclimáticos do Brasil

O Brasil, país tropical de grande extensão territorial, apresenta uma geografia marcada por grande diversidade.

A interação e a interdependência entre os diversos elementos da paisagem (relevo, clima, vegetação, hidrografia, solo, fauna, etc.) explicam a existência dos chamados domínios geoecológicos, que podem ser entendidos como uma combinação ou síntese dos diversos elementos da natureza, individualizando uma determinada porção do território.

No Brasil, existem de seis grandes paisagens naturais:

- Domínio Amazônico;
- Domínio das Caatingas;
- Domínio dos Cerrados;
- Domínio dos Mares de Morros;
- Domínio das Araucárias;
- Domínio das Pradarias.

Entre os seis grandes domínios, inserem-se inúmeras faixas de transição, que apresentam elementos típicos de dois ou mais deles:

- Cacaís;
- Agreste;
- Pantanal.

Dos elementos naturais, os que mais influenciam na formação de uma paisagem natural são o clima e o relevo; eles interferem e condicionam os demais elementos, embora sejam também por eles influenciados.

A cobertura vegetal, que mais marca o aspecto visual de cada paisagem, é o elemento natural mais frágil e dependente dos demais.



### Principais Elementos Naturais

#### Relevo

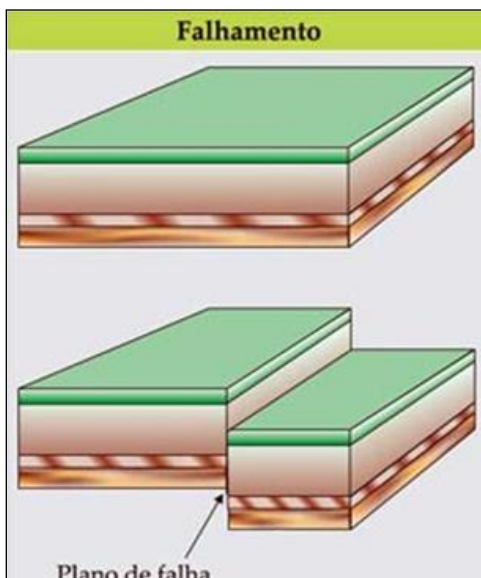
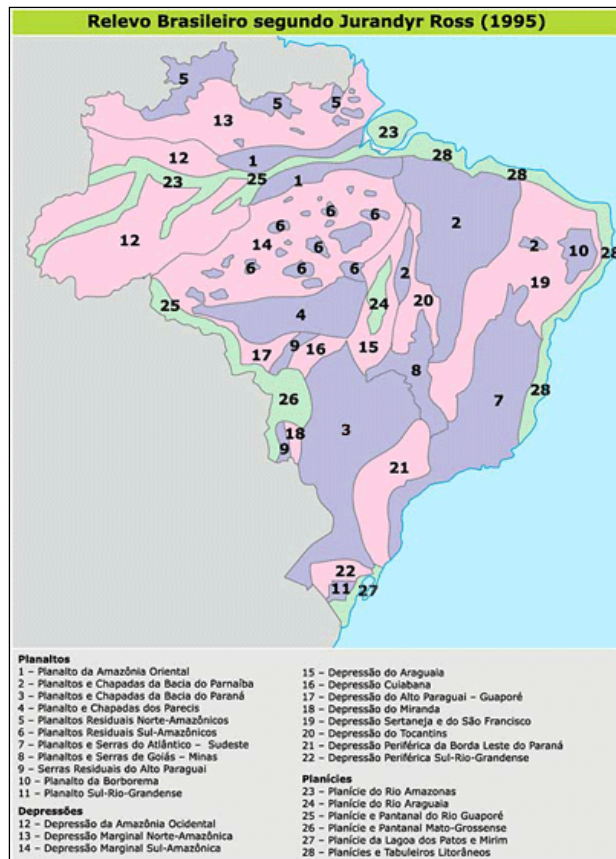
O relevo brasileiro é de formação antiga ou pré-cambriana, sendo erodido (desgastado) e, portanto, aplainado.

Apresenta o predomínio de planaltos, terrenos sedimentares e certas áreas com subsolo rico em recursos minerais.

Um outro aspecto importante consiste na ausência de vulcanismo ativo e fortes abalos sísmicos (tremores da terra, destacando-se os maremotos e os terremotos), fatos explicados pela distância em relação à divisa ou encontro das placas tectônicas, somado à idade antiga do território.

Eras	Períodos	Tempo decorrido	Acontecimentos	
Cenozóica (vida recente)	Quaternário	Holoceno Pleistoceno	1 milhão de anos	- Aparecimento do homem. - Ocorrência de grandes glaciações. - Atuais continentes e oceanos.
	Terciário	Plioceno Mioceno Oligoceno Eoceno Paleoceno	70 milhões de anos	- Delineamento dos atuais continentes. - Desenvolvimento dos mamíferos. - Extinção dos grandes répteis. - Dobramentos modernos (Andes, Alpes, Himalaia).
Mesozóica (vida média ou secundária)	Cretáceo Jurássico Triássico	220 milhões de anos	- Aparecimento dos primeiros mamíferos, aves e répteis gigantes (dinossauros). - Erupções vulcânicas.	
Paleozóica (vida velha ou primária)	Permiano Carbonífero Devoniano Siluriano Ordoviciano Cambriano	600 milhões de anos	- Formação de grandes florestas. - Rochas sedimentares. - Grandes depósitos de carvão mineral.	
Era Pré-Cambriana ou Primitiva	Proterozóica (vida elementar)	2,5 bilhões de anos	- Formação de grandes depósitos de minérios. - Maior desenvolvimento da vida. - Chuvas intensas, permitindo a formação dos oceanos.	
	Arqueozóica (vida arcaica)		- Aparecem montanhas e vulcões. - Aparecimento de vida nos oceanos. - Formação dos escudos cristalinos. - Rochas magmáticas e metamórficas.	
Azóica (sem vida)		± 5 bilhões de anos	- Resfriamento da Terra. - Formação das primeiras rochas magmáticas. - Ausência de vida. - Existência de 2 blocos continentais: ARQUEO-ÁRTICO e INDO-AFRO-BRASILEIRO.	





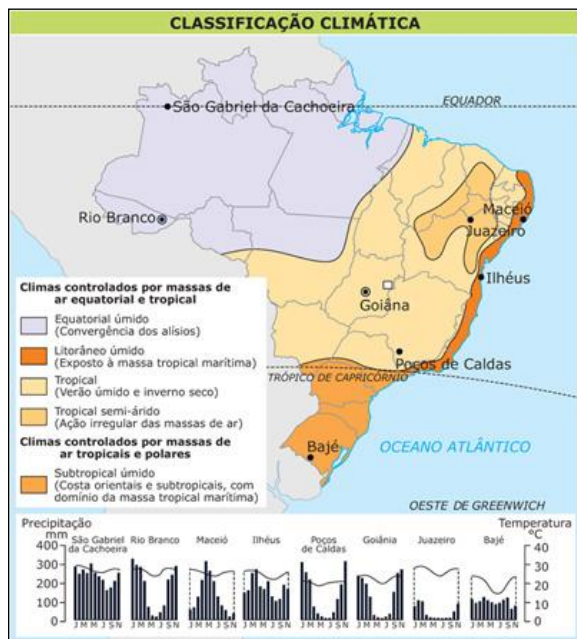
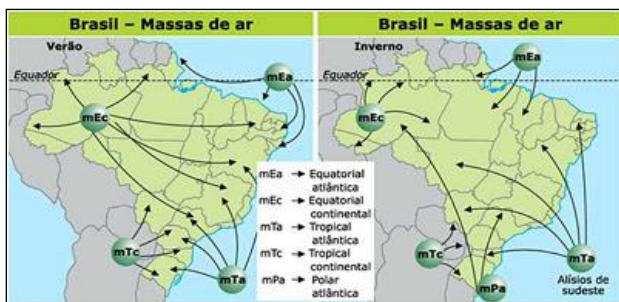
### Clima

O Brasil apresenta predomínio de climas quentes ou macrotérmicos (áreas com elevadas temperaturas), devido à sua localização no planeta, apresentando grande porção de terras na Zona Intertropical e pequena porção na Zona Temperada do Sul.

É fundamental perceber que a diversidade climática do País é positiva para a agropecuária e é explicada por vários fatores, destacando-se a latitude e a atuação das massas de ar.







## O Domínio Amazônico

### Relevo

O Domínio Geocológico Amazônico apresenta um relevo formado essencialmente por depressões, originando os baixos planaltos e as planícies aluviais.

Apenas nos extremos norte e sul desse domínio, é que ocorrem maiores altitudes, surgindo os planaltos das Guianas ao norte e o Central (Brasileiro) ao sul. (Classificação de Aroldo de Azevedo).

O planalto das Guianas, situado no extremo norte do Brasil, corresponde ao escudo cristalino das Guianas.

Trata-se, portanto, de terrenos cristalinos do pré-cambriano, altamente desgastado pela ação da erosão, apresentando, como consequência, modestas cotas altimétricas em sua maior parte.

Entretanto, nas fronteiras com as Guianas e a Venezuela, existe uma região de serras, onde aparecem os pontos culminantes do relevo brasileiro:

- O pico da Neblina com 2.993,78 metros de altitude (serra do Imeri);

- O pico 31 de Março com 2.972,66 metros de altitude (serra do Imeri);
- O monte Roraima com 2.734,06 metros de altitude (serra Pacaraima).

A maior parte do Domínio Amazônico apresenta um relevo caracterizado por terras baixas.

As verdadeiras planícies (onde predomina a acumulação de sedimentos) ocorrem somente ao longo de alguns trechos de rios regionais; os baixos planaltos (ou platôs), também de origem sedimentar, mas em processo de erosão, apresentam a principal e mais abrangente forma de relevo da Amazônia.

### Clima

A Amazônia apresenta o predomínio do clima equatorial. Trata-se de um clima quente e úmido.

Região de baixa latitude, apresenta médias térmicas mensais elevadas que variam de 24 °C a 27 °C.

A amplitude térmica anual, isto é, as diferenças de temperaturas entre as médias dos meses mais quentes e mais frios, é bastante baixa (oscilações inferiores a 2 °C).

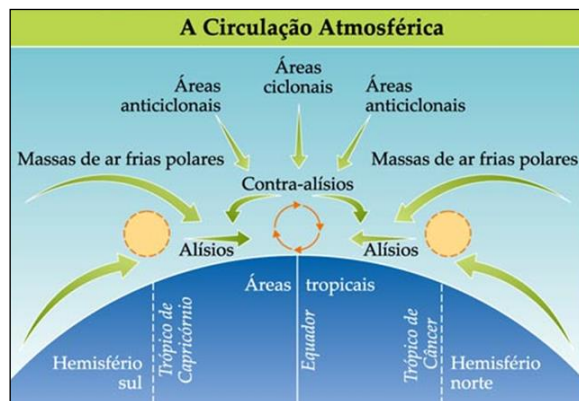
Os índices pluviométricos são extremamente elevados, de 1 500 a 2 500 mm ao ano, chegando a atingir 4 000 mm.

O período de estiagens é bastante curto em algumas áreas.

A região é marcada por chuvas o ano todo.

### Clima Equatorial

As precipitações que ocorrem nessa região são exemplos de chuvas de convecção, resultantes do movimento ascendente do ar carregado de umidade; essas correntes de ar ascendentes são consequências do encontro dos ventos alísios (convergência dos alísios).





### A massa de ar Equatorial continental (mEc)

É responsável pela dinâmica do clima em quase toda a região.

Somente na porção ocidental a frente fria (Polar Atlântica) atinge a Amazônia durante o inverno, ocasionando uma queda de temperatura denominada friagem.

A massa de ar Equatorial atlântica (mEa) exerce alguma influência somente em áreas litorâneas (AP e PA).

### Hidrografia

A hidrografia regional é riquíssima, representada quase que totalmente pela bacia amazônica.

O rio principal, Amazonas, é um enorme coletor das chuvas abundantes na região (clima Equatorial).

Os afluentes provêm tanto do:

- Hemisfério norte (margem esquerda), como o Negro, Trombetas, Jari, Japurá, etc.
- Hemisfério sul (margem direita), como o Juruá, Purus, Madeira, Tapajós, Xingu, etc.

Esse fato explica o duplo período de cheias anuais em seu médio curso.

O rio Amazonas (e alguns trechos de seus afluentes) é altamente favorável à navegação.

Por outro lado, o potencial hidráulico dessa bacia é atualmente considerado o mais elevado do Brasil, localizado sobretudo nos afluentes da margem direita que formam grande número de quedas e cachoeiras nas áreas de contatos entre o planalto Brasileiro e as terras baixas amazônicas.



Apresenta a maior variedade de peixes existentes em todas as bacias hidrográficas do mundo.

A pesca tem uma grande expressão na alimentação da população local.

Além da grande quantidade de rios na região, existem os:

- Igarapés (córregos ou riachos) que ligam um rio a outro ou a um lago;
- Paranás-mirins (braços de rios que contornam elevações formando ilhas fluviais);
- E lagos de várzea.

### Solos

A maior parte do Domínio Amazônico apresenta solos de baixa fertilidade.

Apenas em algumas áreas restritas, ocorrem solos de maior fertilidade natural, como os solos de várzeas em alguns trechos dos rios regionais e a terra preta, solo orgânico bastante fértil (pequenas manchas).

### Vegetação

A floresta amazônica, principal elemento natural do Domínio Geocológico Amazônico, abrangia quase 40% da área do País.

Além do Brasil, ocupa áreas das Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, cobrindo cerca de 5 milhões de km<sup>2</sup>.

### A floresta Amazônica possui as seguintes características

- **Latifoliada:** com vegetais de folhas largas e grandes;
- **Heterogênea:** apresenta grande variedade de espécies vegetais, ou grande biodiversidade;
- **Densa:** bastante compacta ou intrincada com plantas muito próximas uma das outras;
- **Perene:** sempre verde, pois não perde as folhas no outono-inverno como as florestas temperadas (caducifólias);
- **Higrófila:** com vegetais adaptados a um clima bastante úmido.

Outros nomes:

- **Hiléia**, denominação dada por Alexandre Von Humboldt, Inferno Verde, por Alberto Rangel;
- **Floresta Latifoliada Equatorial**.

Apresenta aspectos diferenciados dependendo, principalmente, da maior ou menor proximidade dos cursos fluviais.

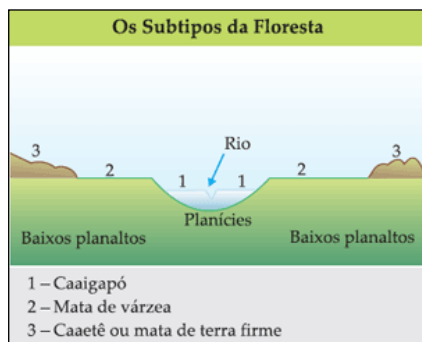
Pode ser dividida em três tipos básicos ou florestais:

- **Caaigapó:** ou mata de igapó, localizada ao longo dos rios nas planícies permanentemente inundadas. São espécies do Igapó a vitória-régia, piaçava, açai, cururu, marajá, etc.

- **Mata de várzea:** localizada nas proximidades dos rios, parte da floresta que sofre inundações periódicas. São espécies de: seringueira (*Hevea brasiliensis*), cacaueiro, sumaúma, copaíba, etc.

- **Caaetê:** ou mata de terra firme, parte da floresta de maior extensão localizada nas áreas mais elevadas (baixos planaltos), que nunca são atingidas pelas enchentes. Além de apresentar a maior variedade de espécies, possui as árvores de maior porte.

São espécies vegetais do Caaetê: o angelim, caucho, andiroba, castanheira, guaraná, mogno, pau-rosa, salsa-parrilha, sorva, etc.



### Domínio dos cerrados

O cerrado é um domínio geocológico característico do Brasil Central, apresentando terrenos cristalinos (as chamadas “serras”) e sedimentares (chapadas), com solos muito precários, ácidos, muito porosos, altamente lixiviados (solos que receberam excesso de chuvas, perdendo nutrientes) e laterizados (solos ricos em ferro e alumínio, formando-se a “canga” crosta ferruginosa na superfície, dificultando o plantio).

A expansão contínua da agricultura e da pecuária moderna exige o uso de corretivos com:

- Calagens e nutrientes (fertilização artificial do solo).

A mecanização intensiva tem aumentado a erosão e a compactação dos solos.

A região tem sido devastada nas últimas décadas pela agricultura comercial policultora (destaque para a soja).

O cerrado apresenta dois estratos:

- O arbóreo-arbustivo (vegetal de porte médio);
- E o herbáceo (vegetal de porte baixo).

As árvores de pequeno porte, com troncos e galhos retorcidos, cascas grossas e raízes profundas, denotam raquitismo e lençol freático profundo.

### Localização

Ocupa quase todo o Brasil Central, abrangendo não somente a maior parte da região Centro-Oeste, mas também trechos de Minas Gerais, parte ocidental da Bahia e sul do Maranhão e do Piauí.

### Relevo

A principal unidade geomorfológica do Cerrado é o planalto Central, constituído por terrenos cristalinos, bastante desgastados pelos processos erosivos, e por terrenos sedimentares que formam as chapadas (relevo tabular e limitado por escarpas “rampas”) e os chapadões (sequência de chapadas).

Destacam-se nesse planalto as chapadas dos Parecis, dos Guimarães, das Mangabeiras e o Espigão Mestre, que divide as águas das bacias do São Francisco e Tocantins.

Na porção sul desse domínio (MS e GO) localiza-se parte do planalto Meridional, com a presença de rochas vulcânicas (basalto) intercaladas por rochas sedimentares, formando as cuestas Maracaju, Caiapó, etc.

### Solos

Predominam os solos pobres e bastante ácidos (pH abaixo de 6,5).

São solos altamente lixiviados e laterizados, que, para serem utilizados na agricultura, necessitam de corretivos.

Utiliza-se normalmente o método da calagem, que é a adição de calcário ao solo, visando à correção do pH.

Ao sul desse domínio (planalto Meridional) aparecem significativas manchas de terra roxa, de grande fertilidade natural (região de Dourados e Campo Grande).

### Hidrografia

A densidade hidrográfica é baixa; as elevações do planalto Central (chapadas) funcionam como divisores de águas entre as bacias Amazônica (rios que correm para o norte) e Platina (Paraná e Paraguai que correm para o sul) e do São Francisco.

São rios perenes com regime tropical, isto é, as cheias ocorrem no verão e as vazantes no inverno.

### Clima

O principal clima do Cerrado é o tropical semi-úmido.

Apresenta estações do ano bem definidas, uma bastante chuvosa (verão) e outra seca (inverno).

As médias térmicas são elevadas, oscilando entre 20 °C a 28 °C.

Os índices pluviométricos variam em torno de 1 500 mm.





## Vegetação

O Cerrado é a vegetação dominante.

Apresenta normalmente dois estratos:

- Um arbóreo-arbustivo, com árvores de pequeno porte (pau-santo, lixeira, pequi);
- E outro herbáceo, de gramíneas e vegetação rasteira com várias espécies de capim (barba-de-bode, flechinha, colonião, gordura, etc.).

Os arbustos possuem os troncos e galhos retorcidos, caule grosso, casca espessa e dura e raízes profundas.

O espaçamento entre arbustos e árvores é grande, favorecendo a prática da pecuária extensiva.

Ao longo dos rios, consequência da maior umidade do solo, surgem pequenas e alongadas florestas, denominadas Matas Galerias ou Ciliares.

Essas formações vegetais são de grande importância para a ecologia local, pois evitam a erosão das margens impedindo o assoreamento dos rios e favorecem ainda a fauna e a vida do rio.

Nos últimos anos, como consequências da expansão da agricultura na região, as Matas Galerias e o Cerrado sofrem intenso processo de destruição, afetando o meio ambiente regional.

## O Domínio das Caatingas

Este domínio é marcado pelo clima tropical semi-árido, vegetação de caatinga, relevo erodido, destacando-se o maciço nordestino e a hidrografia intermitente (quando os rios de uma bacia hidrográfica secam na estiagem, sendo chamados de rios temporários).



## A Zona da Mata ou litoral oriental

É a sub-região mais industrializada, mais populosa, destacando-se o solo de massapé (calcário e gnaíse), com as tradicionais lavouras comerciais de cana e cacau.

### O Agreste

Apresenta pequenas propriedades com policultura visando a abastecer o litoral.

### O Sertão

É marcado pela pecuária em grandes propriedades.

### O Meio-Norte

Apresenta grandes propriedades com extrativismo.

## Clima

O domínio da caatinga possui clima tropical semi-árido, que se caracteriza pelas temperaturas elevadas, chuvas escassas e irregulares.

O período chuvoso no Nordeste “seco” é denominado pelo sertanejo de “inverno”.

A baixa e a irregular quantidade de chuvas do domínio da caatinga pode ser explicada pela situação da região em relação à circulação atmosférica (massas de ar), relevo, geologia etc.

Trata-se de uma área de encontro ou ponto final de quatro sistemas atmosféricos:

- As massas de ar mEc, mTa, mEa e mPa.

Quando essas massas de ar atingem a região, já perderam grande parte de sua umidade.

O planalto da Borborema é descontínuo e raramente ultrapassa os 800 m de altitude, sendo assim não é o principal responsável pela imensa mancha semi-árida a sotavento (Sertão).

Algumas regiões do Sertão Nordestino sofrem o processo de desertificação.

A presença de rochas cristalinas (impermeáveis) e solos rasos dificulta a formação do lençol freático em algumas áreas, acentuando o problema da seca.



Um dos mitos ou explicações falsas do subdesenvolvimento nordestino é a afirmação de que as secas constituem a principal causa do atraso socioeconômico dessa região, causando também migração para São Paulo e Rio de Janeiro.

Na realidade, a pobreza regional é mais bem explicada pelas causas históricas e sociais.

Causas da pobreza nordestina:

- Estrutura fundiária;
- Predomínio da agricultura tradicional de exportação;
- Governos controlados pelas elites locais;
- Baixos níveis salariais;
- Analfabetismo;
- Baixa produtividade nas atividades econômicas.

A seca é apenas mais uma agravante, que poderia ser solucionada com o progresso socioeconômico regional.

### Hidrografia

A mais importante bacia hidrográfica do Domínio da Caatinga é a do São Francisco.

Apesar de percorrer áreas de clima semi-árido, é um rio perene, embora na época das secas possua um nível baixíssimo de águas.

É navegável em seu médio curso numa extensão de 1 370 km, no trecho que vai de Juazeiro (BA) a Pirapora (MG).

Atualmente essa navegação é de pouca expressão na economia regional, devido à concorrência das rodovias.

Rio de planalto, apresenta, sobretudo em seu médio e baixo curso, várias quedas, favorecendo a produção de energia elétrica (usinas de Paulo Afonso, Sobradinho, etc.).

A maior parte de seus afluentes são intermitentes ou temporários, reflexo das condições locais.

Além do São Francisco, existem vários outros rios que drenam a Caatinga os rios intermitentes da bacia do Nordeste como:

- O Jaguaribe;
- O Acaraú;
- O Apodi;
- O Piranhas;
- O Capibaribe.

O rio São Francisco possui três apelidos importantes:

- Rio dos Currais: devido ao desenvolvimento da pecuária extensiva no sertão;
- Rio da Unidade Nacional: devido ao seu trecho navegável, ligando o Sudeste ao Nordeste, sendo as regiões mais importantes na fase colonial;
- Rio Nilo Brasileiro: devido à semelhança com o rio africano, pois nasce numa área úmida (MG – serra da Canastra) e atravessa uma área seca, sendo perene. Além de apresentar o sentido sul-norte e ser exorréico.

### Relevo

No domínio das Caatingas predominam depressões interplanálticas, exemplificadas pela Sertaneja e a do São Francisco.

### A leste

Atinge o planalto de Borborema (PE) e a Chapada Diamantina (sul da Bahia).

### A oeste

Estende-se até o Espigão Mestre e a Chapada das Mangabeiras.

Nos limites setentrionais desse domínio, localizam-se inúmeras serras ou chapadas residuais, como Araripe, Grande, Ibiapaba, Apodi, etc.

O interior do planalto Nordestino é uma área em processo de pediplanação, isto é, a importância das chuvas é pequena (clima semi-árido) nos processos erosivos, predominando o intemperismo físico (variação de temperatura) e ação dos ventos (erosão eólica), que vão aplainando progressivamente o relevo (fragmentação de rochas e de blocos).

É comum no quadro geomorfológico nordestino a presença de inselbergs, que são morros residuais, compostos normalmente por rochas cristalinas.

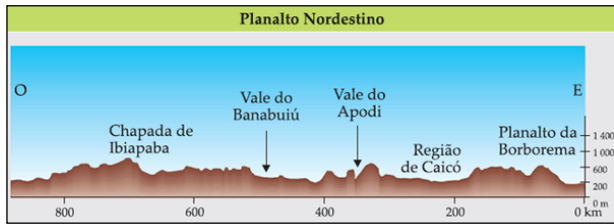
### Solos

São, geralmente, pouco profundos devido às escassas chuvas e ao predomínio do intemperismo físico.

Apesar disso, apresentam boa quantidade de minerais básicos, fator favorável à prática da agricultura.

A limitação da atividade agrícola é representada pelo regime incerto e irregular das chuvas, problema que

poderia ser solucionado com a prática de técnicas adequadas de irrigação.



### Vegetação

A paisagem arbustiva típica do Sertão Nordestino, que dá o nome a esse domínio geocológico, é a caatinga (caa = mata; tinga = branco).

Possui grande heterogeneidade quanto ao seu aspecto e à sua composição vegetal:

- Em algumas áreas, forma-se uma mata rala ou aberta, com muitos arbustos e pequenas árvores, tais como juazeiro, aroeira, barauína etc;
- Em outras áreas, o solo apresenta-se quase descoberto, proliferando os vegetais xerófilos, como as cactáceas (mandacaru, facheiro, xiquexique, coroa de frade etc.) e as bromeliáceas (macambira).

É uma vegetação caducifólia, isto é, na época das secas as plantas perdem suas folhas, evitando-se, assim, a evapotranspiração.

Os brejos são as mais importantes áreas agrícolas do Sertão:

- São áreas de maior umidade, localizadas em encostas de serras ou vales fluviais, isto é, regatos e riachos.
- As cabeceiras são formadas pelos “olhos-d’água” (minas).

### Projetos

A região Nordeste é marcada por projetos, destacando-se os relacionados à irrigação.

O mais famoso envolve as cidades vizinhas e separadas pelo rio São Francisco, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

O clima seco e a irrigação controlada favorecem o controle de pragas, e o cultivo de frutas para exportação marca a paisagem, com influência de capital estrangeiro.

O projeto de transposição do rio São Francisco está sendo implantado pelo governo federal.

O projeto consiste na captação das águas do rio São Francisco para a perenização de alguns rios nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte que fazem parte da bacia do Nordeste (eixo norte), e por meio do eixo leste abastecer vários açudes nos estados de Pernambuco e da Paraíba.

Além da transposição, o governo federal está promovendo, de maneira tímida, a revitalização de algumas áreas da bacia do rio São Francisco.

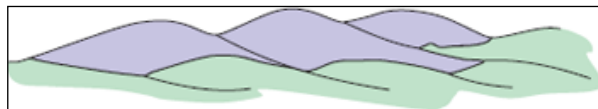
## O Domínio dos Mares de Morros

### Localização

Esse domínio geocológico localiza-se na porção oriental do País, desde o Nordeste até o Sul.

Na região Sudeste, penetra para o interior, abrangendo o centro-sul de Minas Gerais e São Paulo.

### Relevo



O aspecto característico do Domínio dos Mares de Morros encontra-se no relevo e nos processos erosivos.

O planalto Atlântico (classificação de Aroldo Azevedo) é a unidade do relevo que mais se destaca; apresenta terrenos cristalinos antigos, datados do pré-cambriano, correspondendo ao Escudo Atlântico.

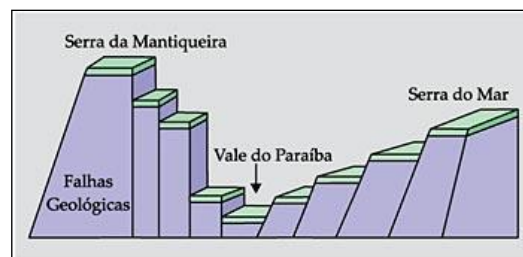
Nesse planalto estão situadas as terras altas do Sudeste, constituindo um conjunto de saliências ou elevações, abrangendo áreas que vão do Espírito Santo a Santa Catarina.

Entre as várias serras regionais como a:

- Serra da Mantiqueira: Pico da Pedra da Mina com 2.798,39 metros de altitude;
- Serra do Caparaó: Pico da Bandeira com 2.891,98 metros de altitude;
- Serra do Caparaó: Pico do Cristal com 2.769,76 metros de altitude;
- Serra do Itatiaia: Pico das Agulhas Negras com 2.791,55 metros de altitude.

A erosão, provocada pelo clima tropical úmido, associada a um intemperismo químico significativo sobre os terrenos cristalinos (granito: “rocha magmática” e gnaisse: rocha metamórfica), é um dos fatores responsáveis pela conformação do relevo, com a presença de morros com vertentes arredondadas (morros em Meia Laranja, Pães-de-Açúcar).

Entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, localiza-se a depressão do rio Paraíba do Sul (vale do Paraíba) formada a partir de uma fossa tectônica.







1. Rochas vulcânicas: corresponde aos derrames basálticos do mesozóico e que deram origem ao solo denominado terra roxa.

2. Planalto ocidental: constituído por terrenos sedimentares, arenito do paleozóico, delimitado por escarpas – cuestas.

3. Depressão periférica: rochas sedimentares e metamórficas.

4. Planalto oriental: de base cristalina, apresenta superfície ondulada (Mar de Morros) e relevo de forma mamelonar ou “meia laranja”.

5. Planície litorânea: constituída por sedimentos terciário-quadernário.

### Solos

#### Na Zona da Mata Nordestina

Encontra-se um solo de grande fertilidade, denominado massapé; originou-se da decomposição do granito, gnaíse e, às vezes, do calcário.

#### No Sudeste

Ocorre a presença de um solo argiloso de razoável fertilidade, formado, principalmente, pela decomposição do granito em climas úmidos, denominado salmourão.

É o domínio geocológico brasileiro mais sujeito aos processos erosivos, consequência do relevo acidentado e da ação de clima tropical úmido.

O intemperismo químico atinge profundamente as rochas dessa área, formando solos profundos, intensamente trabalhados pela ação das chuvas e enxurradas.

É comum a ocorrência de deslizamentos, causados pela destruição da vegetação natural, práticas agrícolas inadequadas, etc.

### Hidrografia

As terras altas do Sudeste dividem as águas de várias bacias hidrográficas:

- Bacia do São Francisco;
- Bacia Paranaica (Grande, Tietê, etc.);
- Bacias Secundárias do Leste (Paraíba do Sul, Doce) e Sul.

A maior parte dos rios são planálticos, encachoeirados, com grande número de quedas ou saltos, corredeiras e com elevado poder de erosão.

O potencial hidráulico é também elevado, não somente dos rios das bacias Paranaica e São Francisco, mas também de vários rios de maior extensão que correm diretamente para o mar (bacias Secundárias).

A serra do Mar representa uma linha de falhas que possibilita, também, a produção energética (exemplo: usinas Henry Borden I e II que aproveitam as águas do sistema Tietê – Pinheiros – Billings).

Esses rios apresentam cheias de verão e vazante de inverno (regime pluvial tropical).

### Clima

Apresenta o predomínio do clima tropical úmido.

Na Zona da Mata Nordestina, as chuvas concentram-se no outono e inverno.

### Na região Sudeste

Devido a maiores altitudes, o clima é o tropical de altitude, com médias térmicas anuais entre 14 °C e 22 °C.

As chuvas ocorrem no verão, que é muito quente.

No inverno, as médias térmicas são mais baixas, por influência da altitude e da massa de ar Polar Atlântica (mPa).

### No litoral

Sobretudo no norte de São Paulo, a pluviosidade é elevadíssima, consequência da presença da serra do Mar, que barra a umidade vinda do Atlântico (chuvas orográficas ou de relevo).

Em Itapanhaú, litoral de São Paulo, foi registrado o maior total anual de chuvas (4.514 mm).

### Vegetação

A principal paisagem vegetal desse domínio era, originariamente, representada pela mata Atlântica ou floresta latifoliada tropical.

Essa formação florestal ocupava as terras desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, cobrindo as escarpas (ladeira íngreme entre planaltos e planícies costeiras) voltadas para o mar e os planaltos interiores do Sudeste.

Apresentava, em muitos trechos, uma vegetação imponente, com árvores de 25 a 30 metros de altura, como perobas, pau-d'alho, figueiras, cedros, jacarandá, jatobá, jequitibá, etc.

Com o processo de ocupação dessas terras brasileiras, essa floresta sofreu grandes devastações.

No início, foi a extração do pau-brasil, posteriormente, a agricultura da cana-de-açúcar (Nordeste) e a do café (Sudeste).

## O Domínio das Araucárias

### Localização

Abrange áreas altas do Centro-Sul do País, sobretudo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



### Relevo

Ocupa áreas pertencentes ao Planalto Meridional do Brasil.

As altitudes variam entre 800 e 1 300 metros.

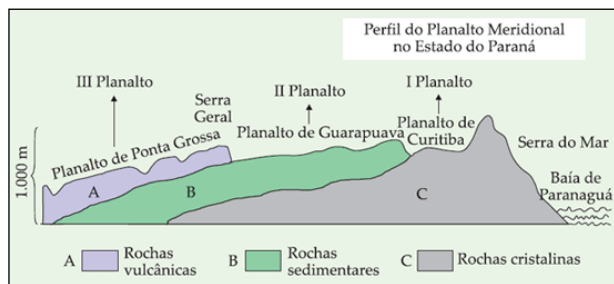
Apresentam terrenos sedimentares (Paleozóico), recobertos, em parte, por lavas vulcânicas (basalto) datadas do Mesozóico.

Além do planalto arenito basáltico, surge a Depressão Periférica e suas cuestas.

São relevos salientes, formados pela erosão diferencial, ou seja, ação erosiva sobre rochas de diferentes resistências.

Apresentam uma vertente inclinada, denominada frente ou front e um reverso suave.

Essas frentes de cuestas são chamadas serras: Geral, Botucatu, Esperança, etc.



### Solos

Aparecem, nesse domínio, solos de grande fertilidade natural, como a terra roxa a oeste do Paraná, solo de origem vulcânica, de cor vermelha, formado pela decomposição do basalto.

Em vários trechos do Rio Grande do Sul, ocorrem vastas áreas de solo fértil, denominado brunizem (elevado teor de matéria orgânica).

São encontrados ainda, nesse domínio, solos ácidos, pobres em minerais e de baixa fertilidade natural.

### Clima

Apresenta como clima predominante o subtropical.

Ao contrário dos demais climas brasileiros, pode ser classificado como mesotérmico, isto é, temperaturas médias, não muito elevadas.

As chuvas ocorrem durante o ano todo.

Durante o verão elas são provocadas pela massa de ar Tropical Atlântica (mPa).

No inverno, é frequente a penetração da massa Polar Atlântica (mPa), ocasionando chuvas frontais, precipitações causadas pelo encontro da massa quente (mTa) com a fria (mPa).

Os índices pluviométricos são elevados, variando de 1.250mm a 2 000 mm anuais.

Forte influência da massa de ar Polar Atlântica principalmente no outono e no inverno, quando é responsável pela formação de geadas, quedas de neve em São Joaquim (SC), Gramado (RS) e São José dos Ausentes (RS), chuvas frontais e redução acentuada de temperatura.

### Vegetação

Apresenta o predomínio da floresta aciculifoliada subtropical ou floresta das Araucárias.

Originalmente, localizava-se das terras altas de São Paulo até o Rio Grande do Sul, sendo o único exemplo brasileiro de conífera (plantas que produzem sementes não abrigadas em um fruto).

Também denominada mata dos Pinhais, apresenta as seguintes características:

- Os pinheiros apresentam folhas em forma de agulha (aciculifoliadas).
- Ocupam principalmente os planaltos meridionais do Brasil.
- Não é uma floresta homogênea porque possui manchas de vegetais latifoliados.
- É uma formação vegetal menos densa.
- Foi intensamente devastada.
- Área de colonização europeia no século XIX (italianos e alemães).

### Hidrografia

É drenado, principalmente, por rios pertencentes às bacias Paranaica e do Uruguai (alto curso).

São rios de planaltos com belíssimas cachoeiras e quedas, os que lhes confere um elevado potencial hidráulico.

Embora o Paraná apresente um regime tropical, com cheias de verão (dezembro a março), a maior parte dos rios desse domínio possui regime subtropical (Uruguai, por exemplo), com duas cheias e duas vazantes anuais, apresentando pequena variação em sua vazão, consequência do regime de chuvas, distribuído durante o ano todo.



### Características Gerais

- Bacias do rio Paraná (parte) e do rio Uruguai (alto curso).
- Os afluentes da margem esquerda do rio Paraná se formam nos planaltos e nas serras da porção oriental das regiões Sudeste e Sul; portanto, correm de leste para oeste.
- A bacia hidrográfica do Paraná possui o maior potencial hidrelétrico instalado no País.
- Hidrovia do Tietê-Paraná.
- O rio Uruguai e o rio Iguaçu apresentam um regime subtropical.

### O Domínio das Pradarias

Também conhecido como Campanha Gaúcha ou Pampas, abrange vastas áreas (Centro-Sul) do Rio Grande do Sul, constituindo-se em um prolongamento dos campos ou pradarias do Uruguai e Argentina pelo território brasileiro.



O centro-sul do Rio Grande do Sul é marcado por baixa densidade demográfica, clima subtropical e por uma economia que apresenta cultivos mecanizados (soja) ou grandes estâncias com pecuária extensiva. O povoamento é de origem ibérica.

### Relevo

Este domínio engloba três unidades do relevo brasileiro:

- Planaltos e chapadas da bacia do Paraná (oeste);
- Depressão periférica sul-rio-grandense (centro);
- E o planalto sul-rio-grandense (leste).

Trata-se de um baixo planalto cristalino com altitudes médias entre 200 e 400 metros, onde se destacam conjuntos de colinas onduladas denominadas coxilhas, ou seja, pequenas elevações onduladas.

As saliências mais significativas (cristas), de maior altitude, são chamadas regionalmente de cerros.

No litoral do Rio Grande do Sul são comuns as lagoas costeiras (Patos, Mirim e Mangueira), isoladas pelas restingas, as faixas de areia depositada paralelamente ao litoral, graças ao dinamismo oceânico, formando um aterro natural (verifique o mapa abaixo).

### Clima

O clima é subtropical com temperatura média anual baixa, devido a vários fatores, destacando-se a latitude e a ocorrência de frentes frias (mPa).

Apresenta considerável amplitude térmica e, no verão, as áreas mais quentes são o Vale do Uruguai e a Campanha Gaúcha, que registram máximas diárias acima de 38°.

As chuvas são regulares.

### Vegetação

A paisagem vegetal típica é constituída pelos Campos Limpos ou Pampas, onde predominam gramíneas, cuja altura varia de 10 a 50 cm aproximadamente.

É a vegetação brasileira (natural) mais favorável à prática da pecuária, tradicional atividade dessa região.



Nos vales fluviais, surgem capões de matas (matas de galerias ou ciliares) que quebram a monotonia da paisagem rasteira, formando verdadeiras ilhas de vegetação em meio aos campos.



O Brasil possui uma rica variedade de formações abertas reunidas sob a designação comum de campo.

No entanto, existem grandes diferenças ambientais entre as diferentes formações de campos. Essas diferenças são caracterizadas pelo clima, pelo solo e pelo relevo onde ocorrem.

A maior extensão de campos naturais encontra-se no Estado do Rio Grande do Sul.

São as formações predominantemente herbáceas, com extensos banhados ao redor de lagos e lagoas, na região costeira, e campos naturais de gramíneas no interior, entremeados por matas subtropicais e florestas de araucária.

### Solos

Apresentam boa fertilidade natural.

Formação de areais e campos de dunas no sudoeste do Rio Grande do Sul (Alegrete, Quaraí, Cacequi).

A utilização do conceito de desertificação é considerado inadequado para a região, porque ela não apresenta um clima árido ou semi-árido, como também não existem evidências de que o processo estaria alterando o clima regional, sendo assim o termo mais indicado, é arenização.

O termo desertificação ecológica, corresponde ao processo interativo entre o homem (uso predatório dos recursos naturais por meio da agricultura e da pecuária) e o meio ambiente (clima úmido – arenito Botucatu).



### Hidrografia

Envolve partes das bacias hidrográficas do Uruguai e do Sudeste e Sul.

Os rios desse domínio são perenes mas de baixa densidade hidrográfica, com traçados meândricos (curvas), favoráveis à navegação.

Os rios Jacuí (Guaíba) e Camaquã são exemplos de rios que correm para o Leste (bacia Secundária do Sul), desaguando nas lagoas litorâneas como Patos (maior do Brasil), Mangueira e Mirim.

Outros correm em direção ao Oeste (bacia do Uruguai), como os rios Quaraí, Ijuí, etc.

### As Faixas de Transição

Separando os vários domínios geocológicos, existem áreas com características bastante complexas.

Apresentam, geralmente, elementos de dois ou mais domínios.

Essas áreas não individualizadas ou não-diferenciadas são denominadas faixas de transição.



### **Mata dos Cocais**

Também denominada mata dos babaçuais, é uma área de transição situada entre três domínios diferentes:

- O Amazônico a Oeste;
- O da Caatinga a Leste;
- E do Cerrado ao Sul.

Em relação às sub-regiões nordestinas, localiza-se no Meio-norte ou Nordeste Ocidental, que abrange os estados do Maranhão e Piauí.

### **O relevo**

É formado pelos planaltos e chapadas da bacia do Parnaíba, onde o destaque é o próprio rio Parnaíba, que é perene, com foz em delta, e separa os dois Estados citados.

### **O babaçu**

É a palmeira predominante, principalmente nos vales fluviais.

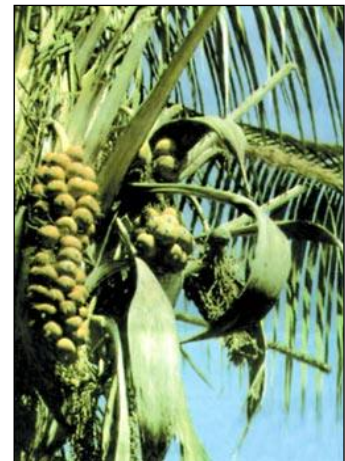
Atinge de 10 a 12 metros de altura e suas folhas são de cor verde brilhante.

Seus frutos são cocos que dão em forma de cachos.

Entre os muitos produtos que a palmeira do babaçu fornece, estão:

- Palma: utilizado para a confecção de cestos e esteiras;
- Caule (palmeira): palmito, madeira para a construção de casas e fonte energética (gás e carvão);
- Semente: obtém-se óleo com larga aplicação: margarina, perfume, creme de barbear e até como lubrificante de aparelhos de alta precisão.

O extrativismo do babaçu é uma atividade complementar para as famílias de baixa renda da região.



*Cachos com coquinhos do babaçu*

A carnaúba, ou “árvore da vida” ou “árvore da providência”:

É mais frequente no Ceará e no Rio Grande do Norte.



A carnaúba é uma palmeira com folhas em forma de leque.

Utilizações econômicas:

- Caule: madeira para a construção de casas;
- Raiz: medicamentos;
- Folhas: cordas, chapéus, alpargatas, cobertura de casas e cera (para sapatos, sabonetes, velas, etc.);
- Fruto: alimento para o gado;
- Polpa: alimento (doces);
- Caroço: óleo.

Atualmente, por meio dos avanços das fronteiras agrícolas, a Mata dos Cocais está sendo substituída pelas pastagens e pela agricultura, mas a reprodução natural rápida garante a sobrevivência dessa mata.

### **Agreste**

Paisagem de transição entre a Zona da Mata nordestina e o Sertão.

Essa área apresenta um clima não tão seco quanto no Sertão e nem tão úmido quanto o da Zona da Mata.

A vegetação assemelha-se, em algumas áreas, à mata Atlântica; em outros, à Caatinga.

A presença de matas, palmeiras, cactáceas e gramíneas é constante.



O planalto da Borborema, com terrenos antigos, é a forma de relevo predominante.

O Agreste abrange 3% da área total do Nordeste.

No início do Brasil Colônia, o Agreste serviu de refúgio para escravos e índios foragidos do litoral (atividade canaveira).

Mais tarde, desenvolveram-se na região a pecuária, o algodão (XVIII) e o café (XIX).

O Agreste é caracterizado por pequenas propriedades com policultura.

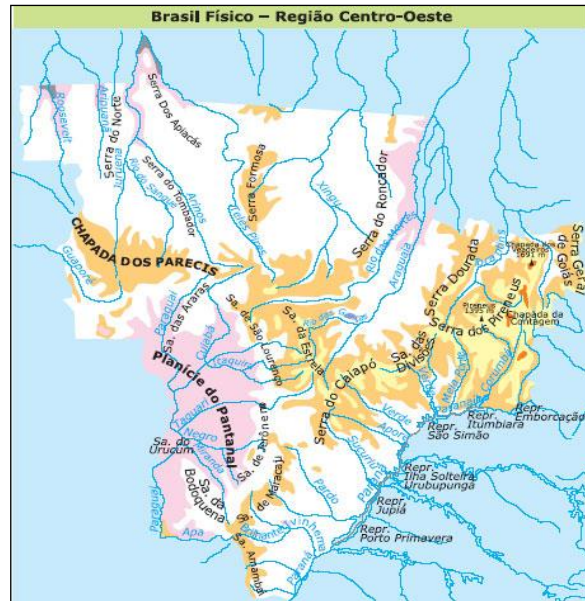
O geógrafo Manuel Correia de Andrade considera a área uma “quase miniatura do Nordeste”, em razão da diversidade de paisagens em pouco espaço, alternando áreas secas e úmidas.

### Pantanal Mato-Grossense

O complexo do Pantanal Mato-Grossense estende-se por uma área de mais de 200 mil km<sup>2</sup>, sobre dois estados brasileiros (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e dois países vizinhos (Bolívia e Paraguai), onde recebe o nome de Chaco.

A área do Pantanal é uma planície, a maior parte da qual é inundável, localizada na depressão da bacia do rio Paraguai.

Este rio recebe afluentes das partes mais elevadas, e os mais importantes são: Cuiabá, Itaquira, Taquari, Capivari, Negro, Miranda, entre outros.



A planície do Pantanal é a mais recente formação geológica do país – data da Era Cenozóica (Período Quaternário), e seus terrenos são sedimentares.

O clima é tropical, com chuvas entre novembro e fevereiro, o que provoca inundações e lagoas (xaraies ou xariés "donos do rio").

A estação seca é prolongada de abril a setembro, provocando um questionamento de nome, isto é, a região não é pantanosa ou brejosa em sua totalidade.

Todo este quadro natural possibilitou a grande diversidade vegetal com espécies das florestas, cerrados, campos e até xerófilas.

A região pode ser definida como uma verdadeira síntese botânica do país.

Em relação à fauna, a riqueza continua com peixes, jacarés, capivaras, além de aves, como o jaburu, (símbolo da região).

Graças a tudo isso, o Pantanal é conhecido mundialmente por “santuário ecológico”.



### Economia

Várias tribos indígenas (por exemplo, bororo, guató) predominavam na área, mas cederam espaço aos mestiços e fazendeiros.



A primeira atividade econômica marcante é o extrativismo vegetal, com a poaia ou ipeca (planta que cresce na sombra de matas úmidas e sua raiz é utilizada para fazer chá e remédios) fornecendo emetina (medicamento anti-vômito) para a indústria farmacêutica.

Do vegetal arbóreo quebracho ("quebra machado", uma referência à dureza da sua madeira) obtém-se o tanino (que dão coloração azul com sais de ferro, usadas no curtimento de couros), usado na produção de couro.

As madeiras são aproveitadas de espécies como o jatobá e a sucupira.

A principal atividade é a pecuária extensiva, notadamente após os anos 70.

Nas áreas mais altas, denominadas regionalmente de cordilheiras, instalaram-se sedes de fazendas, o que possibilitou o cultivo moderno de soja, milho e até cana.

Atualmente, o turismo está em alta, destacando-se a ecologia (ecoturismo) e as atividades pesqueiras.

### Perigos

Os velhos problemas estão relacionados à pesca predatória, à caça do jacaré e à destruição da flora pela pecuária.

Porém, a degradação avança por meio da garimpagem do ouro, contaminando rios com o mercúrio.

Os rios também são vítimas do vinhoto despejado pelas usinas e dos agrotóxicos das lavouras comerciais. Estas provocam ainda a retirada das matas ciliares, causando erosão e, portanto, o assoreamento de rios (não esquecer o lamentável caso do rio Taquari, devido ao plantio incorreto de soja).

A grande ameaça atual, que pode afetar quase todo o ecossistema, é a hidrovía Paraná-Paraguai, importante obra econômica para o Mercosul.

Porém, como envolve a dragagem do rio Paraguai, para facilitar a passagem de grandes navios de carga, as cheias do Pantanal poderão diminuir, colocando o ecossistema em risco.

Culturalmente, grandes projetos econômicos implantados na região provocam alterações na vida dos moradores que, influenciados pela mentalidade empresarial, deixam de cuidar da natureza.

O poder econômico instalou-se no Pantanal, com a compra de grandes fazendas que agora pertencem a fortes grupos: Ometo, Camargo Correa, Grendene, entre outros.

## 13. As classificações do relevo brasileiro



O relevo apresenta diferentes formações que são consequências das ações de agentes endógenos (resultado da energia do interior do planeta que se manifestam pela dinâmica ou tectônica das placas) e agentes exógenos (associados ao clima da área como as chuvas, ventos e geleiras, que criam ou dão as formas esculturais ao relevo através de um processo erosivo).

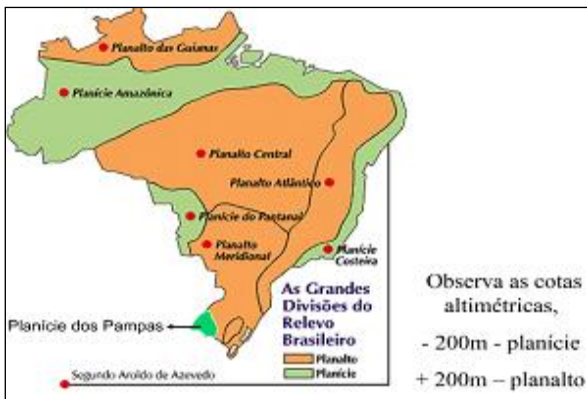
O relevo brasileiro tem formação antiga e resulta, principalmente, da sucessão de ciclos climáticos e da ação das forças internas da Terra, como a movimentação das placas tectônicas, as falhas e o vulcanismo.

Existem diferentes classificações do relevo brasileiro, cada uma obedecendo a um critério.

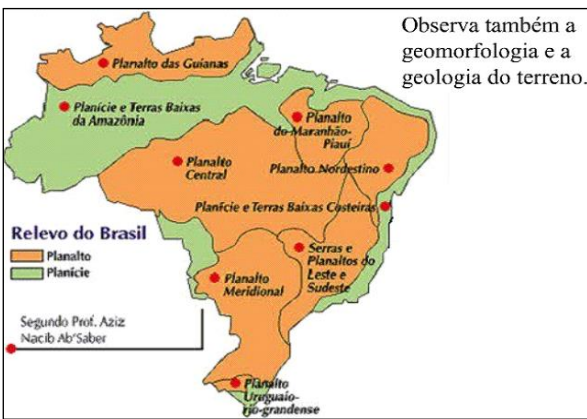
Entre as mais conhecidas estão à realizada em:

- Em 1949 pelo professor Aroldo Azevedo, que utilizou como critério o nível altimétrico para determinar o que é um planalto ou uma planície:
- Planície: área que varia de 0 a 100 metros acima do nível do mar.
- Planalto: área acima de 200 metros.
- Em 1962 pelo professor Aziz Ab'Saber apresentou uma nova classificação, baseando no processo de erosão e sedimentação, esta classificação despreza o nível altimétrico, priorizando os processos geomorfológicos. Considera planalto como uma superfície na qual predomina o processo de desgaste, enquanto planície é considerada uma área de sedimentação:
- Planície: área onde o processo de sedimentação é maior que o de erosão.
- Planalto: área onde o processo de erosão é maior que o de sedimentação.
- Depressão: podendo, ser: relativa e absoluta.
- Depressão relativa: área mais baixa que as áreas adjacentes.
- Depressão absoluta: área abaixo do nível do mar.
- Em 1989 pelo professor do departamento de geografia da Universidade de São Paulo (USP), Jurandir Ross, considera 28 unidades de relevo, utiliza os processos geomorfológicos para elaborar sua classificação, destacando três formas principais de relevo: divididas em planaltos, planícies e depressões. planalto é uma superfície irregular, com altitude acima de 300 metros e produto de erosão. Planície é uma área plana, formada pelo acúmulo recente de sedimentos. Depressão é uma superfície entre 100 e 500 metros de altitude, com inclinação suave, mais plana que o planalto e formada por processo de erosão.

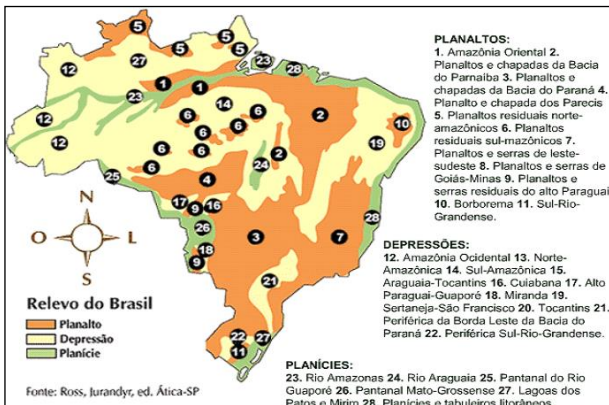
**Classificação do relevo brasileiro segundo o professor Aroldo Azevedo**



**Classificação do relevo brasileiro segundo o professor Aziz Ab'Saber**



**Classificação do relevo brasileiro segundo o professor Jurandir Ross**



**14. Os recursos minerais brasileiros**



O Brasil possuindo grande extensão territorial, é natural que seja um dos países com maior potencial mineral do mundo, juntamente com a Federação Russa, Estados Unidos, Canadá, China e Austrália.

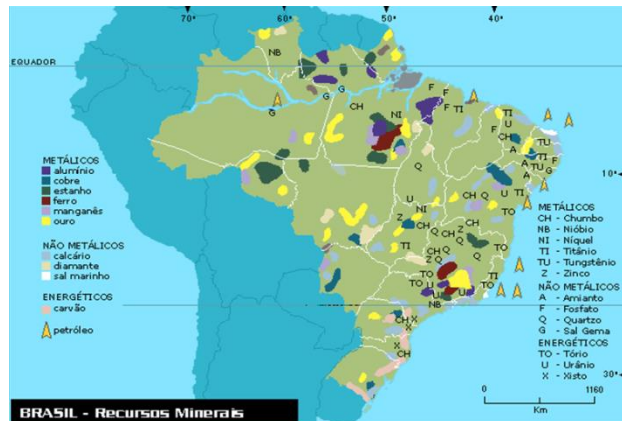
Os principais minérios são: bauxita, cobre, cromo, estanho, ferro, grafita, manganês, níquel, ouro, potássio, rocha fosfática e zinco.

De modo geral, a produção mineral tem se ampliado desde o fim dos anos 1990, graças a um aumento dos investimentos externos no setor.

Em 1995, uma emenda constitucional removeu as restrições impostas ao capital estrangeiro pela Constituição de 1988. Com isso, multinacionais adquiriram o controle de numerosas estatais e associaram-se a muitas empresas nacionais, alimentando com recursos externos a atividade mineradora no país.

Incluindo petróleo e gás natural, a produção da indústria extrativa mineral corresponde à cerca de 1 % do produto interno bruto nacional.

Agregando os valores da industrialização das matérias-primas minerais, o setor alcança cerca de 8% do PIB brasileiro.



**O Ferro**

A mineração de ferro é a principal atividade extrativa do país.

O Brasil possui a quinta maior reserva do mundo, com um total estimado de 40 a 50 bilhões de toneladas.

É o segundo maior produtor do mundo.

As maiores reservas estão no Quadrilátero Ferrífero, no estado de Minas Gerais, e na serra dos Carajás, no estado do Pará.

Em Minas Gerais, o ferro apresenta altos teores e é explorado por dois sistemas independentes:

- No Vale do Rio Doce, que exporta pelo porto de Tubarão (Espírito Santo);
- No Vale do Paraopeba, de onde o ferro é levado ao (Rio de Janeiro).

Na serra dos Carajás, os recursos para a exploração do minério de ferro foram adquiridos no exterior em forma de empréstimos, por meio do projeto Grande Carajás.

Obras como:

- A usina hidrelétrica de Tucuruí;
- A estrada de ferro Carajás São Luís;
- E o porto Ponta da Madeira, na capital do Maranhão.

Favorecem a exportação não apenas do ferro mas também do manganês e do alumínio.

Cerca de 60% da produção de minério de ferro é exportada para o Japão e países da União Europeia.

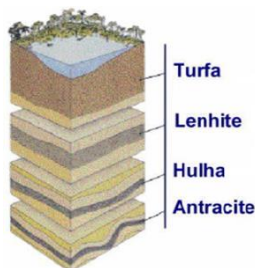
O restante abastece as indústrias siderúrgicas nacionais.

No maciço de Urucum, sudoeste do Mato Grosso do Sul, a produção é destinada integralmente para o mercado interno.

### Carvão

Quanto ao beneficiamento do minério de ferro e à produção de aço, a siderurgia brasileira enfrenta um grave problema: a falta de carvão para aquecer os altos fornos.

As reservas brasileiras de carvão são insuficientes, e grande parte das que existem são inadequadas para a siderurgia, pois nosso carvão apresenta impurezas como pirita e cinzas. Além disso, tem baixo teor calorífico 59,87 %.



Turfa: de 54 a 60 % de teor de carbono; Lenhite: de 65 a 75 % de teor de carbono; Hulha: de 75 a 85 % de teor de carbono; Antracite: a partir de 86 % de teor de carbono.

Embora as maiores reservas estejam no Rio Grande do Sul, o grande produtor nacional é Santa Catarina, certamente por ter as jazidas mais atraentes:

- Carvão de melhor qualidade;
- Ocorrência perto da superfície, permitindo a exploração a céu aberto.

A zona carbonífera catarinense fica no sudeste do estado, incluindo os municípios de Criciúma, Siderópolis, Lauro Muller e Urussanga, e o produto é escoado pelo porto de Imbituba-SC.

Além de ser usado como coque metalúrgico em mistura com carvões importados, o carvão brasileiro é utilizado como fonte energética em usinas termelétricas.

Futuramente, ele poderá ser mais bem aproveitado com a instalação de um polo carboquímico regional, que empregue tecnologias avançadas.

Assim, embora algumas usinas utilizem o carvão vegetal na siderurgia e metalurgia, altamente condenável por estimular o desmatamento, a solução preferencial tem sido a importação de carvão mineral.

Mesmo com essa dificuldade, a produção brasileira de ferro e aço tem aumentado.

O país é auto-suficiente na maior parte dos produtos siderúrgicos, alguns dos quais são também exportados.

O grande centro de siderurgia no Brasil é a região Sudeste, pois é onde se concentram grande fonte de matérias-primas e o maior mercado consumidor do país.

Aí estão instaladas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no estado do Rio de Janeiro, as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), em Minas Gerais, e a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), no estado de São Paulo. Todas privatizadas nos anos 1990.

### Manganês

A reserva de manganês do Brasil é a quinta maior do mundo.

O país é o terceiro maior produtor, superado apenas pela África do Sul e pelos membros da Comunidade dos Estados Independentes.

As maiores reservas nacionais estão localizadas:

- No Pará (serra dos Carajás);
- Mato Grosso do Sul (maciço de Urucum);
- E em Minas Gerais (Quadrilátero Ferrífero);
- Mas a Bahia e Mato Grosso também dispõem desse mineral.

O manganês é extremamente importante na fabricação de um tipo de aço utilizado na indústria siderúrgica.

Os depósitos de manganês da serra do Navio (Amapá) estão em grande parte esgotados.

No lugar da serra, hoje resta praticamente um grande buraco.

Cerca de dois terços da produção brasileira eram obtidos no Amapá, onde opera a Icomi, subsidiária da empresa norte-americana Bethlehem Steel Corporation.

A empresa recebeu autorização do governo para explorar a jazida da serra do Navio por cinquenta anos, prazo que se esgotou em 2003.

Mais da metade das reservas de minério de alto teor já foi explorada na região, restando apenas aquelas localizadas a grandes profundidades, cuja extração requer altos investimentos.

Praticamente toda a produção é exportada para os Estados Unidos, razão pela qual a empresa implantou e opera uma ferrovia que liga a jazida até o porto de Santana.



O abastecimento do mercado interno é feito principalmente pelas jazidas de Minas Gerais, que fornecem manganês para as siderúrgicas instaladas na região Sudeste.

Na serra dos Carajás, a produção é destinada hoje ao mercado externo, mas há projetos para o abastecimento também do mercado nacional.

No maciço de Urucum, a reserva de manganês é considerável, mas a produção é pequena e visa ao mercado externo, em especial a Argentina e o Paraguai, para onde o minério é levado pelo rio Paraguai, depois de embarcado no porto de Corumbá.

### **Cassiterita**

O Brasil possui cerca de 7% das reservas mundiais de cassiterita, o único minério comercializável de estanho, utilizado na confecção de latas para acondicionar alimentos e bebidas.

O metal é aproveitado internamente e exportado.

Há reservas no Pará, Amazonas, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, mas as maiores estão localizadas em Rondônia, que também é o grande produtor brasileiro.

Na produção, o país ocupa o segundo lugar, superado apenas pela Malásia.

### **Bauxita**

O Brasil detém aproximadamente 20% das reservas mundiais conhecidas de bauxita.

O principal minério de alumínio das jazidas do país.

Ocupa o terceiro lugar em reservas, superado apenas pela Austrália e pela Guiné.

É o segundo em produção.

A maior parte das reservas, com teor médio de 45%, está localizada no Pará, principalmente nas jazidas próximas ao rio Trombetas, em Oríximiná, onde a extração mineral e o beneficiamento são realizados pela Companhia Vale do Rio Doce.

Parte do mineral extraído é primeiro beneficiado no Brasil e só depois exportada.

Para isso, a Vale associou-se a outras empresas, como a Alcan, de capital canadense, uma das multinacionais que lideram o monopólio mundial de alumínio.

O grande consumo de energia elétrica envolvida no processo produtivo motivou a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, que fornece energia a preços reduzidos, graças a subsídio do governo federal.

Um grave problema relacionado ao beneficiamento da bauxita é a poluição ambiental.

Todo ano, 3,5 milhões de toneladas de rejeitos são despejadas no lago da Batata, que hoje tem um material altamente poluído sedimentado em 20% de sua extensão.

As reservas de bauxita no estado do Pará destinam-se à exportação.

As reservas localizadas no estado de Minas Gerais, no município de Poços de Caldas, abastecem as indústrias nacionais.

### **Níquel**

O Brasil tem a terceira maior reserva mundial de níquel.

Correspondendo a 5% das jazidas conhecidas.

Desse total, cerca de 80% estão concentrados em Goiás, no município apropriadamente denominado Niquelândia, que é também o grande produtor nacional.

Piauí e Minas Gerais possuem reservas, embora apenas Minas Gerais tenha uma produção de destaque.

Como o teor médio de níquel no minério não passa de 3 a 4%, o beneficiamento é realizado em pequena escala, pois o custo do transporte encarece muito o produto.

Esse fato impede o pleno desenvolvimento da produção, que, por isso, não satisfaz integralmente a necessidade do país, embora tenha crescido nos últimos anos.

### **Ouro**

As maiores reservas mundiais de ouro estão na África do Sul e no Uzbequistão.

O Brasil ainda tem boas reservas em diversos estados, principalmente em Minas Gerais, Goiás, Bahia, Rondônia, Mato Grosso e Pará.

Minas Gerais é o produtor tradicional e estável, onde a exploração é feita de modo empresarial, com técnicas modernas e administradas pela Anglo-Americana, empresa da África do Sul.

Nos demais estados, ao contrário, tem predominado a exploração cíclica ou migratória.

Assim que uma jazida é descoberta, centenas ou até milhares de pessoas dirigem-se para lá e empregam-se em mineradoras ou trabalham como garimpeiros independentes.

Esgotada a jazida, desfaz-se a comunidade formada em torno dela - comerciantes de ouro, restaurantes, casas de prostituição e os exploradores voltam à sua terra de origem ou partem em busca de novas jazidas.

A exploração do ouro é realizada de maneira rudimentar pelos garimpeiros, sem cuidados com o ambiente e com a própria saúde.

Para separar o ouro da rocha, utilizam o mercúrio, metal altamente prejudicial por se acumular no organismo e causar mutações genéticas.

É impossível calcular a real produção de ouro do Brasil, pois grande parte é desviada para o mercado paralelo ou contrabandeada para o exterior.

A última grande descoberta de ouro no país ocorreu em janeiro de 1996, na chamada serra do Leste, junto a serra dos Carajás, onde se estima que haja um total de 150 toneladas.

A mina foi encontrada pela Companhia Vale do Rio Doce, mas deve ser explorada em associação com empresas estrangeiras.

Em 1995, quatro empresas de mineração se fundiram, formando o segundo maior conglomerado do setor no país:

- A Paranapanema;
- A Caraíba Metais;

- E a Paraibuna;
- Eluma.

Foram compradas pelos fundos de pensão, liderados pela Previ, dos funcionários do Banco do Brasil.

A elas a Previ associou a Eluma, que já era de sua propriedade.

O conglomerado, que passou a explorar reservas de estanho, cobre e zinco do país, é superado apenas pela Companhia Vale do Rio Doce.

### Cobre

Embora o Brasil possua muitas reservas de cobre, a produção era insuficiente e o país tinha de importar o metal em virtude do baixo teor de metal contido no minério 1,5% em média.

As maiores reservas brasileiras estão no Pará, em Goiás e na Bahia, que tem sido o maior produtor nacional.

No Pará, a jazida de Salobro é a maior do país.

A Companhia Vale do Rio Doce, associada a uma empresa do grupo Anglo-Americano, começou a explorar o cobre em 1996, o que resultou em produção superior às necessidades nacionais.

### Sal

Mineral não-metálico, o sal é usado na indústria química, na pecuária, na alimentação humana e para vários fins industriais.

Na Bahia e em Alagoas, o sal é extraído de depósitos minerais (o chamado sal-gema).

O sal marinho é que corresponde à maior parte da produção nacional.

O Rio Grande do Norte participa com mais de 80% da produção, com suas salinas de Areia Branca, Mossoró e Macau.

A concentração de sal nessa região do país deve-se a condições favoráveis, como o domínio de um clima quente e seco durante a maior parte do ano, favorecendo a evaporação e a ação dos ventos alísios, que, soprando para oeste, reduzem a ocorrência de chuvas.

No Rio de Janeiro, a extração é feita por processos naturais em Macaé e São Pedro da Aldeia. O método é rudimentar.

Constroem-se valas onde o movimento das águas deposita a água com sal, que fica a céu aberto e evapora, deixando apenas o sal acumulado.

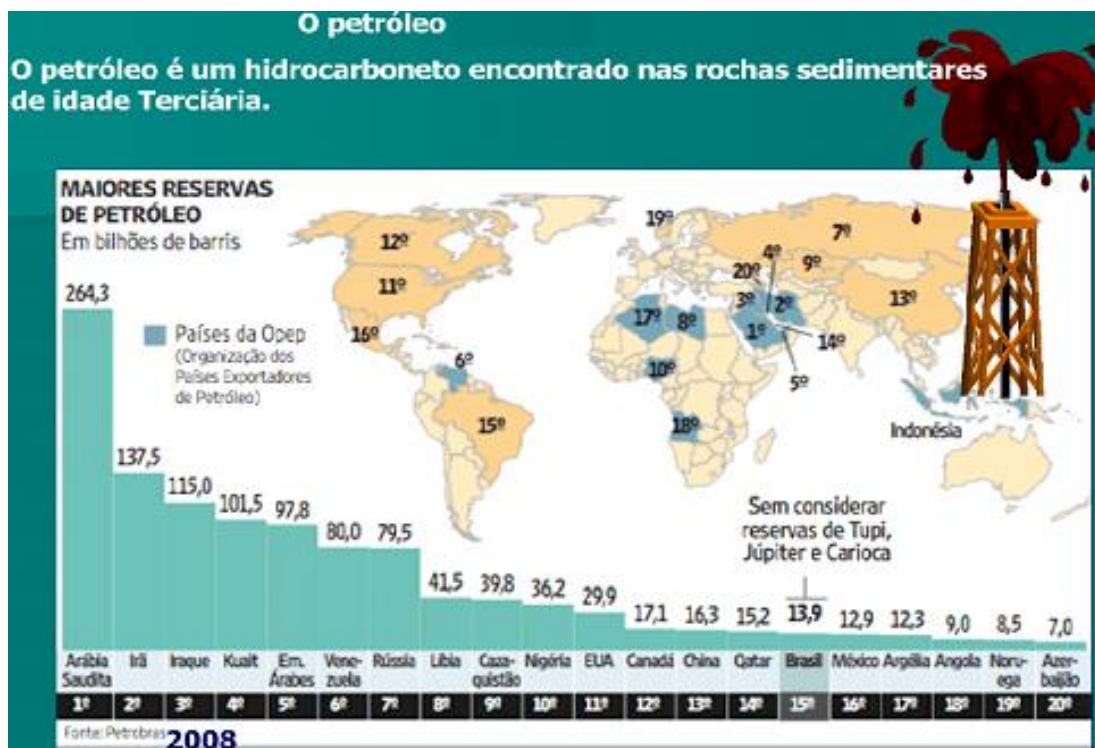
O transporte do produto final é realizado em carrinhos de madeira construídos pelos próprios trabalhadores das salinas.

As condições de trabalho são péssimas.

Além de receberem por produção, os trabalhadores só são contratados no período de safra, pois na época das chuvas a atividade é interrompida.

E não há qualquer proteção contra os efeitos nocivos da exposição direta ao sol e do contato constante com o sal, que provocam danos na pele e nos olhos.

Apesar de já ter sido denunciado, principalmente no Rio Grande do Norte a atividade persiste com a exploração do trabalho infantil.



**O petróleo....**

**Off shore  
(Na plataforma continental )**



**A maior parte do petróleo brasileiro( 85%) encontra-se na plataforma continental em águas profundas**

**On shore ( no continente )**

